

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**



Dissertação de Mestrado

**Uma Arqueologia das Paisagens da Escravidão na Cidade de Pelotas, Rio
Grande do Sul (1832-1850)**

Victor Gomes Monteiro

Pelotas, 2016

Victor Gomes Monteiro

Uma Arqueologia das Paisagens da Escravidão na Cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira

Pelotas, 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Catalogação:

Bibliotecária: Zilda M. Franz Gomes CRB -10/741

M775a Monteiro, Victor Gomes

Uma arqueologia das paisagens da escravidão na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850) / Victor Gomes Monteiro; Lúcio Menezes Ferreira, orientador. – Pelotas, 2016. 192f; il.

Dissertação (Mestrado em Antropologia com ênfase em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas (RS), 2016.

1. Arqueologia da escravidão – Pelotas (RS) – 1832-1850.
2. Arqueologia da paisagem. 3. Arqueologia documental.
4. Escravidão – Pelotas (RS) – Período monárquico. I. Ferreira, Lúcio Menezes, orient. II. Título.

CDD 930.10981957

VICTOR GOMES MONTEIRO

MONTEIRO, Victor Gomes. **Uma Arqueologia das Paisagens da Escravidão na Cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850)**. 2016. 218f. Dissertação (Mestrado em Antropologia com ênfase em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas (ICH), Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia, com ênfase em Arqueologia.

Data da Defesa: 24 / 08 / 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira (Orientador)

Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski (UFMG)

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle (UFPEL)

AGRADECIMENTOS

Toda pesquisa que se debruça sobre o passado envolve esquecimentos e escolhas. Da mesma forma se comportam os textos destinados aos agradecimentos. Digo isto, como um “mea-culpa” aos que não forem nominalmente citados, pois esta dissertação foi constituída com a contribuição de muitas pessoas.

A primeira pessoa que dedico esta vitória é minha mãe, Zilda Marli, a “Zildinha”. Ela esteve presente em todos os momentos me dando o suporte necessário para que eu pudesse escrever de forma tranqüila e passar por mais esta etapa da minha vida. Obrigado por tudo mãe! Este agradecimento se estende a todos da família que de alguma forma contribuíram para meu mestrado.

Agradeço igualmente ao grupo de colegas de profissão e integrantes do LEICMA, amigos da vida, Anelize Santana, Marcelo Rocha (Marcelão Beleza) e Aluísio Alves. Cabe aqui um agradecimento especial ao meu amigo Aluísio, pelas distintas conversas e “aulas” que tive e tenho sobre diferentes temas da Arqueologia e da vida de forma geral. Nossos diálogos são muito importantes para meu amadurecimento profissional e pessoal.

Aos meus colegas da graduação que ainda hoje permanecem na minha vida fazendo com que os desafios que surgem sejam mais leves e divertidos. Pablo Dobke, Aline Porto, Rodrigo Dal Forno, Mariana Couto, Vinícius Kusma. A Mariana, um agradecimento especial pela amizade, pela paixão ao Grêmio e pela “bolsa” arquivo (rsrs). Ao Povinho pela parceria eterna, pelas bandas no “centro histórico” e pela paixão ao Grêmio. Kusma meu amigo, nós terminamos o mestrado apesar dos pesares. A ti meu amigo, a lembrança da superação!

Ao final fica o agradecimento geral a todos os professores que passaram pela minha vida acadêmica e me ajudaram a amadurecer intelectualmente. Em especial, obviamente, não poderia esquecer do meu grande amigo e orientador Lúcio Menezes Ferreira. Se eu sei alguma coisa de arqueologia, foi devido a sua influência e inspiração. Para além da relação professor/aluno levo um amigo (um segundo pai, se é que posso dizer assim) para a vida. Obrigado!

RESUMO

MONTEIRO, Victor Gomes. **Uma Arqueologia das Paisagens da Escravidão na Cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850)**. 2016. 218f. Dissertação (Mestrado em Antropologia com ênfase em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

Esta dissertação analisa como a construção política e cultural da paisagem, instituiu formas de governo e de resistência dos escravos, bem como foi parte fundamental da consolidação do sistema escravista na cidade de Pelotas, durante a primeira metade do séc. XIX (1832-1850). Destacam-se neste estudo duas escalas da paisagem pelotense. A macro-espacialidade da escravidão é trazida pela análise dos documentos administrativos (Atas e Posturas da Câmara Municipal de Pelotas). A micro-espacialidade da escravidão é exemplificada pela análise arqueológica da paisagem de uma unidade produtiva escravista (charqueada São João). Nesse sentido, faz-se o diálogo entre os preceitos das Arqueologias da Escravidão, Documental e da Paisagem. Em ambas escalas de análise, evidenciam-se o uso e atuação da paisagem enquanto um dispositivo de controle do escravo. Em contrapartida, revelam-se as re-interpretações e manipulações criativas empreendidas pelos escravos frente aos dispositivos materiais que visavam o controle de seus corpos. Este estudo revelou alguns aspectos centrais do entendimento do sistema escravista, dentre estes: o uso de dispositivos materiais de controle por parte das autoridades locais, no intuito de estabelecer um cerceamento da circulação dos escravos no espaço público; as resistências materiais dos escravos e o uso criativo dos espaços para o desenvolvimento das sociabilidades, alheias ao poder disciplinador; a constatação de que os corpos dos escravos, enquanto unidade ou um contingente configuraram-se enquanto componentes materiais da paisagem; a conformação mútua entre as matas da Serra dos Tapes e a identidade quilombola de forma geral. Ademais, verificaram-se as características do processo de normatização dos espaços empreendido pelas autoridades pelotenses. Este processo é exemplificado pela tentativa de dinamizar a fluidez do comércio local e da circulação de pessoas e objetos; a busca por instituir uma hierarquização entre as áreas da cidade, principalmente por meio da eleição de tipos construtivos padronizados para zona urbana e a exclusão de outros; bem como a autoridade ou controle sobre as construções e modificações na paisagem e sobre a circulação de produtos e pessoas nos espaços e vias da cidade, para fins de taxaço e cobrança de impostos. A análise da charqueada São João e da disposição de suas estruturas na paisagem, constatou em linhas gerais, sua configuração de centralidade com relação ao sistema produtivo e de proximidade entre suas estruturas (as de moradia e as relacionadas ao espaço produtivo). Esta configuração, com variações locais, aparece em distintos contextos escravistas do novo mundo.

Palavras-chave: Arqueologia da Escravidão. Arqueologia da Paisagem. Arqueologia Documental. Escravidão. Pelotas (RS). Período Monárquico.

ABSTRACT

MONTEIRO, Victor Gomes. **An Archaeology of Slavery landscapes in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850)**. 2016. 218f. Dissertação (Mestrado em Antropologia com ênfase em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

This study analyzes how the political and cultural construction of landscape, organized forms of government and resistance of enslaved, and was a key part of the slave system consolidation in the city of Pelotas (Rio Grande do Sul, Brazil), during the first half of the nineteenth century (1832-1850). In this sense, are emphasized in this text two analytical scales of landscape. The macro-spatiality of slavery is brought by the analysis of administrative documents (Minutes and Postures of the Municipality of Pelotas). The micro-spatiality of slavery is exemplified by the archaeological analysis of a plantation (that traded jerked beef) named Charqueada São João. In this sense, there is the dialogue between the precepts of Archaeology of Slavery, Documentary Archaeology and Landscape Archaeology. In both scales of analysis, landscape is established as a slave control device. On the other hand, it shows the re-interpretations and creative manipulations undertaken by slaves before of the material devices that aimed to the control of their bodies. This study revealed some key aspects of the understanding of the slave system, among these: the use of material control devices by local authorities in order to establish a retrenchment of slave movement in public spaces; resistance materials of the slaves and the creative use of space for the development of sociability, unrelated to the disciplinary power; the fact that the bodies of slaves, as a unit or a contingent, it was configured as a material component of the landscape; mutual conformation between the forests of the Serra dos Tapes and Maroon identity in general. In addition, there were the features of the normative process sat in spaces, undertaken by Pelotas authorities. This process is exemplified by the attempt to give dynamism to the flow of local trade and movement of persons and objects; the search for establishing a hierarchy between the areas of the city, primarily through standardized election of building types for urban areas and the exclusion of others; and the authority or control through the buildings and changes in the landscape and by the movement of goods and people in the spaces and streets of the city, for tax purposes and tax collection. The analysis of Charqueada São João and the layout of its structures in the landscape, showed its central setting in relation to the production system and the proximity between all the structures of the plantation (the principal house and those related to the production space). This configuration, with local variations, appears in different contexts of slave plantations in the New World.

Keywords: Archaeology of Slavery. Documentary Archaeology. Landscape Archaeology. Slavery. Pelotas (RS). Monarchy Period.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Gráfico com informações das importações de Pelotas por categoria e ano (1876-1887).....	135
Figura 2	Gráfico com informações das exportações de Pelotas por categoria e ano (1876-1887).....	136
Figura 3	Gráfico das profissões dos escravos da Charqueada São João (1872).....	141
Figura 4	Apresentação do espaço produtivo com relação à Casa Grande (Charqueada São João).....	143
Figura 5	Distribuição das estruturas na paisagem da charqueada São João.....	143
Figura 6	Demonstração das aberturas da Casa Grande da charqueada São João, sentidos norte/sul, leste/oeste.....	144
Figura 7	Vista aérea da Casa Grande, Senzala/Galpão e a área de escavação(Charqueada São João). Foto aérea registrada com Drone Phantom 5.....	148
Figura 8	Visão aérea do espaço produtivo (Charqueada São João). Foto aérea registrada com Drone Phantom 5.....	148
Figura 9	Planta baixa da charqueada do Barão de Jarau. Implantação Geral.....	150
Figura 10	Foto da fachada da senzala/galpão à esquerda e da casa do feitor à direita. Pelourinho a direita da figueira (Charqueada São João).....	153
Figura 11	Área da senzala/galpão com detalhe para a extensão do edifício e de suas aberturas (Charqueada São João).....	153
Figura 12	Divisórias internas da senzala sugeridas em mapa de implantação (Charqueada São João).....	154
Figura 13	Fotos do sino localizado em frente a Casa Grande (Charqueada São João).....	159
Figura 14	Argola usualmente utilizada para prender escravos. Exemplar exposto na charqueada São João.....	161
Figura 15	Peça em que se prendiam os grilhões (provavelmente presa a parede). Exemplar exposto na charqueada São João.....	161

Figura 16	Bolas de ferro. Exemplares expostos na charqueada São João.....	162
Figura 17	Pelourinho, por Jean Baptiste Debret(1835).....	163
Figura 18	Pelourinho da Charqueada São João. A estaca de madeira representa o local onde estaria a estrutura original.....	164
Figura 19	Gruta/Oratório em homenagem a São João, com elementos sincréticos.....	165
Figura 20	Foto geral da escavação, com representação parcial das duas campanhas.....	170
Figura 21	Fotos da quadrícula 10, Extrato 3/4, com a presença de cerâmica e outros materiais.....	171
Figura 22	Fotos das diferentes tipologias materiais presentes no Extrato 3/4 da Quadrícula 10.....	171
Figura 23	Fotos das diferentes tipologias materiais presentes no Extrato 3/4 da Quadrícula 9.....	172
Figura 24	Fotos Quadrícula 11, Extrato 2. Detalhe de materiais <i>in situ</i> ...	173
Figura 25	Fotos Quadrícula 11, Extrato 3, com detalhe de materiais <i>in situ</i> . Destaca-se a identificação de uma panela de ferro.....	174
Figura 26	Vista aérea escavação. Com destaque para a visualização da continuação das estruturas no terreno Foto aérea registrada com Drone Phantom 5.....	175
Figura 27	Calçamento encontrado na Quadrícula 16, extrato 2. Na foto, aparece Simone Ortiz, aluna do Bacharelado em Antropologia da UFPel.....	175
Figura 28	Fotos do cadeado encontrado na Quadrícula 17, Extrato 2....	176
Figura 29	Fotos do cachimbo encontrado na Quadrícula 17, Extrato 3...	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Temáticas gerais presentes nas discussões das Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1850).....	76
Tabela 2	Anúncios de exportação de Pelotas para outras localidades (1876-1887). Número de informações coletadas e sua representatividade em termos percentuais.....	133
Tabela 3	Anúncios de importação de outras localidades para Pelotas (1876-1887). Número de informações coletadas e sua representatividade em termos percentuais.....	134

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONTEXTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS: UM DIÁLOGO ENTRE AS ARQUEOLOGIAS DA PAISAGEM, DOCUMENTAL E DA ESCRAVIDÃO	18
2.1 Tráfico de escravos	19
2.2 Perfil demográfico e origem dos cativos	20
2.3 Sistema escravista e as charqueadas no Brasil Meridional	21
2.4 Pelotas: sua riqueza em braços negros (demografia e cotidiano)	21
2.5 Estudos arqueológicos da escravidão em Pelotas.....	25
2.6 Arqueologia Histórica e os pressupostos de um campo	29
2.6.1 Os primeiros estudos em Arqueologia Histórica: História ou Antropologia?	29
2.6.2 Novos entendimentos, novas questões: entre os documentos escritos e a modernidade	32
2.7 Como escavar documentos? Arqueologia Documental e suas metodologias, limitações e potencial de análise.....	34
2.8 Paisagens Arqueológicas: definições de um conceito	43
2.8.1 A paisagem como um domínio interartefactual e sistêmico de ações (objetos/pessoas)	47
2.9 Arqueologia da Escravidão: a paisagem enquanto um dispositivo de controle do escravo	55
2.9.1 Origens da Arqueologia da Escravidão: da Casa Grande à Senzala	55
2.9.2 Arqueologia da Diáspora: as expressões materiais da experiência escrava	58
2.9.3 A paisagem como dispositivo de controle do escravo – as diferentes escalas materiais da vigilância e do poder.....	60
3 A MACRO-ESPACIALIDADE DA ESCRAVIDÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS RELAÇÕES E DO SISTEMA ESCRAVISTA E SUAS MATERIALIDADES	70
3.1 Metodologia de leitura das Atas: constituindo uma base de dados	72
3.1.1 Esquadrinhamento dos dados documentais	73
3.1.2 Destrinchando as categorias.....	76
3.2 A macro espacialidade da escravidão na Pelotas oitocentista: a gerência da paisagem e o controle das relações sociais.....	77

3.2.1 Distribuição espacial das charqueadas e a concentração de escravos (preocupações com a proximidade geográfica dos cativos)	77
3.2.2 Quilombos, áreas de mata e os usos criativos do espaço: constituições mútuas entre pessoas e paisagens.....	83
3.2.2.1 Os quilombos e a Serra dos Tapes	83
3.2.3 Locais de trabalho/sociabilidade e os usos criativos dos espaços	88
3.2.3.1 Margens do Arroio Santa Bárbara: sociabilidades, trabalho e marginalidade	88
3.2.3.2 O uso criativo dos espaços: as cacimbas e os jogos de escravos	89
3.3 Cerceamento da circulação de escravos: Posturas normativas, obrigações materiais e as restrições as espacialidades do movimento	91
3.3.1 Os escravos e a pólvora.....	92
3.3.2 Os cerceamentos da movimentação e a materialidade do “bilhete”	94
3.4 As Posturas Policiais: espacialidades escravistas e tecnologias disciplinares	98
3.4.1 Temáticas gerais das Posturas Policiais (1829 / 1834)	98
3.4.1.1 Posturas Policiais (1829).....	99
3.4.1.2 Posturas Policiais(1834).....	102
3.5 O controle sobre os espaços: a manipulação das paisagens e a consolidação do sistema escravista	108
3.5.1 Normatizações das relações sócio/espaciais: a padronização construtiva dos limites urbanos	108
3.5.2 Normatizações das relações sócio/espaciais: a autoridade sobre as construções e modificações na paisagem	114
3.5.3 Normatizações das relações sócio/espaciais: o beneficiamento das estradas e vias, o comércio e a circularidade de produtos e pessoas.....	115
3.5.3.1 Portos, pontes e abertura das margens	116
3.5.3.2 O Passo dos Negros	119
3.5.3.3 A conexão entre as distintas áreas da cidade.....	120
3.5.3.4 O Logradouro Público e a conexão da malha comercial: espaços tributáveis	122
3.5.3.5 O controle dos espaços e o controle dos impostos.....	124
3.5.3.6 A comunicação entre as áreas da cidade: o comércio local e o trânsito público	125
3.5.3.7 O beneficiamento da paisagem e os escravos	127

4 A MICRO-ESPACIALIDADE DA ESCRAVIDÃO: CHARQUEADA SÃO JOÃO E AS MATERIALIDADES DA DISCIPLINA E DA RESISTÊNCIA	138
4.1 Charqueada São João: a micro-espacialidade da Escravidão.....	138
4.1.1 Inventariando a charqueada São João: contextos materiais, perfil demográfico dos escravos e as relações escravistas	139
4.1.2 Análise espacial da charqueada São João: a paisagem e os dispositivos materiais de controle do escravo	142
4.1.3 As senzalas e as charqueadas: o incipiente estudo das senzalas pelotenses	151
4.1.4 Outras materialidades escravistas: trabalho, disciplina e resistências ..	156
4.1.4.1 Materialidades da disciplina e da resistência (entre o controle e a constituição das identidades)	156
4.1.4.2 Sinos, campainhas e berrantes	158
4.1.4.3 Objetos de trabalho: entre o charque, a roça e os grilhões	161
4.1.4.4 O “pelourinho”	163
4.1.4.5 Materialidades da resistência: Oratório, hibridismo e a re-significação material dos espaços	165
4.2 A complexificação da espacialidade: as escavações arqueológicas na charqueada São João	168
4.2.1 A escavação do espaço produtivo (1991)	168
4.2.2 Escavações do projeto “Pampa Negro”: complexificação das estruturas (2016)	169
5 CONCLUSÃO	178
REFERÊNCIAS	183

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa como a construção política e cultural da paisagem, instituiu formas de governo e de resistência dos escravos, bem como foi parte fundamental da consolidação do sistema escravista na cidade de Pelotas, durante a primeira metade do séc. XIX. Para compreender as expressões materiais das relações de poder escravistas, tomam-se como fontes privilegiadas de pesquisa tanto os documentos administrativos/legislativos (Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1850)¹ e os Códigos de Posturas Municipais de 1828 e 1834), mapas/cartografias da localidade, quanto dados provenientes das pesquisas arqueológicas na charqueada São João, localizada nas margens do Arroio Pelotas (Pelotas, Rio Grande do Sul).

O recorte temporal flexível do trabalho (primeira metade do séc. XIX) tem por referência duas datas específicas (1832 e 1850) que servem como ponto de orientação e foco para a análise. A primeira data referencial, 1832, é o ano em que se institui a Câmara Municipal em Pelotas. A partir deste momento se intensifica o processo de normatização dos espaços e das relações sociais. O ano 1850 configura o momento em que efetivamente o tráfico de escravos sofre um duro golpe com a promulgação da lei Eusébio de Queirós, diminuindo drasticamente a entrada de escravos africanos no Brasil. O ano de 1850, ademais, marca o momento de consolidação do Estado Nacional brasileiro e, portanto, de suas redes de províncias e municípios. Assinala, ainda, o início do processo que reafirmou as elites escravistas através do pacto oligárquico e da lei de terras (CARVALHO, 2012; PARRON, 2011).

A escolha das fontes explica os objetivos do trabalho. Com o uso da documentação escrita, buscou-se compreender o processo de “normatização” dos espaços de uma cidade em formação, com foco nas expressões materiais das relações de poder entre escravos e a elite dirigente. Ademais, o emprego

¹ A partir da pesquisa nos livros de transcrição das Atas da Câmara Municipal de Pelotas, organizados por Mário Osório Magalhães (2011) e Eduardo Arriada (2012), constituiu-se a base de dados que possibilitou a formulação e cruzamentos de dados das temáticas apresentadas no Capítulo 2.

dos documentos administrativos/legislativos enquanto instrumentos de poder, ilustrou o esforço da elite política local em consolidar o sistema escravista e sua posição privilegiada, por meio do controle e hierarquização dos espaços e da manipulação da paisagem.

As fontes escritas oportunizam empreender uma escala de análise mais ampla da paisagem, a nível de cidade. Estes dados documentais, lidos a contrapelo, permitiram o entendimento das implicações materiais das relações escravistas e da própria ação da paisagem (e objetos) frente às relações sociais. As atas e correspondências da Câmara Municipal de Pelotas constituem uma janela êmica para o entendimento das relações escravistas na paisagem, com especial atenção aos espaços “públicos”, ou seja, aos ambientes que extrapolam os “limites” das propriedades “privadas”².

Parte-se da premissa de que os documentos escritos permitem a compreensão das articulações das pessoas com a cultura material (e vice-versa), uma vez que eles possibilitam o entendimento de sistemas de objetos funcionando. De outro modo, salienta-se que a paisagem neste processo de normatização dos espaços, é mais um dos dispositivos de controle dos cativos utilizados pelas autoridades locais. No entanto, cabe destacar que as práticas e usos criativos da paisagem por parte dos escravos indicam diferentes formas de resistência a esse processo e a conformação negociada da paisagem.

Posto isso, mediante a análise da documentação oficial esclareceram-se as seguintes questões: 1) quais os espaços de circulação e sociabilidade dos escravos neste processo de formação e normatização das paisagens locais?; 2) Como as ações das autoridades intervinham na circulação e inserção dos cativos aos novos lugares formados na localidade?; 3) Quais eram os dispositivos materiais de controle e as formas de resistência dos escravos, tendo por referência que as negociações do espaço estão inseridas na escala mais ampla das relações de poder. Além disto, a análise documental ressaltou o esforço das autoridades locais em controlar e manipular a conformação da paisagem, por meio do beneficiamento das vias de acesso, e da normatização dos distintos

² A leitura das atas da Câmara Municipal de Pelotas transparece uma relação conflituosa entre os domínios “público” e “privado”, com relação à paisagem da cidade.

espaços da cidade. À vista disto, a paisagem se constitui em elemento fundamental para a consolidação do sistema escravista e da manutenção de suas elites.

O uso dos dados arqueológicos provenientes dos trabalhos na charqueada São João se insere na problemática desta dissertação enquanto um componente da paisagem diretamente ligado ao funcionamento do sistema escravista. Ademais, por constituir uma das unidades produtivas da costa do Arroio Pelotas em melhor estado de preservação de suas estruturas originais, e estar sendo alvo de escavação arqueológica, possibilitou a análise espacial de suas estruturas e dos componentes materiais da paisagem de forma geral. Este segundo ponto, prevê o entendimento dos espaços “privados”, numa escala de análise mais circunscrita, a nível de sítio (propriedade). A análise das espacialidades da charqueada São João possibilitou a visualização das relações escravistas e dos dispositivos materiais de controle na escala privada da unidade de produção. O contexto produtivo supõe outras formas de negociações espaciais, tanto por parte dos senhores quanto dos escravos.

Com a mescla da escala mais ampla a nível de cidade (e a formação de uma zona urbana), e mais específica correspondendo ao nível das propriedades e unidades produtivas que compunham a paisagem local, objetivou-se empreender uma análise mais completa dos dispositivos materiais que ampararam o governo dos cativos, mas também dos respectivos componentes materiais da paisagem que conformaram formas de resistência e espaços de sociabilidade dos escravos. Tanto no nível macro da cidade quanto no micro da charqueada, evidenciam-se os meios e formas em que a paisagem é praticada enquanto um dispositivo de controle por parte da elite dirigente e os indícios de como as paisagens são experienciadas pelos cativos.

Para a execução dos objetivos delineados para esta dissertação, aplicar-se-ão os pressupostos teóricos e metodológicos de pelo menos três áreas relacionadas à Arqueologia Histórica: 1ª) Arqueologia da Escravidão; 2ª) Arqueologia da Paisagem; 3ª) Arqueologia Documental (*Documentary Archaeology*). À vista disto, o trabalho está organizado em três capítulos.

O Capítulo 2 apresenta o contexto histórico local (delineando a formação e as características do sistema escravista em Pelotas), assim como a apreciação das três vertentes norteadoras do trabalho: 1ª) a discussão da hermenêutica das fontes escritas (como ler e questionar os documentos enquanto arqueólogo?); 2ª) (In)definições do conceito de paisagem na Arqueologia (questões metodológicas e teóricas do campo); 3ª) De que modo a Arqueologia da Escravidão tem discutido a materialidade e a paisagem enquanto dispositivo de controle do escravo, salientando os estudos de Arqueologia da Paisagem em contextos escravistas e as análises espaciais das unidades produtivas (*Spatial Analysis of Plantations*).

O Capítulo 3 consiste do tratamento e abordagem das fontes escritas propriamente ditas (Atas e Posturas da Câmara Municipal de Pelotas). Metodologias de análise, coleta e cruzamento dos dados são pormenorizadas. A linha de pensamento deste tópico se baseia no entendimento de que os documentos são vetores de materialidades e permitem uma leitura da paisagem escravista local, e principalmente, do processo de normatização dos espaços empreendido pelos vereadores/dirigentes. As Atas são concebidas enquanto dispositivos de governamentalidade e por consequência possibilitam um campo de ação amplo aos indivíduos que estão a frente da instituição Câmara Municipal de Pelotas. Nesse sentido, o capítulo desenvolve dois entendimentos chave para a compreensão da atuação da paisagem nas relações escravistas e da própria formação da cidade.

O primeiro ponto destaca os indícios da interação e atuação dos cativos nos espaços “públicos” e paisagens locais. Evidenciam-se, desse modo, as relações escravistas do ponto de vista das políticas públicas de cerceamento da circulação dos cativos no interior da cidade. Destacou-se igualmente a atuação/participação ativa das paisagens na mediação e desenvolvimento das relações escravistas e sociais. Nesta parte estão presentes os indícios dos usos criativos do espaço pelos escravos e a relação de constituição mútua entre paisagens e pessoas (cativos).

O segundo ponto chave do Capítulo 3 se baseia no entendimento de que as ações oficiais ensejadas na Câmara Municipal constituem dispositivos

materiais de controle e manipulação da paisagem, que objetivam consolidar o sistema escravista local e consolidar a elite política estabelecida (escravocrata). Nesta parte irá se pormenorizar o esforço das autoridades em manipular a paisagem local para dinamizar o sistema escravista, beneficiar a fluidez/escoamento do comércio local, hierarquizar áreas da cidade, e facilitar o processo de taxaço (que está intimamente ligado ao controle das vias de acesso a cidade).

No Capítulo 4 encontram-se os dados arqueológicos, salientando a escala particular da paisagem da charqueada São João. Toma-se a charqueada “São João” como fonte de análise para o entendimento da paisagem enquanto um dispositivo de controle dos escravos. Discorre-se a respeito das diferentes materialidades da escravidão (sejam da resistência ou da disciplina) presentes na paisagem desta unidade produtiva. A análise se centra no esforço comparativo de confrontar as configurações materiais da São João com outros padrões materiais de unidades escravistas do Brasil e do Novo Mundo (Cuba, Jamaica, EUA). O esforço comparativo se destina a perceber as similitudes e diferenciações locais das interações, manipulações, negociações e apropriações dos espaços desenvolvidas em meio às relações escravistas. Além da análise da disposição das estruturas na paisagem e dos diferentes dispositivos materiais de controle e resistência, a discussão será esboçada e complementada por meio dos dados já sistematizados da escavação ainda em curso, na área da charqueada São João.

2 CONTEXTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS: UM DIÁLOGO ENTRE AS ARQUEOLOGIAS DA PAISAGEM, DOCUMENTAL E DA ESCRAVIDÃO

Neste capítulo serão apresentadas algumas características gerais do escravismo pelotense e da formação da cidade de Pelotas. Ademais, far-se-á uma discussão breve dos trabalhos de Arqueologia da Escravidão desenvolvidos na região, junto ao projeto “O Pampa Negro...” (2009). Ao final, apreciam-se as três vertentes norteadoras do trabalho, tendo em vista o campo da Arqueologia Histórica. Dentre estes temas está a discussão da hermenêutica das fontes escritas (como ler e questionar os documentos enquanto arqueólogo?); do conceito de paisagem na Arqueologia (questões metodológicas e teóricas do campo) e os debates em Arqueologia da Escravidão que tem pensado as materialidades e as paisagens enquanto dispositivos de controle do escravo, salientando os estudos de Arqueologia da Paisagem em contextos escravistas e as análises espaciais das unidades produtivas (*Spatial Analysis of Plantations*).

Em primeiro lugar, cabe destacar que a importância deste problema de pesquisa advém da representatividade do escravo na história de Pelotas e, de modo mais geral, na região meridional do Rio Grande do Sul. O sistema escravista em Pelotas esteve diretamente associado à produção do charque. A cidade se edificou através das mãos de trabalhadores escravizados e constituiu, no decorrer do século XIX, um dos maiores contingentes de escravos da Província do Rio Grande de São Pedro.

Até 1812, quando se estabelece a Freguesia São Francisco de Paula, a região ainda pertencia e respondia à comarca de Rio Grande. O marco para a autonomia administrativa e a constituição da cidade de Pelotas foi a criação da Câmara Municipal, no ano de 1832 (GUTIERREZ, 2001; MAESTRI, 1984; MAGALHÃES, 1993; OGNIBENI, 2005). Este processo de emancipação administrativa e o crescimento da população escravizada foi decisivamente impulsionado pelo advento das charqueadas, que possibilitou o enriquecimento e a ascensão política dos indivíduos que conformaram a Câmara Municipal. Todos os vereadores eram de alguma maneira, ligados à indústria charqueadora e seus interesses se materializavam no principal meio de comunicação política

a nível local no período imperial, a Câmara Municipal, instituição executiva e legisladora.

2.1 Tráfico de escravos

O desenvolvimento das charqueadas em Pelotas tornou indispensável o abastecimento da mão-de-obra escravizada para suprir à expansão e manutenção da economia local. Gabriel Berute (2006), em sua dissertação de mestrado, discorre detalhadamente acerca do tráfico de escravos na então Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e traz informações valiosas acerca de tal comércio. Berute (2006) faz a análise das características demográficas dos escravos traficados (questão de “sexo”, naturalidade, condição e faixa etária), além de tentar caracterizar a dinâmica mercantil (traficantes envolvidos; portos utilizados; composição dos envios). O autor destaca como principal cenário do tráfico o porto da Vila do “Rio Grande” (berço da povoação lusitana no Rio Grande do Sul), que era passagem quase “obrigatória” das embarcações comerciais. Os cativos que aportavam na localidade vinham quase que exclusivamente do porto de Rio Grande.

Berute (2006) traça dois períodos importantes do tráfico, um que diz respeito ao que chama de “fase de estabilidade do tráfico”, correspondente aos anos de 1788-1802, e o outro a “fase de aceleração”, que corresponde aos anos de 1809-1825, que é o período no qual o tráfico atlântico se intensifica, impulsionado pela vinda da família real e pela pressão inglesa em abolir o comércio de escravos. É nesse momento que ocorre também o aumento do preço dos cativos, devido à grande procura. Esse processo de encarecimento do valor dos escravos se repete no período posterior à implementação da Lei Euzébio de Queirós, que “institucionaliza” o fim do tráfico (MAESTRI, 1984; PESSI, 2008). A importação de escravos para a capitania do Rio Grande de São Pedro acompanhou a tendência de aceleração verificada no tráfico atlântico, com o volume de escravos comercializados apresentando um crescimento na ordem de 112%. A capitania do Rio Grande de São Pedro não estabelecia negociações diretas com o continente africano, o abastecimento da região se fazia por intermédio das rotas internas de redistribuição, através da relação estreita com os grandes centros da economia colonial (Rio de Janeiro, principalmente). E foi

por intermédio da produção do charque que o Rio Grande do Sul começou a integrar a economia brasileira (PESSI, 2008). O circuito mercantil se dava através de pequenos envios e de grande número de “traficantes eventuais” (BERUTE, 2006).

2.2 Perfil demográfico e origem dos cativos

O perfil demográfico dos escravos desembarcados via tráfico no Rio Grande de São Pedro traz uma “razão de masculinidade” elevada e predomínio de africanos (em detrimento dos crioulos³). A preferência era por escravos homens, com idade produtiva. Crianças representaram em sua pesquisa um total de 32% de todos os escravos registrados no período. Segundo Berute (2006) é difícil definir a idade dos escravos, uma vez que há a falta de informação em muitas partes da documentação, além da própria atribuição de idade nas “guias” não ser precisa. Não há padrão estabelecido entre idade numérica (14, 15 anos) e descritiva (moleque, rapaz, velho...).

Definir o perfil étnico e a origem africana dos escravos que ingressavam em terras sulinas é também uma tarefa difícil, pois as informações relativas à origem (naturalidade) do escravo na África se referem na maioria das vezes ao local de embarque dos cativos no continente africano e não necessariamente à sua localidade natal. A “denominação” encontrada nesses registros de importação serve mais como indicador geral sobre as possíveis origens e etnias dos cativos. Berute (2006) argumenta que a maior parte dos escravos que aportaram no porto de Rio Grande seriam provenientes da África “Centro-Ocidental” (Angola, Costa da Mina, Cabo Verde), com pequena presença da África Oriental (Moçambique) (MAESTRI, 1993, p.32). Num primeiro momento (1788-1802), escravos da África Centro-Ocidental Atlântica chegariam à porcentagem de 98% dos cativos comercializados; e num segundo momento (1809-1825) a 70%. No segundo momento há um crescimento do tráfico exercido pela África Oriental. Esse crescimento se liga à proibição do tráfico negreiro ao norte

³ Segundo Mário Maestri (1993, p.30): “[...] denominavam-se de *crioulos* os cativos nascidos no Brasil. De *novos* ou de *nação*, os trazidos recentemente da África. Estes últimos, após viverem algum tempo no Brasil e aprenderem uma profissão e a falar, bem ou mal, português, passavam a ser chamados de *ladinos* [...]”.

do equador a partir de 1815 e à repressão inglesa contra o tráfico (BERUTE, 2006, p.73-75).

2.3 Sistema escravista e as charqueadas no Brasil Meridional

Para Mário Maestri (1984), o modo de produção escravista é aquele no qual os bens materiais produzidos pelo trabalho social são realizados tendo como força fundamental o homem escravizado. O trabalho escravo trouxe grandes vantagens econômicas devido à ampla lucratividade do tráfico atlântico. Os escravos começam a cumprir, do século XVIII em diante, o papel de definidores do “status” social e econômico dos senhores de escravos, que passam a ser caracterizados (política; social e economicamente) pelo número de escravos que possuíam e não somente pela atividade que exerciam. A maior contribuição de Maestri (1984) para a discussão do escravismo gaúcho é que o autor destaca o advento das charqueadas como o definidor (estruturador) do regime social de produção escravista. Anteriormente o trabalho na região meridional do Rio Grande de São Pedro não era centrado na figura do cativo africano ou crioulo, mas com o surgimento da indústria charqueadora, a mão-de-obra escravizada assume um papel central na vida econômica e social da Capitania/Província.

O eixo charqueador se encontrava localizado na zona sul do atual território do Rio Grande do Sul (Pelotas, Jaguarão, Bagé, Porto Alegre). Pelotas pode ser considerada o centro da atividade charqueadora do Rio Grande de São Pedro, por ter sido um dos primeiros locais a empreender esse tipo de atividade no Brasil e pelo grande número de indústrias que se instalaram no seu território.

2.4 Pelotas: sua riqueza em braços negros (demografia e cotidiano)

Não é possível deixar de relacionar a história da atual cidade de Pelotas, antiga Vila São Francisco de Paula (até 1835), ao advento das charqueadas no Rio Grande do Sul e aos trabalhadores negros escravizados que ali viveram, trabalharam e morreram. A cidade de Pelotas se ergueu e se edificou através das mãos de trabalhadores escravizados. O “motor” da economia local (as charqueadas) era “regido” pelos negros escravizados, que participavam de todo

processo produtivo da indústria charqueadora. Porém, o trabalho escravo não se limitava ao âmbito das charqueadas. Os escravos estavam presentes nas mais diversas esferas da sociedade: dentro das casas de seus senhores, nas pequenas plantações da Serra dos Tapes (região contígua a zona urbana de Pelotas), no porto, nas quitandas do centro, na construção civil, na produção das olarias.

Pelotas foi o centro da atividade saladeiril gaúcha. A história da ocupação de suas terras iniciou-se oficialmente com as doações da sesmaria ou Rincão de Pelotas, na margem esquerda do Arroio Pelotas, e da sesmaria do Monte Bonito, na margem direita deste mesmo arroio, por volta de 1758, terras estas concedidas ao coronel Tomás Luís Osório (OGNIBENI, 2005; MAESTRI, 1993). Ao final do século XVIII, mais precisamente na década de 1780, iniciou-se o processo de “constituição” das indústrias charqueadoras. Os campos férteis e a quantidade de gado teriam propiciado condições favoráveis para tal empreendimento (GUTIERREZ, 2001). Maestri (1984) enfatiza que a técnica de salgar carne (produzir o charque) é antiga na região meridional, sendo efetuada em Buenos Aires e Colônia do Sacramento desde pelo menos o início do séc. XVIII. As primeiras indústrias de charque em Pelotas se instalaram junto aos arroios Pelotas e São Gonçalo. Essa escolha se deu pela facilidade de escoamento da produção, através das vias fluviais. A esse núcleo inicial da fabricação de charque se acrescentam, nos anos seguintes, charqueadas junto aos arroios Fragata e Santa Bárbara, também próximos ao núcleo urbano que se forma.

Na virada do século XVIII para o XIX, a produção do charque começa a tomar formato de prática industrial, com a utilização de etapas de produção mais elaboradas e métodos mais eficientes, onde se aproveitava ao máximo toda matéria-prima. O trabalho nas charqueadas era quase que exclusivamente efetuado pela mão-de-obra escravizada, tanto das tarefas envolvendo a produção do charque (abate do animal, sangramento, esartejamento, desossa, salgar, charquear, etc.) como de seus subprodutos (graxa, sebo, cal, couro, etc.) (GUTIERREZ, 2001). Bruno Pessi (2008) traz algumas respostas a questões relativas ao trabalho nas charqueadas. O autor, por meio de pesquisa em inventários post-mortem de charqueadores pelotenses, levando em consideração o período anterior (1846-1850) e posterior (1870-1874) à

promulgação da lei Eusébio de Queirós (1850), constata o crescimento da especialização dos escravos e uma intensificação da organização do trabalho escravo nas charqueadas, principalmente no período posterior à institucionalização do fim do tráfico.

O trabalho de Pessi (2008) procura trazer outra visão para a organização do trabalho nas charqueadas, demonstrando que a lógica das charqueadas pretendia uma auto-suficiência ou uma forma de minimizar a necessidade de apelar ao mercado, em relação a algumas atividades correlatas à produção do charque. Isso explicaria o aumento das especializações no período posterior a 1850, principalmente dos cativos relacionados ao trabalho nas charqueadas, uma vez que seriam uma forma de superar a “crise dos braços” ocasionada pela lei Eusébio de Queirós.

Como o trabalho nas charqueadas era sazonal, pois se exigia um clima seco e quente para a secagem das mantas de carne nos varais, os cativos no período de entressafra exerciam uma gama de outras atividades, como o trabalho nas olarias, na produção agrícola local, na construção civil, ou em atividades cotidianas no meio urbano (GUTIERREZ, 2001; OGNIBENI, 2005). O número de escravos por charqueadas, obviamente, varia segundo o tamanho de cada estabelecimento, o poder aquisitivo dos proprietários, e do contexto histórico que se insere a charqueada, visto que houve variações consideráveis durante o séc. XIX referentes ao preço e a oferta de escravos. Ester Gutierrez (2001) informa que (tendo por base majoritária a margem direita do Arroio Pelotas) as unidades compostas de estância, charqueada e olaria teriam um número aproximado de 30 a 150 escravos, com uma média de 84 escravos por propriedade. Denise Ognibeni (2005), através de análise bibliográfica e de um conjunto de inventários de charqueadores, demarca o momento de maior concentração de charqueadas ativas e de escravos como sendo relativo ao período que vai dos anos 1840 até o final dos anos 1860, chegando no período dos anos 1840 a uma média de 82,25 escravos por charqueada, e nos anos 1870 a média de 29,5 por estabelecimento.

Para entender o funcionamento do sistema produtivo das charqueadas devemos levar também em consideração, além do trabalho escravo nas diversas frentes da indústria do charque, os mecanismos da força de controle que se fazia necessário ao sistema escravista, e que tinham a tarefa de manter o *status quo*

da máquina escravista. Como exemplos de “aparatos” da força de controle, pode-se citar: capitães do mato, feitores, guarda nacional, forças policiais, etc. O escravo era ao mesmo tempo a solução e o problema para o trabalho nas charqueadas. Se por um lado o escravo era elemento essencial para manutenção da produção charqueadora, de outro, seu trabalho era realizado sob coação periódica e a proximidade entre as charqueadas fez com que se aglomerassem em terrenos contíguos um número muito grande de escravos, que caso incentivados a qualquer tipo de contestação ou reação violenta, provocariam um estrago enorme ao “estado natural” do sistema escravista pelotense.

Cabe salientar que o escravo em nenhum momento foi indivíduo passivo nas relações escravistas, ele atuou nas negociações cotidianas e conquistou seus espaços tanto pela oposição direta, como indireta. Caiuá Al-Alam (2007) em seu trabalho contribui para uma nova visão de resistência escrava, com o que chama de “resistência adaptativa”. Seu argumento baseia-se no entendimento de que a relação senhor/escravo se dá dentro do sistema escravista, em termos de apropriação dos signos culturais impostos e de adaptação segundo as leituras de mundo dos cativos, suas perspectivas, suas experiências de vida. Por essa linha de pensamento a cultura seria constantemente recriada. A resistência adaptativa seria outra forma de sobreviver do escravo, que objetivaria melhorar suas condições de vida dentro do próprio sistema escravista. Para Al-Alam (2007), a população negra escravizada transformou as próprias relações de dominação a que estava submetida, conquistando pequenos espaços de autonomia econômica, social e cultural, criando novas alternativas de vida.

Uma breve descrição do cenário escravista pelotense da primeira metade do século XIX deve apresentar uma região em expansão econômica, em fase de estruturação do seu aparelho burocrático, cuja metade de sua população era composta de escravos. Estes cativos estavam acumulados em uma região que os aproximava geograficamente (a maioria das charqueadas se localizavam no entorno do Arroio Pelotas e São Gonçalo). Os indivíduos escravizados manifestaram diversas formas de resistência, e quando impelidos a se rebelarem, não ameaçaram apenas a vida dos seus senhores, mas a manutenção da instituição escravidão. Em um contexto de indefinição política no

Prata, devido a Grande Guerra no Uruguai, e na Província de São Pedro em virtude da Revolução Farroupilha, o clima era de tensão e medo. Estes temores se acentuaram em consequência de três acontecimentos relacionais: a eclosão da Revolta dos Malês na Bahia em 1835; a possibilidade de influência uruguaia junto aos cativos pelotenses; e principalmente pelo exemplo local do Quilombo da Serra dos Tapes, que preocupou as autoridades locais de 1834 a pelo menos 1836 (MONTEIRO, 2012).

2.5 Estudos arqueológicos da escravidão em Pelotas

A Arqueologia da Escravidão em Pelotas só foi estabelecida formalmente no ano de 2009, a partir do desenvolvimento do projeto “*O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*”, coordenado pelo Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira, junto ao Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA), do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mais recentemente, em abril de 2015, a pesquisa albergou-se em um novo laboratório do ICH: o Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material (LEICMA). O projeto tem por objetivo primordial estabelecer uma linha formal de Arqueologia da Escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (FERREIRA, 2009a). Foi com base nas problemáticas e nos trabalhos realizados no âmbito do projeto “*O Pampa Negro...*” (2009a) que esta dissertação foi pensada e desenvolvida.

Associado aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto se encontra a dissertação de mestrado de Estefânia Jaékel da Rosa (2012). Neste trabalho, Rosa (2012) analisa a estrutura interna de seis charqueadas pelotenses e procura entender de que forma os escravos atuaram nestes estabelecimentos. A autora procura entender, dentre outras coisas: o funcionamento da estrutura interna de alguns estabelecimentos saladeris; a distribuição espacial dessas unidades produtivas e domésticas; as atividades de apoio das charqueadas e a produção de subsistência; o perfil demográfico dos escravos.

Através de documentação histórica e principalmente da análise de cultura material, amparada pelas perspectivas metodológicas e teóricas da Arqueologia da Escravidão, Rosa (2012) analisa a formação espacial de uma

charqueada, até então desconhecida pela historiografia pelotense, localizada às margens do arroio Santa Bárbara. A área (situada entre o arroio Santa Bárbara, o canal São Gonçalo, o arroio Moreira e a estrada do Passo do Fragata) inicialmente pertencia a Manoel Alves de Moraes, que explorava essa porção de terra com duas finalidades: pecuária e produção de charque. No local, além da criação de gado e da charqueada, existiam algumas casas de moradia que eram arrendadas (ROSA, 2012, p.151). A charqueada Santa Bárbara integrava um grande complexo produtivo, implementando diversas atividades, tais como: produção de charque e derivados, fabricação de sabão e de tijolos, criação de animais, cultivo da horta, pomar e chácara, e outros serviços ligados a subsistência e a vida doméstica. A presença e demografia escrava da charqueada é atestada através dos inventários post-mortem do próprio Manoel Moraes e de herdeiros dos estabelecimentos e terrenos (Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna).

O trabalho de Rosa (2012) objetiva trazer uma nova perspectiva para os estudos da escravidão, contribuindo não só com a historiografia local, mas também com os estudos em arqueologia, ao caracterizar o potencial da cultura material das charqueadas e indicar caminhos para futuras pesquisas arqueológicas. Através da análise da profissão dos escravos nos inventários, a autora percebe que a atuação dos cativos não se limitava a charqueada, e que nem todos os escravos arrolados nos inventários estavam relacionados ao ambiente das charqueadas. Escravos especializados em serviços artesanais, domésticos, de construção e lida no campo atuavam junto a outras propriedades, como as residências urbanas, estâncias e chácaras, alguns inclusive usufruindo de certa “mobilidade social” devido às especializações, podendo transitar entre propriedades e trabalhar em diversas atividades ao longo dos dias (ROSA, 2012). Essa constatação levanta a hipótese de que o número de escravos que atuaram no interior das indústrias charqueadoras pode ter sido menor do que se imaginava.

Rosa (2012) traz em seu trabalho a noção de que havia uma “hierarquia” nas relações entre os escravos. Esta inclusive era incentivada pelos senhores através do “tratamento diferenciado” que pretendia a acomodação dos cativos ao sistema. Acrescenta ainda algumas observações quanto à resistência

escrava ao sistema, salientando questões como: a família escrava; laços de compadrio (alianças); atos de violência (ROSA, 2012).

Marcelo Rocha (2014) trabalha arqueologicamente a região do Passo dos Negros enquanto um local fundamental para a colocação de Pelotas no mercado mundial e sua inserção no “mundo moderno”. O autor revela uma série de dados de importação e exportação de produtos e escravos que demonstram a conexão de Pelotas com a Europa, Caribe, Estados Unidos e países do rio da Prata (Argentina e Uruguai). Além do mais, analisa-se o potencial arqueológico da área do antigo Passo dos Negros por meio das três propriedades charqueadoras ali alocadas e suas características espaciais e demográficas. Um dos pontos de seu trabalho recaiu sobre a identificação e análise da antiga charqueada de Manoel Soares da Silva, que depois passou a ser conhecida enquanto “Chácara da Brigada”, devido ao seu uso como campo de treinamento por este corpo policial até o ano de 2013.

Partindo especificamente dos dados de entrada e saída de víveres e escravos entre 1816 a 1819 destacados por Saint-Hilaire (2002), Rocha (2015) enfoca a importação de produtos “internos” ou “nacionais” em Pelotas no referido período (Bahia, Florianópolis, Santos, entre outras). O autor destaca o fato de que a cidade não custeava inteiramente sua própria produção de gêneros alimentícios, importando diversos tipos de itens de outras regiões do Brasil, tais como: açúcar branco (refinado), mascavo, café, arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, água ardente, vinho, fumo, cerveja, remédios, drogas e vidraçaria.

Em termos da inserção da cidade no sistema mundial de comércio, verifica-se que a produção charqueadora em Pelotas esteve diretamente conectada a outros continentes. A colocação da cidade na dinâmica atlântica esteve ligada as trocas que Pelotas estabeleceu com portos longínquos. Este é o caso das cidades dos Estados Unidos, Europa e África que forneceram sal para Pelotas, produto fundamental para a confecção do charque. Outras localidades internacionais como Lisboa (Portugal), Porto (Portugal), Guernsey (Reino Unido) e Genebra (Suíça) contribuíram com outros produtos, como vinhos, azeites, chocolates e tapeçarias (ROCHA, 2015). A importância das transações comerciais e da circulação de diferentes produtos na cidade configurou o Passo dos Negros enquanto local basilar para o escravismo local.

Na mesma toada argumentativa, Anelize Santana (2015) demonstrou por meio dos dados de importação e exportação do Jornal Diário de Pelotas (1876-1888), como a cidade estava conectada as mais diversas rotas comerciais mundiais, fazendo circular diferentes produtos, tanto em termos de exportação dos itens locais, quanto da chegada de objetos e pessoas dos mais distintos locais do mundo. De certo modo os dados de ambos os autores, apesar das diferenças temporais em que se inserem suas pesquisas, demonstram como Pelotas estava inserida nas rotas comerciais do sistema mundial de circulação de mercadorias e pessoas. Este sistema foi sustentado em certa/grande medida pelos regimes escravistas espalhados pelo Novo Mundo e pela conexão entre os continentes africano, europeu e americano.

As diferentes publicações de Lúcio Menezes Ferreira, coordenador do projeto “O Pampa Negro...” (2009a), também configuram importantes publicações a respeito das pesquisas em Arqueologia da Escravidão para compreensão das dinâmicas da escravidão a nível local, mesmo quando não aborda geograficamente a região sulina do Rio Grande do Sul. Em um destes trabalhos Lúcio Ferreira e Gabino La Rosa Corzo (2013) demonstram como a materialidade das “marcas de ferro” se articularam firmemente, desde o século XVIII até meados do XIX, ao sistema escravista de Cuba e foram elementos constituintes das identidades culturais dos escravos. Neste estudo enfatizaram-se como as marcas a ferro serviram como tecnologias de controle dos cativos e estiveram a serviço do sistema escravista cubano. A materialidade dos símbolos das marcas a ferro sublinhava o estatuto do escravo como propriedade.

Em resumo, as marcas a ferro foram tecnologias de governamentalidade do poder colonial e fabricaram largamente as identidades culturais dos escravos (foram elementos ativos nessa constituição). Estes foram símbolos não escolhidos pelos escravos, que estavam ali, presentes, marcados em seus corpos. Mesmo nos quilombos, estas marcas lembrariam sua condição pregressa: foram escravos de alguém. Contudo, os autores ressaltam que isso não significa acomodação. Mesmo marcados a ferro, os escravos seguiram resistindo. Não fossem as fugas, aquilombamentos, a ação das pessoas que viveram com estas marcas, a Coroa espanhola não teria executado sua governamentalidade no que ela possuía de mais precioso: o controle das informações sobre o escravo, sua individuação por meio de registros

pormenorizados. É certo que a resistência escrava não se resumiu aos aquilombamentos, mas também se processou de maneira veemente no cotidiano das fazendas (FERREIRA e LA ROSA CORZO, 2013).

Em outro artigo, Ferreira (2015) realiza uma revisão das discussões a respeito do fenômeno quilombola na Arqueologia brasileira e utiliza como estudo de caso a pesquisa arqueológica da comunidade quilombola “Maçambique” na região de Canguçu, localizada na grande área da antiga Serra dos Tapes. O autor demonstra neste trabalho, como alguns elementos do sistema escravista se enraizaram e permanecem atuais nas relações sociais da região de Pelotas (Canguçu). A escravidão é mais do que um modo de exploração, ela é acima de tudo uma forma de controle social. Ferreira (2015) descreve como o legado da escravidão continua a sustentar formas locais de controle social e impacta a vida dos descendentes de escravos de forma decisiva. Ademais, analisa a distribuição espacial das estruturas do quilombo e revela estratégias espaciais de ocupação da paisagem.

2.6 Arqueologia Histórica e os pressupostos de um campo

Este tópico tem por objetivo fazer um apanhado geral das principais temáticas e (in)definições do campo da Arqueologia Histórica. Tomar-se-á como base da argumentação o debate a respeito da hermenêutica das fontes na arqueologia histórica e os diferentes entendimentos teóricos/metodológicos que a definem.

2.6.1 Os primeiros estudos em Arqueologia Histórica: História ou Antropologia?

Delimitar uma área do conhecimento exige que respondamos minimamente as seguintes questões: o que a define institucionalmente? Quais são suas principais preocupações? Suas fontes informacionais? Possui um corpo metodológico e teórico particular? Pensando a respeito dessas interrogações é que os diferentes entendimentos sobre a arqueologia histórica emergirão. As origens das pesquisas em arqueologia histórica sob um primeiro olhar podem parecer difíceis de delimitar, afinal, esta tarefa requereria um

apanhado geral muito amplo na história da disciplina, o que não é fácil. No entanto, para um entendimento do surgimento institucional da disciplina basta que se delimite o contexto em que a arqueologia histórica começa a ser pensada enquanto um campo particular da Arqueologia, com características e objetivos específicos. E este contexto, local e período parecem estar bem marcados na história da Arqueologia. Nesse sentido é possível afirmar de antemão que o lugar institucional da Arqueologia Histórica em seus primórdios é os Estados Unidos da América (EUA)⁴.

É nos EUA, no contexto de intensificação da criação dos parques históricos, na metade dos anos 1960, que surge a Sociedade de Arqueologia Histórica (1967). Os trabalhos nos parques históricos, que estavam inseridos nas problemáticas de ampliação do turismo histórico e arqueológico, serviram como propulsores da Arqueologia Histórica. Estas atividades foram amparadas por um corpo de leis e por órgãos públicos e privados, que cunharam o termo *cultural resources management* (CRM) para designar as crescentes preocupações em gerir (administrar) os locais de potencial arqueológicos, históricos e arquitetônicos. Em meio a essa conjuntura, o arqueólogo Ivor Noël Hume (1969) será um dos primeiros defensores de uma preparação específica dos arqueólogos para esses tipos de trabalho. Hume em conjunto com a criação da Sociedade de Arqueologia Histórica possibilitou o surgimento institucional da disciplina, e ainda concebeu os primeiros textos metodológicos (e teóricos) que objetivavam alicerçar institucionalmente a arqueologia histórica como uma área singular do conhecimento arqueológico.

Para Noël Hume (1969) o principal objetivo da Arqueologia Histórica seria encontrar as raízes identitárias norte-americanas. A visão do autor é eminentemente eurocêntrica e se insere num *continuum* de discursos nacionalistas e de exaltação do *american way of life*. É eurocêntrica, pois entende que estudar os índios americanos (no registro arqueológico) não configuraria as raízes americanas, mas sim o passado dos euro-americanos que

⁴ Reconhece-se aqui a existência de uma “tradição arqueológica” européia que já utilizava documentos e pensava a História da Europa e o Cristianismo num período próximo aos norte-americanos (FUNARI et al., 1999). Contudo, estas questões não serão aprofundadas neste texto, dando-se preferência aos autores do Novo Mundo (norte e sul-americanos).

chegaram ao Novo Mundo. Para o autor, o uso de documentos e o estudo do período de colonização norte-americana é que configurariam a Arqueologia Histórica. Nesse sentido a Arqueologia em termos teóricos/metodológicos se aproximaria eminentemente à História, por possibilitar o estudo tanto do passado distante quanto recente. Esta defesa de posição é tanto institucional quanto teórica e metodológica. Para o autor os adeptos da Arqueologia Antropológica (leia-se: os arqueólogos pré-históricos, que estudam basicamente o “índio morto”, os vestígios materiais das populações autóctones) não estariam preparados para estudar os contextos históricos (mais próximos no tempo), devido a sua formação antropológica (pré-histórica) e o desconhecimento do contexto de formação dos objetos e dos sítios históricos.

Em sua idéia de arqueologia, Hume (1969) entende que o fundamental para um arqueólogo histórico é o conhecimento do processo de formação estratigráfico dos sítios e a compreensão das tipologias e datações dos artefatos. Para o autor, o uso de documentos escritos é outro fator diferenciador da Arqueologia Histórica, uma vez que estes trazem informações a respeito dos objetos e do contexto histórico. Por isso a importância de se possuir uma abordagem histórica e do conhecimento das histórias locais. Ademais, para Hume (1969), escavar documentos e a terra (sítios) deve ser parte da mesma pesquisa.

Outro arqueólogo que é precursor nas conceituações e institucionalização do campo da arqueologia histórica é Stanley South (1977). No entanto, o autor possui uma visão diametralmente divergente à de Noël Hume (1969), uma vez que defende uma abordagem antropológica (evolucionista, processual e científica). Na toada da Nova Arqueologia (ou Arqueologia Processual) e de sua busca por regularidades e variabilidades do registro arqueológico e conseqüentemente do comportamento humano, South (1977) defende que o objetivo da Arqueologia Histórica deve ser compreender padrões materiais (regularidades e variabilidades) para explicar os processos de mudanças culturais. Para isso, partir do entendimento de contextos locais (de fatos particulares) não seria profícuo, mas sim, o uso de generalizações empíricas (partindo do geral para o particular).

Nessa conjuntura teórica/metodológica pensada pelos processualistas e transposta à arqueologia histórica por South (1977), se faz necessária a aplicação do método hipotético-dedutivo. Este método basicamente define que se parta de hipóteses gerais e as teste sobre as observações e as coleções de dados. Esta é uma premissa que extrai seus problemas e respostas diretamente dos dados, da sua quantificação e da constituição de leis gerais derivadas do registro arqueológico. Estas proposições devem ir além da explicação e aplicabilidade das leis e padrões materiais, elas almejam a predição. Por meio desta predição matemática, é que se constituiria uma arqueologia histórica científica (DEAGAN, 2008; SOUTH, 1977). Dentro da perspectiva processual de Stanley South (1977) e Kathleen Deagan (2008), a arqueologia histórica é a mais completa para realizar a tarefa de estabelecer padrões e regularidades (leis gerais) dos comportamentos passados. Isto se dá justamente pela possibilidade de uso dos documentos escritos, que possibilitam na convergência com as fontes arqueológicas (registro arqueológico) alcançar as variáveis e padrões comportamentais. Contudo, a arqueologia histórica, nessa vertente teórica, não é definida somente pela presença e uso de uma categoria de fonte específica (no caso os documentos escritos).

2.6.2 Novos entendimentos, novas questões: entre os documentos escritos e a modernidade

Nos últimos anos (meados de 1980 em diante) uma série de publicações tem se prestado a pensar o campo da arqueologia histórica. Esses trabalhos, num olhar retrospectivo, deram visibilidade a novas preocupações e novas questões para a disciplina. Saiu-se do dilema se o que definiria o campo era a Antropologia ou a História, para preocupações com questões teóricas e novas temáticas. Dentre elas, podem ser listadas: o sistema mundial moderno (modernidade), capitalismo, os variados usos históricos da “história”, relação local/global, gênero, classe, raça, identidade, escalas de análise, materialidade, significado, representação, ação social (*agency*), relações de poder, etc. (FUNARI et al., 1999; HALL e SILLIMAN, 2006; ORSER, 2010).

Pedro Funari, Siân Jones e Martin Hall (1999) constituíram uma coletânea de artigos onde procuram definir uma arqueologia histórica mundial,

contextual e pluralista. Os autores da publicação têm como fator unificador ou de coincidência o estudo de sociedades que possuam alguma forma de registro escrito. Entre as principais marcas dessa publicação, está a defesa da não dicotomização da história humana, uma vez que os autores entendem que essa divisão binária se justificaria mais por questões políticas e institucionais de imposição da arqueologia histórica como um campo distinto, do que por fronteiras teórico/metodológicas ou temáticas. Por este motivo é que os autores defendem como grande ponto da arqueologia histórica o seu papel (e compromisso) com todas as formas de documentações históricas. Entendem que a Arqueologia Histórica deve se manter enquanto um campo distinto da Arqueologia, devido ao reconhecimento do papel que as fontes escritas possuem nas sociedades, tanto pelo seu papel de comunicação e representação, quanto pela sua associação a centralização e o surgimento dos primeiros estados e impérios (FUNARI et al., 1999).

Numa toada semelhante, porém com algumas divergências de entendimento, está a coletânea de Martin Hall e Stephen Silliman (2006) e o trabalho de Charles Orser (2010). Ambos os trabalhos defendem uma Arqueologia Histórica voltada ao sistema mundial (a relação do local/global), mas mais especificamente, argumentam por uma disciplina preocupada com as reverberações e mudanças que a modernidade e suas instituições acarretaram para as relações entre o mundo material e as pessoas. Orser (2010) pensa o sistema mundial moderno enquanto um processo de mudanças que é causado simultaneamente pela grande circulação de mercadorias e de pessoas que a colonização das Américas e África impulsionaram. Dentro dessa perspectiva a grande tarefa da Arqueologia Histórica seria interagir entre a escala local e global, entre o micro e o macro. Hall e Silliman (2006) usam o exemplo dos cachimbos brancos de barro (argila) para atentar como esses artefatos tão comuns no registro arqueológico podem ter sido manufaturados em Amsterdã no século XVII, e depois serem achados pelos arqueólogos em Nova York, Brasil, África do Sul, sudeste da Ásia, e tantos outros lugares onde os comerciantes holandeses desembarcaram suas mercadorias. Os cachimbos enquanto artefatos provem informações sobre cronologia, comércio e trocas,

hábitos individuais e padrões de comércio global, e ainda podem ser lidos à nível de atributo, sítio ou região.

Esse tipo de entendimento teórico é diametralmente contrário ao defendido anteriormente por South (1977) e Deagan (2008), no sentido de procurar ir das “pequenas coisas esquecidas”⁵ da vida diária às relações globais de circulação de produtos e pessoas, que é característica da modernidade (HALL e SILLIMAN, 2006). Em meio a essas problemáticas da modernidade é que emergirão as relações de poder, de identidade, de gênero, de classe, raça, etc. Esta mudança de visão não é exclusividade da Arqueologia Histórica, porém está claramente presente nas mudanças contemporâneas da disciplina. Outro fator modificador diz respeito ao uso dos documentos. Antes, os documentos eram pensados apenas enquanto uma forma de ampliar a interpretação do registro arqueológico ou de trazer informações a análise tipológica e a classificação dos artefatos e estruturas. A partir dos anos 1980 os arqueólogos começaram a pensar os documentos escritos como “chaves êmicas” para as relações sociais passadas.

2.7 Como escavar documentos? Arqueologia Documental e suas metodologias, limitações e potencial de análise.

Pensar a relação entre arqueologia e “fonte históricas” vem há muito preenchendo as páginas de revistas e livros da disciplina, principalmente às direcionadas a temática da Arqueologia Histórica (ANDRÉN, 1998; BEAUDRY et al., 1988; HALL, 1999; LITTLE, 2006). Os estudos variam em suas conclusões, entretanto, a maioria dos pesquisadores que pensam essa relação concordam com a potencialidade informacional dos documentos para o estudo da cultura material. Dentre as qualidades dos documentos, Mary Beaudry (et al., 1988, 2007) destaca, em seu viés semiótico e lingüístico, a possibilidade de analisar os documentos escritos tanto na perspectiva ética quanto na êmica (ou tanto na perspectiva do produtor como na do usuário). O estudo dos textos culturais

⁵ Este termo é uma referência a expressão cunhada por James Deetz (1977).

possibilita, desse modo, um entendimento das atitudes das pessoas em relação ao mundo que as cerca e da própria ação dos objetos frente às relações sociais. Esta compreensão das articulações das pessoas com a cultura material (e vice-versa) só se faz visível porque os documentos codificam conexões entre pessoas em diferentes níveis: nas relações diretas de parentesco, no domicílio, na vizinhança e comunidade, nas relações de poder entre autoridades locais (charqueadores) e escravos, entre proprietários de fábricas e trabalhadores, e assim por diante (BEAUDRY et al., 2007). Um exemplo dessa codificação é pensar como os processos criminais contra escravos permitem uma janela êmica das relações escravistas e do funcionamento do sistema judiciário; do mesmo modo que as Atas e Posturas da Câmara Municipal de Pelotas constituem uma janela êmica à formação da paisagem e à consolidação do sistema escravista.

É certo que os documentos constituem representações do mundo, que eles são “peças residuais de um mundo em ação que já se foi” (YENTSCH, 1988, p.153), contudo estas representações são produzidas socialmente com referência ao mundo material (VOSS, 2007). Partindo desta perspectiva, Bárbara Voss (2007) propõe que se entendam as “evidências do passado” como trabalhos de representação (*“labors of representation”*). Este conceito de “trabalhos de representação” chama a atenção para o esforço físico, as decisões estratégicas, e os projetos políticos inerentes as práticas de representação. A autora alerta que qualquer representação é um ato de seleção, interpretação, tradução, uma transformação da confusa, infinita e complexa realidade do dia a dia em algo tangível, controlado e legível/perceptível (VOSS, 2007, p.156). Os documentos como produtos sociais, são parte integral do estudo da vida material no período histórico, uma vez que constituem contextos (BEAUDRY et al., 2007). O contexto concebe e localiza os significados do passado, por isso a função fundamental dos documentos para o estudo da formação da paisagem em Pelotas.

Outra característica destacável dos documentos textuais é a sua imediatez, ou seja, sua freqüente criação para realizar algum propósito presente que ajudarão a resolver. As fontes escritas raramente são constituídas com o sentido de posteridade, como nos demonstra a arqueóloga Patricia Galloway (2006, p.49):

[...] Historical texts are comparatively seldom created with posterity in mind, but rather to accomplish some purpose in a present that they help create [...] officials acquit themselves of their duties through reports [...] isolated missionaries record their observations of their clients in order to justify their success or failure [...]

Galloway (2006) ao discutir os espaços que intermedeiam a cultura material e os textos, problematiza a questão da construção das evidências do passado ao tratá-las como resultado de múltiplos processos de produção, no qual as pessoas estudadas (ou os objetos de estudo) e os pesquisadores se tornam repositórios de agência e poder. Nesse sentido, a grande contribuição de Galloway (2006) é tratar ambas as evidências como produto dos diversos contextos (e redes) em que conviveram, atentando para a “vida social” que tanto os objetos quanto os textos possuem. Assim, as fontes desempenham diferentes papéis, ganham ou perdem valor à medida que são “traduzidas” de um contexto para outro.

A autora, remetendo-se às idéias de Michel Foucault (1991), defende que o arquivamento de documentos (ou *recordkeeping*), tanto nas ações colonialistas como nos nascentes “Estados-Nação”, são componentes cruciais de “governamentalidade” (GALLOWAY, 2006). Esta afirmação é bastante relevante para meu trabalho, uma vez que as atas e correspondências da Câmara Municipal de Pelotas são percebidas precisamente enquanto elementos de governamentalidade e dispositivos de poder, pois conferiram meios para que determinados sujeitos sociais pudessem intervir, direta ou indiretamente, na vida da localidade e na conformação da paisagem social. Os dispositivos materiais (e a paisagem também) fazem funcionar as estruturas e instituições. As instituições de poder se executam através da materialidade, se constituem por intermédio da materialidade. Na equação das relações sociais, não é possível pensar somente homem/instituição, excluindo o elemento material ou os objetos. Por isso em um contexto escravista, como é o caso da Pelotas do séc. XIX se torna essencial entender quais foram os dispositivos criados e impostos pelo poder local para oprimir os escravos e para evitar que suas resistências cotidianas crescessem até tornarem-se insurreições ou sublevações em massa.

Estes dispositivos de poder (ou de governo) se executam através da materialidade, são indissociavelmente materiais. Do mesmo modo os dispositivos de resistência dos cativos a esse processo também possuem

correspondência material. Por isso o diálogo entre diferentes categorias de fontes é tão fundamental para a pesquisa arqueológica. Um exemplo deste diálogo de fontes se encontra no trabalho de Barbara Voss (2007). A interdependência entre imagens, textos e objetos na interpretação arqueológica da autora, expôs os trabalhos de representação e a vida social destas evidências e destacou um caminho frutífero para a pesquisa arqueológica. Enfatizar que as plantas de Joseph de Urrutia, e por extensão outras imagens históricas e textos, foram produzidas através de trabalhos de representação de nenhum modo deprecia/subestima os efeitos materiais de tais representações. Voss (2007) demonstra que tanto imagens como textos podem referenciar fenômenos empíricos materiais.

As qualidades informacionais dos documentos escritos para a Arqueologia Histórica, não são consensuais no interior da disciplina, pois ainda ecoa uma desconfiança com relação à parcialidade ou tendenciosidade dos documentos, por se tratarem de representações. Parte da resistência em aceitar os documentos escritos como fontes da arqueologia, partiria, segundo Beaudry (et al., 2007, p.87) de um suposto “temor do êmico”, que seria provavelmente, um resíduo do positivismo. A autora ainda afirma que:

[...] Muitos arqueólogos históricos retêm o caráter tendencioso em relação aos documentos, adquirida durante seu treinamento na pré-história, e [...] continuam desatentos às possibilidades de se realizar análises sofisticadas e sensíveis tanto nos registros materiais quanto documentais [...]

Categorizar documentos históricos como “tendenciosos” (*biased*) supõe um argumento subjacente de que possa existir algum outro hipotético documento que não seja parcial (VOSS, 2007). Essa suposição faz parte da pretensa idéia de “objetividade” dos objetos perante a análise arqueológica. Mary Beaudry (et al., 2007, p.88) de forma irônica, faz uma crítica aos que consideram as evidências materiais como “mais confiáveis e diretas”:

[...] Talvez o clamor para permanecer um pré-historiador diante da evidência textual derive do que parece ser uma preocupação subjacente de que, acrescentando os documentos a essa equação, se adote uma abordagem crítica não realmente necessária, uma vez que a evidência material é, de certo modo, mais direta que os textos e, portanto, mais confiável, necessitando menos análises críticas [...]

Outra autora que aborda a questão da “objetividade” das fontes materiais e a tendenciosidade das representações documentais é Barbara Voss (2007, p.149), que descortina a gênese dessa idéia como uma crença na “falácia da representação”:

[...] Assessment of documents as either biased or accurate is rooted in the fallacy of representation— the belief in the possibility of an innocent correspondence between representation and reality [...]

Essa possível correspondência “inocente” entre representação e “realidade” supõe o desconhecimento do contexto de produção dos documentos e do próprio processo interpretativo do pesquisador frente a suas fontes (sejam elas textuais ou materiais). A interpretação é elemento inerente de qualquer pesquisa em ciências humanas. A integração de fontes documentais (textuais e materiais) é um empreendimento criativo, que só existe através da interpretação. A interpretação dos documentos não é menos carregada de incertezas e julgamentos do que a interpretação das fontes tradicionalmente arqueológicas (objetos) (LITTLE, 2006).

Frente a essa discussão faz-se necessária uma metodologia de pesquisa consciente e crítica da natureza das fontes e de seu contexto de produção, para que estes documentos (representações do passado) possam expressar todo seu potencial informacional. Uma contribuição metodológica bastante interessante para trabalhar criticamente objetos e textos é fornecida por Patricia Galloway (2006). A autora procura perceber o contexto e o processo em que objetos e textos se tornam evidência e foco de interpretação na prática da Arqueologia Histórica. Através da teoria ator/rede (*Actor- network theory*), Galloway (2006, p.43) busca entender as dissonâncias entre ambas as evidências (textos e objetos) como fruto de seus processos de produção:

[...] In order to make these processes more visible, I will use the conventions of actor-network theory (ANT), a useful way of talking about knowledge-construction practices and especially the place in these practices of human relationships with other humans and with apparatus, objects of study, machines, and codified chunks of knowledge like theories and practices, all of which are also considered “actors” (actants) (Latour 1987; Latour and Woolgar 1979) [...]

É importante destacar nesse trecho a consideração dos objetos (ou da materialidade, no sentido amplo da palavra) como atores em meio as redes de relações sociais. Em linhas gerais a teoria ator-rede para Arqueologia Histórica em Galloway (2006) consiste em quatro personagens principais: arqueólogos, pessoas do passado, objetos e textos. Em termos de abordagem dos textos e objetos, Galloway (2006) propõe que se construam ambas as categorias de evidência como arquivos ou como um corpo de materiais (intencionalmente reunido). Sua proposta se baseia em seu objetivo de identificar a vida social dos objetos e textos, para compreender os diferentes momentos de valoração e significação, uso e deposição das evidências nas diversas redes que participaram durante suas trajetórias. Para a autora é vital compreender como as coleções de artefatos e documentos acessíveis (disponíveis) foram criadas e conservadas (curadoria), a fim de entender seu potencial para representar o passado assim como para sustentar complexas relações com o presente (GALLOWAY, 2006).

Em uma análise de abordagem documental, Mary Beaudry et al. (2007, p.88-89) sugere que:

[...] Para nos afastarmos da atitude de que o uso dos documentos é um exercício literal apenas para a obtenção de informações intencionalmente criadas por aqueles que os registraram, necessitamos abordá-lo como um corpo de textos (da mesma forma como os antropólogos e folcloristas fazem com os contos, mitos, etc.) e estar atentos para o fato de que nossa leitura é, na verdade, uma interpretação da percepção de outra pessoa. Mesmo nossas próprias percepções não podem ser tidas como diretas [...]

Barbara Little (2006, p.396-397) apresenta um esboço de algumas questões para análise das fontes escritas, de como escrutiná-las para que tenham “credibilidade” analítica:

[...] Credible research judges the credibility of its sources. Evaluate evidence in terms of its reliability, relevance, and significance. Ask basic questions: What? Who? When? Where? How? Why? [...] What type of source is this? [...] What is the content? [...] Who created it? How close in time was the author to the event that is recorded? Is the author dependable? Is the author in a good position to provide reliable information? What social or political considerations might have influenced the author? When was it created? How close in time to the event that is recorded? Where was the source created and where has it been? How was it created and how has it been kept? How was the source made? Why was it created? Who was the intended audience? [...]

Com essas questões em mente dificultam-se as descontextualizações de informações e enriquece-se a interpretação da documentação.

A metodologia de análise das fontes proposta por Bárbara Voss (2007), no sentido de entender as “evidências” do passado como “trabalhos de representação” define algumas etapas fundamentais para se pensar as fontes históricas (textuais e imagéticas), a partir da compreensão da produção e disseminação dos textos (ou imagens). O primeiro passo consiste em examinar o contexto geral (histórico e político) no qual as representações foram produzidas. Em segundo lugar, deve-se analisar o contexto particular das representações, incluindo a “história” de sua produção e o exame de seus atributos materiais. A terceira etapa prevê estabelecer as práticas mencionadas que conectam a representação em questão a outros documentos contemporâneos.

Para uma execução frutífera desta análise, cabe levar em consideração os múltiplos aspectos dos “trabalhos de representação”, tais como: o trabalho envolvido na produção de uma representação; as escolhas estéticas e convenções usadas para criá-las; o objetivo em que o produtor delineia o texto (ou imagem) para representar uma realidade material percebida; o contexto político no qual o trabalho é produzido, disseminado, e visto; e os modos como as representações, são, no final, exercícios de poder que legitimam visões particulares da realidade (VOSS, 2007).

Decorrido este breve panorama sobre a relação entre Arqueologia Histórica e documentos escritos (imagens), se impõe uma definição mais abrangente de fonte arqueológica. Toda e qualquer evidência que informe a respeito da relação das pessoas com o mundo material (ou a cultura material) passa a ser de domínio da Arqueologia. Obviamente os vestígios materiais encontrados nas escavações/prospecções arqueológicas são o baluarte da disciplina arqueológica, tendo em vista sua potencialidade de referendar aspectos da vida humana difíceis de serem captados por outros meios. No entanto, o estudo da cultura material não deve se limitar ao que se encontra em cota negativa.

Os arqueólogos históricos tem a necessidade de buscar a materialidade para além do registro arqueológico, ou seja, deve-se ampliar a noção de objeto, tratando também os documentos e seu conteúdo como “objetos”. Bruno Latour (2008, p.113-114), sem pensar em questões arqueológicas propriamente ditas, trata essa questão de maneira bastante fecunda

[...] Este interés por el objeto no tiene nada que ver con privilegiar la materia "objetiva" en oposición al lenguaje, los símbolos, valores o los sentimientos "subjetivos". Como veremos cuando absorbamos la siguiente fuente de incertidumbre, la "materia" de la mayoría de los autoproclamados materialistas no tiene mucho que ver con el tipo de fuerza, causalidad, eficacia y obstinación que los actantes no humanos poseen en el mundo. Pronto advertiremos que la "materia" es una interpretación altamente politizada de la causalidad. Para absorber la tercera fuente de incertidumbre, debemos estar dispuestos a inquirir acerca de la capacidad de ser agentes de todo tipo de objetos. Pero dado que los objetos tienen roles tan pobres y limitados en la mayor parte de las ciencias sociales, es muy difícil extender su actividad original a otros tipos de materiales como documentos, escritos, cuadros, archivos, ganchos para papel, mapas, dispositivos organizativos, en síntesis, tecnologías intelectuales. En cuanto se devuelve en alguna medida la libertad de movimiento a los no humanos, la variedad de agentes capaces de participar en el curso de acción aumenta prodigiosamente y ya no está restringida a los “productos no comestibles tamaño medio” de los filósofos analíticos [...]

Em uma interessante discussão sobre os usos e posse (propriedade) das cerâmicas nos séc. XVII e XVIII na região de Chesapeake (Virginia), Garry Wheeler Stone (1988) demonstra a proficuidade de se “escavar” informações dos inventários e listas de taxaço (impostos), para um panorama mais completo das habitações do período e dos usos/posses das cerâmicas. O autor ilustra esta discussão ao afirmar: “[...] *The archaeologist's goal, after all, is not to count sherds, but to study culture* [...]” (STONE, 1988, p.74).

É nesse ponto que se demanda a não hierarquização das evidências. Objetos, textos, imagens, etc., devem servir as necessidades da problemática de análise do pesquisador, sem sobreporem-se umas as outras. As fontes devem convergir ou divergir, serem colocadas ou retiradas, de acordo com suas características formadoras e informacionais. Não se deve cair na falácia de acreditar que existem fontes “mais diretas” ou que se aproximam mais da “realidade” que outras. Como já esboçado anteriormente, minha pesquisa compartilha de uma perspectiva que não dicotomiza a materialidade descrita (e

inscrita) nos documentos oficiais da cultura material exumada de escavações arqueológicas. Através do “mundo” material e da paisagem social, presente também nas documentações escritas, é possível entender a institucionalização dos poderes da municipalidade e as relações de poder entre os agentes sociais que se relacionaram na Pelotas do séc. XIX.

Trabalhar com fontes escritas como arqueólogo não é uma tarefa fácil. Para compreender a materialidade nos documentos ou as relações que a cultura material desenvolve no passado (ou presente) com as pessoas, exige-se uma análise crítica e rígida do contexto em que documentos e representações foram produzidos e atuaram. Os documentos e seus contextos podem informar os significados que os objetos (cultura material) desempenharam no passado, além de suscitar as diversas articulações desenvolvidas pela cultura material. No caso específico desta pesquisa, cabe salientar que para se chegar ao escravo em uma análise de documentos produzidos pela elite escravista pelotense, se faz necessária uma leitura a contrapelo das fontes, para que na contramão dos discursos “hegemônicos” seja possível captar a atuação dos cativos na constituição da paisagem da Pelotas da primeira metade do séc. XIX. Compartilha-se da opinião de E. P. Thompson (1978, p.157; apud Beaudry, 2007, p.89) quando este afirma que: “[...] os documentos, mesmo aqueles produzidos pelos membros de classes superiores, podem informar, de forma não intencional, acerca dos membros [...] desprivilegiados da sociedade [...]”. Desse modo, esta pesquisa se ampara na premissa de que ler a documentação textual enquanto arqueólogo histórico possibilita entender como a cultura material ampara o governo dos indivíduos escravizados, tal como diversas formas de resistência (FERREIRA; LA ROSA CORZO, 2013, p.15; FERREIRA, 2009a).

2.8 Paisagens Arqueológicas: definições de um conceito

O que é uma paisagem? Quais elementos a compõem? Como arqueólogos a tem trabalhado? Estas são algumas questões que se procura deslindar neste tópico. Ademais, para um melhor entendimento da paisagem arqueológica, tratar-se-á igualmente a respeito da ação dos objetos e da

constituição sistêmica da paisagem, entrecruzando ação humana e artefactual (ação dos objetos).

Em Arqueologia da Paisagem (*Landscape Archaeology*) pululam definições a respeito do que se constitui uma paisagem arqueológica (social/cultural/política). As paisagens para a Arqueologia da Paisagem podem dizer respeito tanto a pequena escala de uma unidade familiar (ou jardim), como uma região ou uma cidade. No geral, abordagens sobre a paisagem tem se preocupado com questões espaciais (relação entre humanos e sua espacialidade, seu ambiente físico), onde destacam-se tópicos a respeito da exploração de recursos, relações de classe, poder, visibilidade, expressão material das identidades e memórias etc. (BRANTON, 2009). Espaço e paisagens sempre foram tópicos de interesse dos arqueólogos, no entanto o que mudou recentemente foi o pensamento sobre a natureza da paisagem e sua função/papel nas questões da Arqueologia (ASHMORE e KNAPP, 1999). A paisagem em Arqueologia era vista como passiva ou culturalmente determinada, porém nas últimas décadas ela passou a ser um elemento ativo e uma entidade complexa em relação à vida humana. Nessa “nem tão nova perspectiva” a paisagem é mais que um pano de fundo para a ação humana, ela configura um componente indissociável das relações humanas; é um cenário de ação social em que desempenha um papel ativo na mediação e ordenação das relações sociais/culturais/políticas (ASHMORE e KNAPP, 1999; BRANTON, 2009; KEALHOFER, 1999; JOHNSON, 2007; MCGUIRE, 2008).

Para Wendy Ashmore e Bernard Knapp (1999) as paisagens são contextuais e por isso não possuem um objetivo aparente ou significado independente do olhar do observador (ou espectador) humano que as vivenciam e as percebem. Desse modo, a paisagem é uma entidade que existe em virtude de ser percebida, experienciada, e contextualizada pelas pessoas (ASHMORE e KNAPP, 1999). Paisagens são tanto multi-locais (compartilhando elementos com outras paisagens sobrepostas [cruzadas]), quanto multi-vocais (preocupando-se e comunicando diferentes significados à diferentes pessoas) (BRANTON, 2009). A paisagem não é percebida separadamente, mas está encaixada aos modos de viver e de ser. Robert Johnston (1998 apud KNAPP, 1999, p.230) salienta um aspecto fundamental dessa constituição social da paisagem, que é a

indissociabilidade entre paisagens “reais” e “percebidas”, uma vez que em termos da experiência pessoal de ser/constituir-se no mundo, estes dois conceitos são indivisíveis. À vista disso, tem-se em mente para o trabalho de escavação de paisagens em documentos textuais, que as representações históricas (seja através dos textos ou imagens) são produzidas através de um engajamento com o mundo material, e da percepção e expressão das condições em que se desenvolvem as relações de poder.

Os objetos não são uma cópia do real, eles criam a realidade, assim como os discursos (textuais, materiais, imagéticos etc.). Parte-se da premissa de que é a experiência dos grupos que define as representações e concepções da paisagem, dos objetos, do outro, etc. O real, nesse sentido, é múltiplo e constantemente construído na historicidade da relação entre experiências “presentes” e evidências do passado. Um exemplo plausível disso que se está abordando é pensar os discursos das Atas da Câmara Municipal de Pelotas como constituintes de ações e elementos formadores de realidades. Os vereadores da Câmara Municipal de Pelotas estavam a cada ata escrita e lavrada, construindo a cidade, definindo paisagens e lugares. Essa construção é indissociavelmente ligada à materialidade. Os discursos constituem ações, que se materializam tanto nas páginas de uma Ata como na construção de uma estrada ou na estrutura de um prédio. Nesse sentido a paisagem, como expressão social, está perpetuamente sob construção (nunca estando completa ou acabada).

Os conceitos de lugar e espaço são os pilares da teoria da paisagem e provém um importante vocabulário para sua análise. Os lugares se referem a uma tendência humana de amarrar (conectar) significados culturais a espaços distintos (específicos). É no lugar que a ação humana toma corpo e se executa. A paisagem se constitui pela articulação e redes de diferentes lugares significados, que enfatizam o componente humano do espaço. O que define a abrangência dessas redes são as escalas escolhidas pelo pesquisador. Estas escalas podem ser definidas tanto por fronteiras sociais quanto físicas da paisagem (mas estas últimas devem se originar no contexto social e ter utilidadeêmica). O arqueólogo que trabalha com paisagem deve definir as fronteiras de seu objeto de análise em termos de suas limitações físicas, marcos temporais, e

mais importante, seu contexto sócio-cultural (das pessoas para quem a paisagem é significativa e experienciada) (BRANTON, 2009). Lisa Kealhofer (1999, p.68), ao discorrer a respeito da constituição identitária dos colonos de Tidewater (Virginia) no séc. XVII, expõe como os diferentes componentes materiais da paisagem (seus diferentes lugares) são arenas para ação social e portadores de identidades

[...] At the community scale, colonial landscapes were created in the seventeenth century, defining an increasing number of places that articulated different groups in the colony. The clearance of the forest and the creation of an open, grassy, agricultural landscape was part of the creation of colonial identities [...] From another perspective, places created and reconfigured social groups. Churches, courthouses, roads, markets, plantations, and homesteads divided the landscape into separate arenas for action by different groups, and in each arena the social and the political were embedded in the location, content, and structure of the place. The different configurations of these places provide a window into the variation among groups in the Tidewater [...]

Segundo este panorama explicitado acima, o ambiente somente se manifesta como paisagem quando as pessoas criam e experienciam o espaço como um complexo de lugares, quando executam alguma prática sobre estes espaços. Um exemplo disto na Arqueologia está na constatação de que a paisagem é um interessante meio para entender os efeitos materiais das relações de poder. Instituições e estruturas sociais são inerentemente materiais, elas se executam através de componentes materiais e são constituídas por pessoas e objetos. Portanto, a configuração material (estruturação) dos lugares e espaços permitem entendimentos divergentes e contraditórios do poder e das relações sociais, e inevitavelmente levam a conflitos e negociações (KEALHOFER, 1999). Ademais, o poder pode entrecruzar e se refletir na paisagem, tanto pelos diferentes acessos aos recursos quanto pela manipulação do ambiente construído para reproduzir e naturalizar uma ideologia existente (ou desejada) dos que galgam posições privilegiadas no tecido social (BRANTON, 2009). No entanto, a manipulação dos espaços não é somente uma ferramenta dos poderosos. Estudos, como os de Nicole Branton (2004; 2009, p.56) tem desvelado a manipulação do espaço e do ambiente construído pelos grupos subalternos, especialmente em termos de estratégias de resistência

[...] Frequently, subordinated groups manipulate their spaces in order to create private places where activities may occur outside of the view of the powerful. This issue of surveillance is an emerging issue in the

spatiality of power relations in historical archaeology (Epperson, 2000). The spatiality of resistance also includes symbolic identification with culturally critical places, such as memorials [...]

Fica claro que a paisagem para além de estabelecer identidades sociais, pode constituir igualmente um *locus* de reafirmação do poder e da autoridade de instituições políticas (econômicas ou religiosas), como a Câmara Municipal de Pelotas (KNAPP, 1999).

Partindo de uma perspectiva que não dicotomiza a materialidade descrita (e inscrita) nos documentos textuais da cultura material exumada de escavações arqueológicas, é possível visualizar a paisagem como um conjunto de “imagens culturais”, cujas representações orais (verbais) ou escritas, fornecem imagens/textos de seus significados ou leituras (ASHMORE e KNAPP, 1999). Esse entendimento expõe as possibilidades de se estudar as paisagens através dos documentos ditos históricos como as atas da Câmara Municipal de Pelotas. Este tipo de evidência oferece uma variedade de “imagens”, que são interpretadas e significadas através de práticas sociais e pela experiência dos grupos (ASHMORE e KNAPP, 1999).

Para fechar as definições e conceituações a respeito da paisagem, cabe salientar alguns elementos gerais que ficaram da explicação acima referida. A teoria da paisagem, em Arqueologia Histórica, se preocupa: tanto com a modelagem e apropriação consciente quanto “inconsciente” da terra; com os processos de organização do espaço ou sua alteração por propósitos particulares (religiosos, econômicos, sociais, políticos, culturais, simbólicos); conseqüências não previstas do uso e alteração da terra; função e conteúdo simbólico da paisagem em seus variados contextos; e com a representação e moldagem da ação humana no interior da paisagem (METHENY, 1996 apud BRANTON, 2009).

2.8.1 A paisagem como um domínio interartefactual e sistêmico de ações (objetos/pessoas)

A partir do momento em que se constata a impossibilidade de discutir a paisagem sem discutir os componentes materiais que a compõe, faz-se

necessária uma apreciação sobre o domínio interartefactual e sobre a ação dos objetos. O domínio da arqueologia sempre foi o artefactual, o material. No entanto, a perspectiva dos objetos ou uma abordagem centrada nos objetos pouco foi referenciada pelos arqueólogos, apesar das crescentes discussões a esse respeito nas ciências sociais (OLSEN et al., 2012). Uma possibilidade aventada para esse fato é apresentada por Octave Debary (2010). O autor constata que o afastamento das ciências sociais das abordagens centradas nas “coisas” materiais se dá pelo crescimento de uma corrente anti-fetichista, e o conseqüente temor quanto às análises “fetichistas”⁶. Debary (2010), no entanto salienta que a Arqueologia freqüentemente toma a parte pelo todo, fetichiza os objetos, ressignifica-os, os dá novas vidas. Para o autor não há dicotomia entre o social e o fetichismo, na verdade sua proposta é acabar com o dualismo fetichismo x anti-fetichismo, uma vez que lhe é claro a impossibilidade de vida social sem os objetos. Nesse sentido o domínio dos objetos não nos é exterior, mas está amarrado as nossas vidas (DEBARY, 2010; HODDER, 2012).

Timothy Webmoor (2007) oferece outra leitura de como a Arqueologia separou pessoas e coisas em sua história enquanto disciplina. Para isto o autor usa como exemplos as duas principais “escolas” arqueológicas contemporâneas: o processualismo e o pós-processualismo. O processualismo teria feito a distinção entre pessoas e coisas, dando maior ênfase as coisas (“em si”). Já o pós-processualismo inverte o processo. Das coisas em si (em “essência”) foram às pessoas (ou a sociedade). A sociedade é elevada a categoria central à custa dos objetos. Bjornar Olsen (2007) vai além e identifica uma ontologia hostil as coisas como a causa pelo “esquecimento” das coisas por elas mesmas na Arqueologia. Este esquecimento adviria do Iluminismo, trazendo a noção de materialidade como algo passivo/inerte, enquanto a mente humana era vista como algo ativo e criativo. É assim, na dicotomia mundo material (inerte/passivo) e mente humana (ativa/criativa), constituída pelo Iluminismo, que se encontraria o fator fundamental para esse processo de esquecimento das coisas.

⁶ Numa visão geral, ser fetichista é explicar as coisas a partir dos objetos (ou das próprias coisas). É tratar a parte com se fosse o todo. Ex: pensar que a simples análise dos objetos levaria ao todo (sociedade).

Contudo, nos últimos anos (pelo menos desde a década de 1980) há uma crescente corrente de autores em teoria arqueológica (e social) que passaram a centrar suas análises sob a perspectiva dos objetos, trabalhando também a noção de ação social dos objetos e a não dicotomização entre humanos e não-humanos (pessoas e objetos; pessoas e entidades, etc.) (GOSDEN, 2005; HODDER, 2012; LATOUR, 2008; OLSEN et al., 2012).

Para os autores preocupados em desconstruir os dualismos fundamentais como sujeito/objeto, natureza/cultura, etc. não há uma diferença fundamental entre humanos e não-humanos (objetos; coisas; animais; fenômenos climáticos, etc.) (LAW, 1992; LATOUR, 2008; 1994; WEBMOOR, 2007). Consideram-se pessoas e coisas (sociedade/natureza) em termos de igualdade. Isso não quer dizer que se tenha de tratar pessoas como máquinas (objetos ou coisas), mas sim salientar que as pessoas só se formam/transformam na relação com objetos e com outros humanos. Dessa forma, uma pessoa é um efeito das interações que ela mantém com conjuntos de objetos e outras pessoas. Isto implica entender que não há vida, não há a idéia de pessoa sem coisas (objetos)⁷. As coisas são partes igualmente importantes do ser, do mesmo modo que não há sociedade sem coisas (objetos).

Entretanto, a questão fundamental para o estudo das paisagens arqueológicas ainda permanece: como mensurar ou equilibrar durante a análise, a ação dos objetos (não-humanos) e de humanos, sem pender em demasia para nenhum dos lados e sem se afastar dos dados empíricos da pesquisa? O arqueólogo Fredrik Fahlander (2008) contribui de maneira profícua a essa discussão em seu artigo *“Differences that matter: materialities, material culture and social practice”*. Neste texto Fahlander (2008) procura entender as implicações sociais do mundo material, focando na sociabilidade das

⁷ Cabe salientar que se está ciente da discussão atual que coloca em cheque o conceito de “objeto/artefato” como elemento análogo a idéia de objetividade e fruto dos dualismos fundamentais que entendem a materialidade enquanto passiva e sem ação social. A idéia de “coisa” surge como uma forma de ampliar a noção de materialidade (fenômenos naturais estão inseridos nesta categoria) e quebrar as dicotomias natureza/sociedade e sujeito/objeto (HODDER, 2012; INGOLD, 2000; LATOUR, 1994; OLSEN et al, 2012). Por isso, se ressalta que neste trabalho não se utilizam ambos os conceitos enquanto sinônimos. Buscou-se explicitar as diferenças conceituais dos autores citados, sem ter de entrar mais profundamente nas diferenças conceituais entre os termos a todo momento que eles surgem.

materialidades (coisas ou objetos) ao invés de se ater somente aos seus significados e simbolismos. O autor busca novas formas de compreender os níveis e os modos pelos quais as materialidades estão envolvidas nos processos de estruturação da sociedade. Uma nota muito importante trazida por Fahlander (2008) é que sua busca pelas sociabilidades dos materiais não implica pensar o mundo material e o humano em termos de igualdade de “agência” (ação social), nem sugere uma relação simétrica entre humanos e materialidades. O que é significativo no mundo material, e em que escala (nível), é algo a ser considerado em cada caso estudado.

Enquanto um autor crítico do humanocentrismo, Fahlander (2008) afirma que a Arqueologia negligenciou por muito tempo a potencialidade das funções sociais das materialidades na criação das relações sociais e seu desenvolvimento. Constatar que as coisas podem operar em variadas maneiras (e não somente como portadoras de significados, simbolismo, status, identidade e etnicidade) é fundamental para ampliar os estudos em Arqueologia da Paisagem. Coisas (objetos) constituem nodos, pontos de intersecção e concentram/constringem movimentos num sítio ou paisagem. Essa concentração de movimentos a uma limitada ordem de caminhos certamente afeta o número e as formas dos encontros sociais e assim terá um efeito aglomerador ao fazer os contatos na superfície menores em número ou em tamanho. O ambiente construído é tanto um gerador ativo de comportamento social quanto é constituído por este (FAHLANDER, 2008). É nítida a noção de mutualidade constitutiva entre humanos e materialidades nas discussões atuais em Arqueologia da Paisagem e nos debates a respeito da ação social dos objetos (coisas).

Para Fahlander (2008) a questão a ser pensada não é se as materialidades estão envolvidas nos processos de estruturação social, mas sim em que graus (níveis, escalas). Isto porque é fato para o autor que os objetos materiais e coisas estão envolvidas e influenciam (de diversos modos e sob escalas diferentes) a estruturação do mundo social. Deve estar claro, segundo o autor, que as materialidades somente possuem potencial em algumas situações de serem sociais, no sentido de estimular, induzir ou determinar ações sociais. As materialidades possuem capacidade de ação social devido ao seu potencial

para iniciarem, conservarem e fazer possível práticas e processos que não são sempre reconhecidas pelos agentes envolvidos na ação social geral. Nesse sentido, as práticas sociais são em diversos aspectos resultados de propriedades materiais de situações particulares, seja sob a forma de tradições, relações de poder institucionalizadas ou outros aspectos do mundo (FAHLANDER, 2008).

Chris Gosden (2005) é outro pesquisador preocupado com a problemática de uma abordagem centrada na ação social dos objetos. O autor apresenta uma análise muito bem formulada da ação social dos objetos, num estudo em que procura entender a ação e os efeitos dos objetos nas pessoas, tendo como estudo de caso o processo de incorporação da Britânia (Grã-Bretanha) pelo Império Romano entre 150 A.C e 200 D.C. Segundo os pressupostos da teoria centrada na ação dos objetos de Gosden (2005), não há vida social sem objetos, estes não são somente intermediários das relações sociais, mas também constituintes. Os objetos estão permanentemente moldando as pessoas e as questões que se impõem referem-se aos modos com que as coisas (objetos) fazem as pessoas atuarem e atuam por si mesmas. Dentre os elementos que demonstram como os objetos afetam as pessoas, Gosden (2005) destaca: 1) a forma dos objetos (morfologia, decoração, matéria prima); 2) a genealogia (as trajetórias históricas das classes de objetos); 3) e o raio de difusão (distribuição) das fontes (*perceived source*). Estes elementos combinam-se para ter efeitos sociais nas pessoas, moldando-as, como entidades socialmente efetivas (eficazes). A ação aqui é entendida como meio e fim, ou seja, a ação para um fim está ausente no escopo teórico do autor. Salienta-se a capacidade dos objetos agir e não suas vontades (intenções) (GOSDEN, 2005).

Tomar a paisagem como um “domínio interartefactual” é uma ferramenta analítica interessante, pois permite entender como os objetos agem em massa (em sistema) sobre as pessoas. A noção de sistema é fundamental, uma vez que os objetos não funcionam isoladamente. As “coisas” (artefatos, materialidades) são interdependentes, se encaixam umas as outras e podem ser amarradas umas as outras (ex: uma casa com paredes pressupõe a construção de um telhado; o metal pressupõe o uso de uma fornalha e de fogo; a abertura

de uma estrada pressupõe a circulação de outros objetos e pessoas, etc.) (HODDER, 2012; SANTOS, 2002). Os objetos nos obrigam a agir, nos impõe um conjunto de regras, tem poder social e eficácia, justamente quando passam a operar em grupo (ou em sistema). Outro fator saliente da ação social dos objetos está na sua capacidade de causar-nos experiências sensoriais, de nos impor obrigações, na medida em que nos relacionamos com objetos e outras pessoas através de objetos (GOSDEN, 2005).

Compartilha-se, assim, da perspectiva de que os objetos não estão descolados da ação humana, tal como a ação humana é indissociavelmente amarrada à ação dos objetos. Essa noção de mutualidade parte da constatação de que os objetos articulam redes e agenciam às pessoas. Por isso a noção de sistema, que articula as ações de objetos e pessoas, é tão importante para entender a configuração da paisagem (GOSDEN, 2005; OLSEN et al., 2012; SANTOS, 2002). A ação social dos objetos se dá através de suas associações, de seu agrupamento, é uma ação em massa, em relação. Por isso é necessário um olhar mais atento sobre as paisagens, onde variadas formas materiais reúnem-se (estradas, matas, charqueadas, casas, chácaras, ruas, pólvora, armas, correntes, olarias, pontes, portos, praças etc.); onde o mundo material assenta obrigações sobre as pessoas e as vidas diárias são vividas. É no ambiente construído que se fazem visíveis os arranjos e obrigações impostas pelas coisas às pessoas (ambientes onde crianças se socializam, onde regras espaciais e sociais são internalizadas, onde o poder se executa, etc.). Desse modo, o contexto material é pensado como contexto de poder, de redes de negociação.

À vista disto, parte-se da premissa de que a análise das fontes escritas (documentos “históricos”) possibilita o entendimento de sistemas de objetos funcionando. Esta constatação é fundamental para entender como os componentes materiais que conformaram a paisagem foram criados, utilizados, apropriados, rejeitados, negociados pelas autoridades pelotenses e pelos escravos em meio às relações de poder, num contexto onde novos lugares (*places*) se conformavam e intermediavam estas relações.

Toda cidade é uma narrativa, as coisas tem vida. Esta narrativa, esta vida e movimento, podem ser captados no estudo da formação da Paisagem em Pelotas tanto pela análise das atas da Câmara Municipal e demais fontes documentais do período, como pelas análises materiais dos antigos complexos industriais charqueadores. O poder se executa e se materializa na paisagem, que por outro lado se constitui em elemento fundamental de manutenção do poder, da mediação das relações de poder e da constituição de identidades culturais.

É certo, como já foi visto, que as representações do mundo são constituídas sob um engajamento com o mundo material (VOSS, 2007). Chris Gosden (2005, p.196) avança nessa discussão ao salientar a visão de A. Gell (1998) a respeito do domínio interartefactual

[...] Gell's view that artifacts form a world with its own logics somewhat independent of human intentions is vital in demonstrating that there might be many cases in which forms of abstract thought and mental representation take the shape suggested by objects, rather than objects simply manifesting pre-existing forms of thought [...]

Este trecho expõe o fato de que as decisões tomadas ao se constituir objetos, podem ocorrer sem reflexão de significado, mas nunca sem o conhecimento dos contextos sociais das formas materiais predominantes e prévias. Nos já nascemos em ambientes cujos domínios interartefactuais já estão dados. Por isso a genealogia, a forma e a distribuição dos objetos (ou dos componentes da paisagem) é um importante fator a ser considerado, pelo simples fato de que a temporalidade da paisagem é diferente da temporalidade humana. Elementos da paisagem (coisas) podem durar muito mais tempo do que a vida humana. Ademais, o passado está conosco no presente diariamente, intercalando diferentes temporalidades na paisagem (GOSDEN, 2005; HODDER, 2012; INGOLD, 2000). A maioria dos objetos e componentes da paisagem que as pessoas lidam e operam no dia-a-dia possuem uma longa história de vida enquanto tipologias materiais e uma distribuição em variados contextos (exemplos: cadeiras; estradas; canetas; casas, etc.). Ademais, coisas se comportam de maneiras que não derivam simplesmente das intenções humanas e de fato canalizam (posicionam) essas intenções. Gosden (2005) realiza um processo hermenêutico de pensar na contramão do pensamento

atual, que é salientar a possibilidade dos objetos moldarem formas de pensamentos abstratos, e de que as representações possam tomar formas sugeridas pelos objetos.

Pensar que as coisas criam pessoas é uma maneira de re-equilibrar a relação entre pessoas e coisas. Assim objetos não poderão mais ser sempre vistos como passivos nem as pessoas como ativas (GOSDEN, 2005). Para os fins de estudos em Arqueologia da Paisagem é fundamental considerar que os objetos em sistema condicionam as formas de ação humana e que as ações humanas só se constituem através de objetos, uma vez que esta perspectiva inclui os objetos como atores e agentes ativos das relações sociais e não como meros elementos inertes. A paisagem configura um conjunto sistêmico de ações dos objetos e ações humanas (GOSDEN, 2005; SANTOS, 2002). Esta noção de ação social dos objetos possibilita entender como os artefatos e os componentes materiais da paisagem direcionaram ações sociais e conformaram sistemas sociais, abrangendo assim o domínio dos objetos, que passaram a ser constituintes e não mais meros intermediários das relações sociais.

As noções apresentadas por Gosden (2005) se assentam na idéia da paisagem enquanto prática. Tim Ingold (2000) possui um entendimento semelhante da paisagem enquanto habitação (*dwelling*). Desse modo, para a visão fenomenológica de Ingold (2000), corpo e paisagem são complementares. O autor cunha o termo *taskscape* para designar o ato constitutivo dos agentes habilitados em habitar (trabalhar) a paisagem. A paisagem não é algo dado para Ingold (2000). As formas da paisagem são geradas no movimento (porém, podem ser “congeladas” num meio sólido; Ex: pinturas, palavras), por isso ela deve ser entendida como um todo enquanto uma *taskscape* em sua forma materializada (*embodied*). A conformação da paisagem se dá para Ingold (2000) através de um processo de incorporação a algo que já existe, não surge do nada. As histórias de vida das pessoas são tecidas na paisagem ao longo e em conjunto aos ciclos de vida de plantas e animais, nas texturas da superfície em si. Desse modo a paisagem está em eterna construção nos processos de habitação (no movimento).

Ao final deste tópico, a partir das informações aqui esboçadas, é possível entender que nas discussões em Arqueologia da Paisagem, para além das divergências entre perspectivas (“humanocêntricas” e “pós-humanistas”), o fator mutualidade constitutiva de pessoas e coisas (paisagem) ou humanos e não-humanos está presente no escopo teórico da maioria dos autores contemporâneos que discutem paisagem ou apenas ação social dos objetos. São compreensíveis as críticas que se direcionam ao “descaso” dos arqueólogos para com o reconhecimento da força social dos objetos (coisas) enquanto atores ativos das relações sociais e não somente como portadores e comunicadores de conteúdo social. No entanto, constatar que o humanocentrismo e a ideia de passividade dos objetos são elementos que diminuem a capacidade de interpretação das relações sociais do passado/presente, não exclui o fato de que objetos (coisas) também comunicam identidades, relações de poder, classe, gênero, etc. Percebe-se que o processo de mudança de perspectiva se desenvolve tanto como uma transformação de questões teóricas (abandono das dicotomias fundamentais; ampliação dos atores sociais, trazendo os não-humanos (coisas/objetos) a superfície das análises), quanto como uma modificação no entendimento do papel dos objetos (coisas) na vida social.

Pensar a paisagem enquanto um domínio interartefactual e sistêmico é salientar que objetos se relacionam com outros objetos e com humanos, assim como humanos se relacionam com objetos e não-humanos. A relacionalidade entre diferentes atores é constituinte da paisagem. Objetos, humanos e não-humanos atuam uns sobre os outros na conformação contínua dos componentes da paisagem. Este sistema de ações (objetos e pessoas) configura as paisagens enquanto experienciadas e vividas na prática, na vida diária das pessoas. A paisagem está encaixada aos modos de viver e de ser, que por seu turno são indissociavelmente materiais. Não há como conceber a paisagem sem entender que os objetos (coisas) atuam sobre as pessoas, nos causam sensações e tem a capacidade de delimitar comportamentos para além das intenções humanas. E constatar tudo isso não quer dizer que as materialidades passem agora a “andar com as próprias pernas” ou que tenham adquirido um poder que não possuíam antes, mas consiste no reconhecimento, antes negado e não considerado, de que as materialidades possuem conteúdo e ação social

justamente pelo fato de atuarem e interferirem em diferentes níveis no que se convencionou chamar de vida social. Os usos e significações dos objetos vão muito além da intenção de seu “produtor”. Mesmo que haja uma rejeição consciente por parte das pessoas às imposições dos objetos, sua força social não é excluída, está presente e constantemente sendo ativada em nossas vidas.

2.9 Arqueologia da Escravidão: a paisagem enquanto um dispositivo de controle do escravo

Neste tópico ver-se-á o modo que a Arqueologia da Escravidão tem trabalhado a materialidade (e a paisagem) enquanto um dispositivo de controle do escravo, salientando os estudos de Arqueologia da Paisagem em contextos escravistas e as análises espaciais das unidades produtivas (*Spatial Analysis of Plantations*). O objetivo é situar a história da temática da Arqueologia da Escravidão e dialogar com os trabalhos que balizam as problemáticas da paisagem em contextos escravistas.

2.9.1 Origens da Arqueologia da Escravidão – da Casa Grande à Senzala

O surgimento da Arqueologia da Escravidão enquanto linha de pesquisa se relaciona tanto ao processo de institucionalização da Arqueologia Histórica, quanto à eclosão de movimentos sociais e mudanças epistemológicas nos estudos em história social e etnicidade (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998). Ambos os fatores se ambientam no contexto de efervescência política e social da década de 1960 nos Estados Unidos. Os movimentos sociais negros, que lutavam por igualdade social/racial e uma maior representatividade na história nacional norte americana, reverberaram nas pesquisas arqueológicas do período (SINGLETON, 1995).

Desenvolve-se nesse contexto a chamada “*Plantation Archaeology*”, que se direcionava ao estudo dos sítios escravos nas *plantations* americanas. A análise das habitações e vestígios materiais dos africanos e afro-descendentes

e a preocupação em definir a relação entre etnicidade (africana) e cultura material no Novo Mundo foram questões marcantes dessa linha em seu período formativo (DELLE, 1998). Cabe ressaltar, que esta mudança de escopo se relaciona às mudanças epistemológicas da história social e dos estudos em etnicidade. Estas alterações de perspectiva tinham por finalidade principal dar visibilidade aos grupos subordinados, marginalizados e silenciados pelas histórias oficiais (ORSER, 1998).

Este contexto de transformação epistemológico foi propício para uma disciplina como a Arqueologia, que apresentava fontes alternativas para o estudo dos grupos subalternos. Estes elementos, no interior da disciplina, levaram à percepção de que a Arqueologia deveria se voltar às minorias étnicas (FERREIRA, 2009b; SINGLETON, 1995). Até aquele momento (anos 1960) a Arqueologia Histórica era voltada ao estudo de sítios arqueológicos que enalteciam os brancos (principalmente figuras políticas importantes) e suas mansões nas *plantations*. Os estudos voltavam-se exclusivamente para a restauração arquitetônica dos monumentos e propriedades que representavam as materialidades das elites euro-americanas, numa busca pela identidade nacional e pela ideologia americana.

O trabalho de Charles Fairbanks nas senzalas (*quarters*) da *plantation Kingsley* (Flórida) em 1968 é referenciado como o precursor da Arqueologia da Escravidão focada nos africanos e afro-descendentes escravizados e sua cultura material. Fairbanks procurou delimitar arqueologicamente à continuidade da influência cultural africana nas comunidades escravas da América (DELLE, 1998; FOUNTAIN, 1995). A partir de seus estudos foi-se da análise exclusiva das “casas grandes” ao estudo mais inclusivo do contexto escravista das senzalas. Depois de Fairbanks, os arqueólogos passaram a pesquisar diversos sítios, em diferentes localidades e períodos (pré e pós-abolição) e sob o prisma de distintas correntes teóricas (DELLE, 1998). O foco não estava mais no estudo da “casa grande” ou das senzalas (*quarters*) em si, mas sim nos diferentes espaços de negociação das relações escravistas (que incluem necessariamente tanto a casa grande (senhorial) e as senzalas) e as implicações materiais da escravidão na vida dos cativos.

A partir dos 1980, com o crescimento dos estudos em contextos escravistas e a constituição de simpósios, reuniões e revistas especializadas, a linha da Arqueologia da Escravidão se consolidou. Surgiram estudos interdisciplinares e críticos às pesquisas focadas unicamente na identificação de traços “africanos” da cultura material nos contextos americanos. Desenvolveram-se novas problemáticas, tais como: o estudo das condições da vida cotidiana dos escravos (hábitos alimentares), as expressões materiais de resistência e identidade dos cativos afro-americanos, a construção do poder nos contextos escravistas do Novo Mundo (dominação e resistência), a experiência quilombola, questões de “agência” escrava, conceito de raça e racismo, etc. Em resumo, houve uma expansão das temáticas e dos contextos de análise da escravidão na América. Os estudos transcenderam os limites das unidades produtivas (*plantations*). De um modo geral, a Arqueologia da Escravidão contemporânea busca entender, sob diversos aspectos e “cenários”, a diversidade da experiência afro-americana no Novo Mundo.

Nos últimos anos, tem-se ampliado os debates da Arqueologia da Escravidão ao seu berço: a África. Cresce o número de pesquisadores preocupados com as implicações materiais do tráfico transatlântico de escravos no continente africano, tanto ao nível das estruturas sociais, quanto no que se refere às questões cotidianas de expressões culturais e as relações com o ambiente (NAST, 1996; STAHL, 1994). Essa ampliação dos contextos e dos problemas de pesquisa, além da preocupação em entender materialmente a diversidade das identidades culturais dos escravos, levou a criação de uma nova definição do campo: a arqueologia da diáspora africana.

2.9.2 Arqueologia da Diáspora – as expressões materiais da experiência escrava

Existem pelo menos três aspectos intercambiáveis definidores do conceito de diáspora africana. O primeiro deles entende a diáspora africana como “[...] A dispersão mundial dos povos africanos e de seus descendentes como consequência da escravidão e outros processos de imigração [...]”

(SINGLETON e SOUZA, 2009, p. 449). A segunda definição diz respeito à experiência dos povos africanos no continente americano, mais especificamente as práticas e aos processos de resistência dos escravos. A terceira definição abarca a história multicultural do Atlântico, cuja análise se volta ao entendimento do funcionamento e à cartografia do tráfico de escravos que entrecruzou as culturas dos povos da África, Europa e América (FERREIRA, 2009b; ORSER, 1998; SINGLETON e SOUZA, 2009). Em todas as definições se encontra o questionamento de como a experiência diaspórica delineou a diversidade de identidades culturais forjadas pelos escravos na América.

A maior polêmica entre os pesquisadores da diáspora africana se assenta no seguinte “dilema”: se, no processo diaspórico, africanos mantiveram, transformaram ou “abdicaram” de elementos culturais e cosmologias africanas? Este debate tem se direcionado na atualidade para a constatação de que a diáspora africana se defronta constantemente com a relação entre local/não-local (global), e com os processos de hibridização e criouliização. A diáspora põe em choque elementos locais e não-locais, e os estudos arqueológicos tem evidenciado diferentes formas de inscrição por parte dos cativos de seus sistemas simbólicos e identitários. As evidências do hibridismo e dos processos de criouliização podem ser encontradas por meio das práticas materiais, como aquelas centradas na alimentação, mágica e cura (FENNEL, 2013; GILCHRIST, 2005; ORSER, 1994).

Os diferentes universos multiculturais formados pelos escravos na América são pontos centrais das discussões do conceito de diáspora africana, uma vez que as identidades culturais são sempre posicionais e contextuais (híbridas), se fazendo na diáspora, no movimento. A formação de comunidades escravas na América não significou um isolamento dos cativos do mundo que os cercava. A diáspora africana não significou, propriamente, a conservação de uma herança africana, mas sim processos de “africanização das Américas”. Este processo de “africanização das Américas” reúne pelos menos dois planos de análise: 1º) dos processos de resistência dos escravos perante o sistema escravista; 2º) da formação e transformação de suas identidades culturais. Em ambas esferas de análise, salienta-se a constituição, manipulação e negociação

da cultura material por parte dos cativos, como uma forma de atuar no mundo (FERREIRA, 2009b).

Para um melhor entendimento da diáspora africana a nível mundial, alguns autores tem defendido um diálogo comparativo mais sistemático entre pesquisas de diferentes contextos escravistas, sejam estes focados na escala local ou global, fixados ou não as Américas (GILCHRIST, 2005; WEBSTER, 2008). Um exemplo bastante atual da defesa por estudos comparativos é a coletânea organizada por Lydia Marshall intitulada “*The Archaeology of Slavery: A Comparative Approach to Captivity and Coercion*” (2015). O livro tem por objetivo geral estabelecer comparações e o diálogo entre pesquisas de distintos contextos onde a escravidão atuou e modificou as relações locais. No entanto, o livro possui um centro argumentativo bem definido, este é: compreender as bases materiais da subjugação, estratégias de coerção dos proprietários de escravos, negociações dos escravizados e as múltiplas resistências a dominação.

Apesar da numerosa quantidade de pesquisas que discutem a escravidão pelo viés arqueológico, em diversos períodos e locais do mundo, pouco há de diálogo e troca entre as partes. Marshall (2015) atribui essa falta de intercâmbio a divisões disciplinares (e a tendência dos arqueólogos em “patrulhar” e manter as “fronteiras” da disciplina). Mas, destaca também a preocupação por parte de alguns autores de que as abordagens comparativas recaiam em perspectivas globais. O argumento é que as análises mais amplas (estruturais, institucionais) fariam com que abordagens comparativas pudessem encobrir as complexidades e meandros dos contextos locais. Marshall (2015) questiona, a partir de Mattingly (2008, p.138) se é sensato, isolar o estudo da escravidão de outros determinantes fatores locais, incluindo padrões imperialistas e relações de poder mais amplas? E complementa, afirmando que as contribuições do livro demonstram que uma abordagem comparativa não implica necessariamente uma visão global. Por outro lado, os trabalhos apresentados na coletânea ajudam a ressaltar as diversas formas, suportes estruturais e conseqüências dos diferentes tipos de dominação social. A idéia é unir larga e pequena escala uma a outra. É tecer os fragmentos materiais do dia-

a-dia (escala local), com a consideração do impacto da escravidão numa escala mais ampla (MARSHAL, 2015).

O livro organizado por Marshall (2015) é de importância especial para o desenvolvimento desta dissertação, uma vez que apresenta uma gama de estudos específicos sobre o uso da paisagem enquanto dispositivo de controle do escravo, ampliando as discussões a respeito das estratégias de coerção exercidas pelos senhores (BATES, 2015; BROWN, 2015; HAUSER, 2015; SINGLETON, 2015). Na paisagem reforçaram-se hierarquias sociais, mas também reafirmaram-se identidades e negociaram-se espaços de atuação e resistência. O próximo tópico abordará especificamente dos dispositivos de controle, das estratégias de coerção exercidas pelos senhores e das distintas formas de resistência dos cativos ante este processo. Dar-se-á foco às relações e negociações espaciais desenvolvidas nos diferentes componentes das paisagens escravistas.

2.9.3 A paisagem como dispositivo de controle do escravo – as diferentes escalas materiais da vigilância e do poder

Os arqueólogos vêm trabalhando as relações escravistas do ponto de vista do espaço e da paisagem, pelo menos desde a consolidação do campo da Arqueologia da Escravidão no final dos anos 1960. Foi, contudo, a partir de meados dos anos 1980 que surgiram trabalhos que buscavam entender como o sistema capitalista redefiniu as relações escravistas no espaço produtivo (das *plantations*), reforçando hierarquias e desigualdades sociais (DELLE, 1998; ORSER, 1988; PAYNTER, 1985). As abordagens subseqüentes variam tanto nas escalas de análise quanto nos contextos históricos analisados. Porém, é perceptível que o centro disseminador das análises de Arqueologia Espacial e da Paisagem nos contextos escravistas tem se concentrado no estudo das unidades produtivas (*plantations*).

As principais pesquisas direcionadas ao entendimento da espacialidade das *plantations* salientaram a importância de compreender que o domínio dos escravos passava principalmente pelo controle do espaço produtivo e pela

visibilidade das áreas domésticas e de circulação dos cativos na paisagem. Como será visto a seguir, nem todas as noções de controle e vigilância vigentes nos séculos XVIII e XIX foram postas a prova e efetivamente aplicadas pelos proprietários de escravos nos contextos de suas *plantations* (SINGLETON, 2015). De fato, a análise da paisagem tem provado ser um meio particularmente útil para avaliar como a escravidão e o escravizado afetaram a organização social, política e econômica de um modo geral (mais amplo).

Parte-se da premissa que o diálogo com os trabalhos que versam sobre a espacialidade das *plantations*, e trabalham a paisagem enquanto um dispositivo de controle do escravo trará novos insights para pensar esta dissertação. Realizar-se-á uma leitura comparativa da escravidão, associando os contextos norte-americanos, caribenhos e africanos ao contexto escravista pelotense (e as charqueadas).

Os trabalhos de Theresa Singleton (2001; 2015) nas *plantations* cubanas constituem pesquisas basilares para o entendimento da paisagem como um dispositivo de controle do escravo. Em um de seus artigos mais recentes, Singleton (2015) explora em que medida as transformações da paisagem das *plantations* (cubanas, caribenhas e norte-americanas), entre os séculos XVIII e XIX, indicam respostas a movimentos globais⁸ ou circunstâncias locais dos sistemas escravistas. Para isto, se utiliza tanto das análises espaciais das *plantations* cubanas (caribenhas no geral) e da América anglófona, quanto da documentação histórica do período, onde acessou as principais discussões a respeito da “melhor” constituição das habitações escravas, em termos de regulamentação da vigilância, higiene, moral e costumes.

Uma das preocupações da autora está em compreender como o uso de estruturas panópticas, a construção de locais "murados", entre outras modificações na paisagem, serviu para maximizar os lucros, exercer a vigilância e reforçar o status subordinado dos escravos. De outro modo, procura-se

⁸Iluminismo e as noções de simetria; Novas atitudes relativas à higiene e as tecnologias de vigilância; Crescimento de publicações direcionadas ao melhoramento das habitações escravas (movimento abolicionista);

considerar as respostas (reações) dos escravos a esse controle espacial das *plantation* exercido pelos senhores (SINGLETON, 2015).

Singleton (2015) traça a existência de um padrão de organização espacial compartilhado pela maioria das *plantations* nas Américas: uma localização central para os prédios; casa grande elevada; senzalas arranjadas em linha ou padrões retangulares (xadrez) (?) (*Grid-like pattern*)⁹. A autora destaca três movimentos transnacionais, que se estão intimamente relacionados a esta padronização da espacialidade das *plantations* no Novo Mundo: 1) Neoclassicismo ocidental (imitação de formas greco-romanas); 2) Tecnologias de auto-vigilância; 3) melhora na habitação do trabalhador, aderida para produzir paralelos na paisagem das *plantations*.

Dentre os atributos neoclássicos encontrados na configuração da paisagem das *plantations*, destacam-se: 1) Casa grande elevada; 2) Ordem hierárquica para as construções; 3) Traçado plano e simétrico para prédios anexos e terrenos (campos); 4) Encobrimento (ocultação) das senzalas da paisagem formal da *plantation*; 5) Avenidas arborizadas conduzindo a entrada principal da casa grande. As diferenciações hierárquicas (e sociais) na paisagem não se limitaram apenas a distribuição estratégica das estruturas no espaço, mas se expressaram também nas fachadas dos prédios, distinguindo edificações habitadas por negros e brancos.

No que diz respeito aos padrões das tecnologias de vigilância na paisagem, a autora evidencia os sinos e torres de observação como estruturas panópticas. As torres de sinos são acessórios comuns nas *plantations* cubanas. O uso de torres de vigilância ressoou de forma moderada nos senhores de escravos no Novo Mundo. Por isso, Singleton (2015) sugere que na ausência de uma torre, os pontos de vigilância podem ter sido substituídos pela posição elevada das casas grandes e dos feitores (administradores). Em diversas *plantations* cubanas a torre de sinos funcionou como um posto de observação, e os sinos como um sinal de manutenção das rotinas temporais diárias (regulamentação do tempo de trabalho). No entanto, as estruturas panópticas da

⁹Rede de linhas que cruzam-se para formar uma série de quadrados ou retângulos. Talvez a autora esteja se referindo a um modelo em “xadrez”.

paisagem não se resumiram as intenções de seus senhores, e também foram locais de resistência escrava ante os dispositivos de vigilância e controle. Singleton (2015) descortina a resistência escrava e as negociações espaciais por meio de um acontecimento em uma *plantation* cubana, em que o soar dos sinos para a "Ave Maria" foi o sinal para eclosão de uma revolta que se direcionou aos capatazes e o feitor (que tocava o sino). Ao apropriar-se dos sinos, os escravos transformaram e tomaram o significado e uso deste dispositivo de controle para seu domínio.

Segundo Katherine Manthorne (2001, p.330), "[...] o poder dos "donos" (senhores) depende da habilidade ou boa vontade dos escravos em reconhecer a estrutura e as fronteiras da *plantation* [...]". Nesse sentido, a autora demonstra como os dispositivos de controle não são acachapantes. Ademais, a negociação é elemento fundamental das relações escravistas, mesmo reconhecendo-se que a relação senhor/escravo é extremamente desigual entre as partes. Escravos, tanto passivamente quanto agressivamente, desafiaram o comando de seus senhores por meio da paisagem, e apropriaram-se de espaços das *plantations* para seus próprios interesses. Essa constatação é válida para pensar as distintas formas de apropriação dos espaços e de contestação do comando senhorial desenvolvidas na paisagem da Pelotas oitocentista. Tanto no contexto das charqueadas, quanto nos espaços "públicos" de circulação dos cativos (nas matas, nas cacimbas de beber água, nos muros).

Outro exemplo das negociações e resistências cotidianas diz respeito as propostas de "melhorias" nas habitações dos trabalhadores escravos em Cuba e outras regiões do Caribe (SINGLETON, 2015). Preocupações com higiene, saúde e gestão do trabalho foram alvo de um movimento crescente durante o séc. XIX (principalmente na Grã-Bretanha e suas colônias). No contexto cubano anterior as políticas higienistas, escravos construíam suas casas (senzalas) de maneira típica, com materiais prontamente disponíveis: vime, barro, cal, placas de madeira, chão de terra e telhados de palha. Estas edificações eram ordenadas irregularmente sobre áreas comuns. Contudo, a partir de 1790 (período inicial do processo de higienização e reforma nas *plantations*) passou-se a dar preferência à constituição das casas de alvenaria, casas que compartilham paredes (muros) comuns. O processo de modernização foi

diferenciado nos contextos escravistas. Algumas localidades transformaram mais que outras as suas paisagens construídas, fazendo com que diferentes tipos de senzalas e edificações coexistissem (as novas e as antigas).

Essas mudanças (higienistas) nem sempre agradaram os escravos: alguns se ressentiam com a intrusão dos senhores em seus espaços de vida. Exemplos de resistência as mudanças higienistas nas senzalas vem da Jamaica colonial. Barry Higman (1998) encontrou evidências da requisição de material, por parte dos escravos, para reparos nas senzalas. Outras formas de resistência salientadas por Higman (1998) foram: 1) a recusa de alguns cativos de habitar senzalas feitas de pedra, devido à exposição aos vizinhos; 2) a identificação arqueológica da construção de divisórias para separar/repartir o espaço interior de acordo com o gosto dos cativos.

O trabalho de Singleton (2015) auxilia-me a pensar o contexto escravista pelotense, no sentido de exemplificar os diferentes dispositivos materiais de controle do escravo expressos na paisagem. É importante também em um segundo ponto: descortina as resistências e re-significações dos dispositivos de controle por parte dos cativos. Evidencia-se nesta pesquisa de Singleton (2015) o entendimento de que os diferentes componentes da paisagem são re-utilizados, negociados de distintas maneiras pelos cativos. A autora demonstra como os escravos podem usar/apropriar-se das paisagens construídas (que a priori serviriam para vigilância) para sinalizar o começo de revoltas ou mesmo de identidades e cosmologias.

James Delle (1998) se vale da arqueologia da paisagem e de análises espaciais para compreender como as modificações no sistema capitalista, reorganizaram os espaços de produção e as relações escravistas nas *plantations* jamaicanas da região de *Blue Mountains*, durante a virada do séc. XVIII para o XIX. Sua atenção se direciona para o entendimento das reverberações a nível local das mudanças globais (como o capitalismo). Delle (1998) parte da hipótese de que durante as crises do capitalismo, elites aceleraram o processo de reorganização dos espaços produtivos a fim de reestruturar as relações de produção e assegurar suas posições de dominância sócio-econômica. Para desenvolver seus estudos Delle (1998) utilizou-se de

dados documentais e arqueológicos. Ambas as fontes são usadas no intuito de discutir os modos que a classe de senhores (fazendeiros e exportadores) manipulou a paisagem (antes e depois da abolição da escravidão em 1834) como parte de uma estratégia de criar, manter e legitimar a desigualdade social e econômica.

A maior contribuição de James Delle (1998) para os fins desta dissertação está na sua discussão a respeito das “espacialidades do controle” e “espacialidades da resistência”. Associado a essa discussão assenta-se a constatação das potencialidades das fontes documentais para o entendimento das relações espaciais e da formação da paisagem enquanto um dispositivo de controle e resistência dos escravos. Diz-se isso, porque é na intersecção de fontes arqueológicas e históricas, que o autor desvela dois tipos de “espacialidades do controle”: 1º) Espacialidades do movimento: controle do movimento através do espaço; 2º) Espacialidades da vigilância: controles da ação através de estruturas panópticas de vigilância. Desse modo, para analisar as restrições e liberdades de movimentação experienciadas pelos cativos, autor se vale de uma fonte documental (*Radnor plantation book*). Esta fonte é um livro de controle das atividades e acontecimentos de uma propriedade cafeeira (*Radnor*), e descreve diversas atividades cotidianas da propriedade. Este tipo de leitura das fontes documentais, e a compreensão das potencialidades das fontes escritas para o entendimento das movimentações dos escravos no espaço (ou das espacialidades de seus movimentos), são análogas as que pretendo desenvolver em minha pesquisa.

No que se refere à categoria “espacialidade do movimento”, Delle (1998) constata a existência de duas categorias de movimento: 1) movimentos sancionados; 2) movimentos ilícitos. Os sancionados perfaziam as movimentações permitidas pelos senhores ou capatazes. Essa forma de movimentação era geralmente associada às funções desempenhadas pelos escravos dentro do sistema produtivo. Por isso, os tipos de tarefas realizadas dentro do sistema de produção possibilitavam maior ou menor movimentação por parte dos escravos. Os movimentos ilícitos se enquadram entre aqueles que não eram permitidos aos escravos, ou seja, fuga, aquilombamento. Era prática comum restringir a movimentação dos cativos como forma de punição,

principalmente pelo uso de um dispositivo de controle bastante conhecido: o pelourinho (*stock* ou *pillory*).

A respeito da “espacialidade da vigilância”, James Delle (1998) discute as práticas do panóptico para o controle do espaço e das relações sociais. Ao considerar o modelo de organização espacial da *plantation* Clydesdale como panóptico, o autor demonstra como a casa do capataz (*overseer's house*) era cuidadosamente colocada na paisagem para servir como ponto de vantagem (visual) para a vigilância dos trabalhadores escravizados. A organização estratégica das estruturas na paisagem das *plantation* se deve ao esforço por parte dos senhores em aumentar a vigilância sobre os escravos. Por isso, verifica-se a tendência em alocar as casas senhoriais, e principalmente, as habitações dos capatazes (feitores), em locais com vista privilegiada dos espaços produtivos e das rotas de circulação dos trabalhadores.

Apesar da intensidade e força das “espacialidades do controle”, os trabalhadores escravizados exercitaram distintas formas de “espacialidades da resistência”. Delle (1998) demonstra como os cativos jamaicanos resistiram reativamente e proativamente aos dispositivos de controle e vigilância que lhes foram impostos. Um dos meios de escravos resistirem às espacialidades do controle foi concebendo formas de não tornarem-se disciplinados, portanto um dos poucos locais que os escravos podiam evitar o trabalho forçado eram nos hospitais e nas “*yaws houses*” (espaços muitas vezes segregados, devido ao contágio da doença [*yaw*]). Outra forma de resistência espacial foram as fugas ou o acesso não permitido às espacialidades de movimento. A maioria dos cativos que evadiam da propriedade fugiam, mas voltavam às suas *plantations*, ficando em média 19 dias fora. Cabe ressaltar que para o entendimento das espacialidades de resistência dos cativos, Delle (1998) se valeu novamente da análise do livro de registro da *plantation Radnor*, demonstrando a potencialidade de ler a documentação histórica enquanto arqueólogo.

Assim como Singleton (2015), diversos trabalhos têm salientado a “racionalidade” ou a organização sistematizada da paisagem das *plantations* no Novo Mundo. Lynsey Bates (2015) analisa a paisagem de duas *plantations* (do período colonial britânico) e propõe um modelo de organização espacial que

delineia as estratégias dos senhores para manter o balanço entre lucro e controle (dos trabalhadores) em suas propriedades. Ao integrar dados topográficos com dados sobre o uso da terra (nos mapas de propriedades), Bates (2015) sugere que os senhores delineavam o espaço com foco à adequação, centralidade e proximidade dos trabalhadores ao complexo de trabalho. A idéia é que para maximizar a produção era necessária a centralização do trabalho escravo, dos campos e edifícios de processamento da colheita. Em meio à análise das condições ideais de organização de uma *plantation*, sugeridas por pensadores contemporâneos (séc. XVIII e XIX), Bates (2015) identifica quatro aspectos organizacionais “primordiais”: 1) Adequação da terra para o cultivo da cana; 2) A centralidade do complexo de trabalho; 3) A proximidade dos escravos (e das senzalas) da propriedade em relação ao complexo de trabalho; 4) A visibilidade do complexo de trabalho e da vila (povoado/propriedade).

Para Bates (2015) a manipulação dos componentes da paisagem por parte dos senhores, como edificações, campos e estradas, servem para manifestar e reforçar o monopólio do poder na forma de investimento capital, produção e vigilância. A conformidade ou desvio ao modelo de maximização da “proximidade, centralidade e visibilidade” entre as áreas da propriedade (*plantation*), não significam “sucesso” ou “falha”, apenas sugerem “restrições” nas escolhas que senhores fizeram para alterar a paisagem à suas necessidades (BATES, 2015). Ademais, apesar das diferenças de escala de produção entre as propriedades comparadas na pesquisa, ambas organizações espaciais satisfizeram três condições ideais dos seus guias contemporâneos (adequação da terra para o cultivo da cana; centralidade do complexo de trabalho; proximidade dos escravos (e senzala) do complexo de trabalho). A carência de visibilidade em ambas propriedades levou Bates (2015) a questionar o foco exacerbado na questão do controle, afinal seu trabalho demonstrou que os senhores tinham um outro objetivo imediato em mente: o lucro. Afirmar isso não representa a ausência de controle nas *plantations*, mas sim que a vigilância não foi uma preocupação primária na organização espacial das duas propriedades. A autora refuta a idéia de uma gestão absoluta da paisagem por parte do senhor, há em contrapartida negociações de poder pelo controle do espaço.

A maior contribuição de Bates (2015) está tanto no uso das fontes quanto no seu método de análise. Autora se baseia em documentos primários publicados, materiais cartográficos arquivados, e dados topográficos atuais (de duas propriedades açucareiras históricas - na Jamaica e em Nevis). No intuito de discutir os modelos de lucro e controle das *plantations*, a autora se baseia em recomendações (documentos e textos especializados do período – séc. XVIII e XIX). Estes documentos apresentam um guia para a administração da produção de açúcar (e para diversas categorias de organização espacial das produções). Ao examinar os sistemas restritivos sob o qual os escravos viveram e trabalharam, é possível dispor de um melhor entendimento das estratégias que os cativos empregaram para modificar um sistema explorador ao seu benefício.

No que se refere ao Brasil, arqueólogos também têm estudado os espaços e materialidades da resistência e os sistemas de controle do escravo. Luís Cláudio Symanski e Flávio Gomes (2016) demonstram como uma rarefação de materiais associados à preparação e consumo de alimentos, nas escavações das senzalas de duas *plantations* de café do Vale do Paraíba (sudeste brasileiro), está relacionada ao controle senhorial exercido sobre as práticas alimentares dos escravos. Este controle se explicaria, segundo Symanski e Gomes (2016), pela razão de masculinidade (com maioria de africanos) nas duas *plantations*. Além do estreitamento das práticas alimentares, descortina-se como a questão da vigilância sobre a escravaria, fez com que os cativos adotassem outras tipologias materiais, além das usualmente presentes nas senzalas do contexto açucareiro e cafeeiro do Vale do Paraíba. Destaca-se a relação do uso de metais (quartzos e argila branca) e da manifestação do poder sobrenatural relacionado à figura dos ferreiros, com práticas e elementos que remontam cosmologias presentes na África Central, local de onde saíram grande parte do plantel das unidades produtivas estudadas. Em linhas gerais, o texto direciona-se ao estudo dos espaços não ocupados pelas esferas de vigilância. Autores contribuem para pensar as espacialidades da escravidão para além dos espaços de controle do sistema escravista. Apresentam a importância dos espaços das senzalas e matas e da re-apropriação de materialidades "invisíveis" aos senhores, onde escravos desempenharam práticas ocultas aos olhares vigilantes e disciplinares.

Marcos André Torres de Souza (2007; 2016), analisa como os senhores de escravos criaram mecanismos na paisagem para exercer um controle “mais fino e estreito” perante a vida dos cativos. Em contrapartida, examina como estes indivíduos constituíram práticas e domínios de conhecimento nas áreas de vivência. Em termos gerais o autor destaca a importância dos espaços habitacionais para a perpetuação da vida cultural e social dos indivíduos escravizados.

3 A MACRO-ESPACIALIDADE DA ESCRAVIDÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS RELAÇÕES E DO SISTEMA ESCRAVISTA E SUAS MATERIALIDADES

Neste capítulo abordar-se-á a macro escala espacial da escravidão, a partir da análise das Atas da Câmara Municipal de Pelotas e das Posturas Municipais. Nesta parte do texto serão pormenorizados os pressupostos de uma arqueologia documental e as diferentes formas de se ler um documento enquanto arqueólogo, atentando para as materialidades presentes nos documentos históricos, de um modo geral.

O objetivo aqui é duplo. De um lado buscam-se indícios dos espaços de circulação e sociabilidade dos escravos, além dos dispositivos materiais de controle e resistência utilizados pelos cativos e integrantes da Câmara. De outro, procura-se perceber como a elite escravista pelotense, através da Instituição Câmara Municipal, representou seus interesses e modificou a paisagem local, no intuito de fortalecer o sistema escravista e dar-lhe maior dinamicidade e consistência.

Numa visão abrangente da documentação, é possível identificar por parte dos integrantes da Câmara um esforço em esquadriñar a paisagem local. Isto é, exercer um controle sobre os espaços, que culmina no que aqui se nomeia de “processo de normatização dos espaços”. Neste contexto, a elite política local empreendeu um esforço em estruturar e organizar uma área urbana central e dinamizar o acesso e fluidez do comércio charqueador (e de bens materiais no geral) com as áreas ribeirinhas dos arroios São Gonçalo, Pelotas e Santa Bárbara, que constituíam o centro de desenvolvimento do sistema escravista pelotense. Este processo desencadeou algumas desavenças entre o poder público e particulares, uma vez que, toda e qualquer modificação na paisagem que pudesse exercer algum prejuízo “ao público” ou “ao bem público”, era passível de sofrer as sanções da Câmara. Isto implicava, por exemplo, que se uma estrada pública tivesse de ser desviada por terrenos particulares, o proprietário deveria ceder e permitir que seu terreno fosse cortado. Na conjuntura da Pelotas oitocentista, o bem público, estava intimamente relacionado aos estabelecimentos charqueadores. Possuir estradas e ruas acessíveis, ter francos os passos e picadas, dinamizar o trânsito público de maneira geral, era fundamental para uma cidade eminentemente comercial como Pelotas, e isto se reflete nas decisões de seus dirigentes e nas discussões propostas pelos vereadores e moradores. Outro motivo para o esforço em delimitar uma malha de estradas ou caminhos que ligassem as diferentes partes da cidade¹⁰, era a facilitação da fiscalização. A taxaçoão era um fator importantíssimo para as rendas municipais e provinciais. Esta demanda de beneficiamento da paisagem, nesse sentido, é tanto local quanto regional (e nacional).

Cabe destacar, que a análise da macro-espacialidade da escravidão, por intermédio das atas da Câmara Municipal e Posturas Policiais, é um processo regulador tanto dos espaços quanto das relações sociais. Isto se demonstra mais claramente nos cerceamentos impostos a movimentação cativa no período que vai de 1834 à pelo menos 1836. Estas ações se dão em consequência de um endurecimento e aumento da demanda de ações legislativas do sistema escravista frente às ameaças de revoltas escravas (MONTEIRO, 2012). A

¹⁰A Costa de Pelotas; o Passo dos Negros entre os arroios São Gonçalo e Pelotas; a Zona Urbana; as áreas ribeirinhas do Arroio Santa Bárbara; a estrada do Passo dos Carros; a Serra dos Tapes; o Monte Bonito; a Tablada/Logradouro Público.

normatização das relações sociais e espaciais se apresentam nos mais diversos aspectos da vida da localidade. Um destes aspectos dentre os vários existentes é a padronização construtiva que se objetiva efetuar sobre as construções urbanas. Este controle se estende sobre as modificações na paisagem de modo abrangente, e esclarecem o planejamento normativo da paisagem por parte da elite política local.

O reflexo destes processos elencados acima, entre outros, é que o trataremos neste capítulo.

3.1 Metodologia de leitura das Atas: constituindo uma base de dados

Estudos que buscam as materialidades nos textos culturais possuem uma premissa principal: o entendimento de que os documentos textuais, além de serem carregados de materialidades, permitem verificar a atitude das pessoas em relação ao mundo material. A compreensão das articulações das pessoas com a cultura material (e vice-versa) só se faz visível porque os documentos codificam conexões entre pessoas em diferentes níveis. As atas da Câmara Municipal e das Posturas Policiais são documentos indiciários tanto da transformação e dos usos distintos da paisagem pela elite política local e escravos, quanto da consolidação do sistema escravista. É inegável que os textos escritos são representações particulares ou coletivas de mundo. Todavia, estas representações são produzidas socialmente com referência ao mundo material (VOSS, 2007).

Ter a compreensão de que os textos culturais são carregados de materialidades é fundamental para entender o que se pratica nesta pesquisa. Os documentos e seu conteúdo são tratados, neste trabalho, como “objetos” da Arqueologia. Deste modo, toda e qualquer evidência que informe a respeito da

relação das pessoas com o mundo material (ou a cultura material) passa a ser de domínio da Arqueologia.

Isto posto, cabe discorrer sobre a principal fonte deste capítulo (as Atas da Câmara Municipal de Pelotas). Uma “Ata de sessão” é um documento de cunho oficial e público, regido por normas padronizadas de escrita. A Câmara Municipal de Pelotas em suas sessões, na primeira metade do século XIX, compunha uma narrativa da construção e transformação da cidade de Pelotas. Nesta instituição, resolviam-se os problemas estruturais da cidade, implementavam-se ações em prol da fiscalização dos interesses “públicos”, comunicavam-se decisões oficiais, constituíam-se posturas reguladoras dos espaços e das relações sociais.

As atas registravam o que era objeto de decisão na Câmara e as comunicavam oficialmente. Para João Adolfo Hansen (2010), as Atas concebem um gênero de discurso institucional. São discursos de gênero histórico, escritos em forma de crônicas de eventos passados que foram objetos de decisões da Câmara. Para a elite política e dirigente elas compunham um arquivo de casos armazenados com jurisprudência de decisões exemplares, que serviam para consulta em novas situações.

Entendem-se as Atas da Câmara Municipal enquanto dispositivos de governamentalidade. Este entendimento surge a partir de uma noção trazida por Patricia Galloway (2006). A autora, remetendo-se às idéias de Michel Foucault (1991), defende que o arquivamento de documentos (ou *recordkeeping*), tanto nas ações colonialistas como nos nascentes “Estados-Nação”, são componentes cruciais de “governamentalidade” (GALLOWAY, 2006). Esta afirmação é bastante relevante para este trabalho, uma vez que as Atas da Câmara Municipal de Pelotas são percebidas precisamente enquanto elementos de governamentalidade e dispositivos de poder, pois conferiram meios para que determinados sujeitos sociais pudessem intervir, direta ou indiretamente, na vida da localidade e na conformação da paisagem social.

3.1.1 Esquadrinhamento dos dados documentais

No intuito de dinamizar a análise e melhor visualizar os dados da documentação, organizou-se uma tabela de atributos que pudessem demonstrar em números, datas e informações textuais a macro escala da paisagem e da escravidão em Pelotas, e pormenorizar o processo de normatização dos espaços e das relações sociais, que toma corpo na primeira metade do séc. XIX.

A tabela constitui-se de 14 campos informacionais. O primeiro campo, **“Fonte”**, define a documentação analisada, no caso, as atas da Câmara Municipal de Pelotas. O segundo, terceiro e quarto, **“Ano”**, **“Mês”** e **“Dia”**, foram criados para poder definir-se as cronologias das discussões e cruzar os dados temporalmente. O quinto campo, **“Tipo de sessão”**, se refere ao perfil da sessão, se ela é Ordinária ou Extraordinária. O sexto campo é **“Presidente da Sessão”**. A sétima coluna **“Proponente(s) da pauta”**, indica quem demanda ou inicia o assunto discutido na sessão. O oitavo campo, **“Envolvidos”**, descreve os indivíduos citados nas discussões, estejam estes direta ou indiretamente envolvidos na demanda. O nono, **“Tipo de documento”**, revela, quando citado, o tipo de elemento burocrático usado na sessão para informar a mensagem desejada, por exemplo: “ofício, requerimento, provisão, proposta, parecer”. O décimo campo **“Assunto geral da pauta”** indica as grandes categorias listadas na tabela, Escravidão, Paisagem, Segurança e Administração. O 11º e 12º campos **“Assunto principal”** e **“Assunto relacionado”** foram criados para esmiuçar o conteúdo das discussões. No assunto principal, apresenta-se a descrição em uma palavra ou frase curta da temática abordada na sessão. No assunto relacionado, quando há necessidade, estão palavras chaves que informam as questões associadas ao assunto principal. O 13º campo **“Região ou localidade da pauta”** é onde se descrevem os espaços e locais abordados na discussão, quando estes são citados. Muitas vezes a única referência descrita é uma propriedade particular, que é tomada neste campo como ponto referencial. A última coluna **“Observações”** é onde se resume em poucas frases o conteúdo das discussões e realizam-se observações.

Para constituir uma base de dados que fosse suficientemente abrangente para contemplar as temáticas relacionadas à constituição do sistema escravista e das paisagens escravistas de um modo geral, criaram-se 4 categorias gerais para caracterizar os assuntos/temáticas abordados nas

sessões da Câmara: 1) Escravidão; 2) Paisagem; 3) Segurança; 4) Administração.

A categoria “Escravidão” compreende os assuntos e temáticas que se referem diretamente as relações escravistas, tais como: tráfico de escravos em Pelotas; a localização e regulamentação das Quitandas; indicações de capitães do mato; questões relacionadas a Quilombos e quilombolas; trabalhos que se indique o emprego de escravos, como no serviço de galés ou nas lavagens de roupas no Santa Bárbara; entre outros.

A categoria “Paisagem” abrange todos os elementos que se modificaram e se normatizaram na paisagem. Isto quer dizer que se incluem nesta categoria, tanto os planejamentos de estruturação das malhas de estradas para as tropas de gado e para circulação de mercadorias e pessoas (incluindo-se aqui os escravos), as modificações e consertos das ruas da área central e portuária; as construções da Praça do Mercado e do Curral do Conselho; as mudanças de local do Matadouro Público; a delimitação de locais de venda de pólvora; a normatização das formas e materiais de construção para casas nos limites dos prédios urbanos; os planos de alinhamento e arruamento das ruas; locais preferenciais para colocação dos lampiões (iluminação da cidade); entre outros.

A tipologia “Segurança” define os assuntos que digam respeito as instituições de controle, vigilância e fiscalização do sistema escravista e da burocracia local. Neste tópico se incluem as nomeações e atuações de fiscais, juízes de paz, delegados, subdelegados, inspetores de quarteirão; os serviços das guardas nacionais e municipais; o serviço de polícia como um todo; as obras/consertos e questões relacionadas à Casa Correccional e presos; a atuação dos capitães do mato; etc.

A categoria “Administração” abrange as temáticas de ordem burocrática da administração local. Correlaciona-se também com as questões de cunho jurídico e tributário/taxações. Neste tópico estão os pedidos de licenças para casas de comércio (boticas, armazéns, tavernas, açougues, entre outras) e o registro/apresentação de diplomas para a prática da medicina; o sustento dos presos pobres; o envio e as discussões sobre a obrigação da aplicação de

vacinas na população; a arrematação e criação dos impostos locais (rendas municipais); etc.

Cabe destacar, que estas temáticas se relacionam entre si em diversos momentos, pois em uma mesma discussão podem surgir elementos coadunáveis em mais de uma categoria. Um exemplo plausível desta junção de categorias são as temáticas relacionadas às indicações de “capitães do mato”. Estas se inserem tanto no quesito segurança quanto escravidão, devido às características deste trabalho.

3.1.2 Destrinchando as categorias

Para os objetivos deste trabalho, apresentar-se-ão algumas considerações em termos numéricos a respeito das categorias de “Paisagem”, “Escravidão” e “Segurança” e “Administração”, para num segundo momento uní-las a discussão detalhada do processo de normatização dos espaços e das relações sociais.

Ao todo foram formulados um total de 1412 colunas temáticas, durante os 12 anos pesquisados (1832-1850). Dentre estas, a categoria “Escravidão” aparece 86 vezes nas discussões da Câmara. A temática “Paisagem” é mencionada 816 vezes; “Segurança” em 276 e a temática “Administração” em 234 momentos (Tabela 1).

Tabela 1 – Temáticas gerais presentes nas discussões das Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1850)

TEMÁTICAS	Número de Menções de 1832-1850
Escravidão	86 (6%)
Paisagem	816 (58%)
Segurança	276 (19%)
Administração	234 (17%)
TOTAL	1412 (100%)

Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.

Nas próximas páginas, delinearei as temáticas de forma conjunta, abordando-as para salientar dois aspectos gerais: 1º) Os indícios da interação e

atuação dos cativos nos espaços “públicos” e paisagens locais. Analisar-se-á nesta parte as relações escravistas do ponto de vista das políticas públicas de cerceamento da circulação dos cativos no interior da cidade e do controle dos espaços, assim como indícios dos usos criativos dos espaços pelos escravos; 2º) a conformação da paisagem de Pelotas, através das ações oficiais ensejadas na Câmara Municipal, como um dispositivo de controle e normatização dos espaços. Nesta parte irá se pormenorizar o esforço em modificar a paisagem local para dinamizar o sistema escravista, beneficiar a fluidez/escoamento do comércio local e facilitar o processo de taxaço (que está intimamente ligado ao controle das vias de acesso a cidade).

3.2 A macro espacialidade da escravidão na Pelotas oitocentista: a gerência da paisagem e o controle das relações sociais

Em Arqueologia da Paisagem (*Landscape Archaeology*) pululam definições a respeito do que se constitui uma paisagem arqueológica (social/cultural/política). Os tópicos abordados pelos arqueólogos são variados: exploração de recursos, relações de classe, poder, visibilidade, expressão material das identidades e memórias etc. Nesta parte da dissertação, objetiva-se demonstrar como o poder entrecruza a paisagem e as espacialidades no geral. Sobretudo, quer se entender a relação dos componentes materiais da paisagem com o desenvolvimento das relações escravistas e a consolidação do sistema escravista.

No período de formação da Pelotas oitocentista (1832-1850), a paisagem é percebida como um elemento fundamental para a consolidação do sistema escravista a nível local. Este processo será discutido na sequência deste capítulo, no qual serão apresentadas as situações em que a elite política local intentou manter uma relação de controle sobre a paisagem, ou seja, utilizá-la enquanto um dispositivo de controle. Irá se deslindar os cerceamentos aos chamados “espaços de movimentação” dos cativos, conceito este cunhado por James Delle (1998). Dar-se-á destaque igualmente a atuação/participação ativa das paisagens na mediação e desenvolvimento das relações escravistas e

sociais. Nesta parte serão apresentados os usos criativos do espaço e a relação de constituição mútua entre paisagens e pessoas.

Considerando-se estas problemáticas, a paisagem aqui é entendida como um componente indissociável das relações humanas e desempenha um papel ativo na ordenação e mediação das relações sociais/culturais/políticas (ASHMORE; KNAPP, 1999; BRANTON, 2009; KEALHOFER, 1999; JOHNSON, 2007; MCGUIRE, 2008).

Para melhor compreensão do contexto das relações sócio/espaciais da pelotas oitocentista, deve-se atentar para um aspecto importante das relações escravistas na cidade: a sazonalidade da produção. As características sazonais da produção do charque em Pelotas, fizeram com que muitos cativos tivessem possibilidades de circulação bastante abrangentes no interior da cidade, uma vez que seu trabalho poderia ser requerido tanto nas charqueadas, quanto nas datas de mato da Serra dos Tapes; ou ainda nas casas urbanas, nas estâncias de seus proprietários ou mesmo nos trabalhos públicos de beneficiamento de estradas e ruas. Estes locais muitas vezes eram espalhados por diferentes pontos da cidade, e não constituíam apenas um terreno contínuo numa determinada área. Essas características aparecem ora de forma mais explícita ora implícita nas Atas da Câmara Municipal e nas Posturas Municipais, e explicitam uma característica particular do escravismo pelotense. Este aspecto da atuação e movimentação de parte do plantel escravo das charqueadas para outros ambientes nos períodos entressafra, esclarecem algumas posturas proibitivas constituídas em Pelotas em momentos de instabilidade social, devido ao aparecimento de quilombos ou com os temores da influência estrangeira nas charqueadas, tão densamente povoadas e próximas geograficamente.

Esta característica do escravismo pelotense, permeará de forma considerável os contextos que serão expostos a seguir. Sigamos então a apreciação dos dados documentais.

3.2.1 Distribuição espacial das charqueadas e a concentração de escravos (preocupações com a proximidade geográfica dos cativos)

Como já foi postulado anteriormente, a paisagem não é percebida separadamente, mas está encaixada aos modos de viver e de ser. Desse modo, as representações presentes nas Atas da Câmara, configuram trabalhos de representação, que são produzidas através de um engajamento com o mundo material, e da percepção e expressão das condições em que se desenvolvem as relações de poder. Isto fica bastante claro no momento em que surgem na Câmara questionamentos a respeito do posicionamento das charqueadas, que muito próximas geograficamente, causavam riscos a integridade do sistema escravista, devido à grande concentração de escravos. Dito de outra forma, a preocupação se dava com relação à problemática do “contingente de escravos” (MONTEIRO, 2012).

A distribuição das charqueadas, em terrenos próximos geograficamente, no decorrer dos arroios Pelotas e São Gonçalo, era motivo de preocupação dos charqueadores e políticos locais, devido à facilidade que os escravos teriam de se comunicar, tramar e executar revoltas. A insegurança e o medo parecem ser uma constante em locais onde há grandes concentrações de escravos, como é o caso dos engenhos de açúcar no Nordeste, das zonas mineradoras de Minas Gerais e das fazendas no Rio de Janeiro e São Paulo. Na verdade esta é uma questão presente nos contextos escravista do Novo Mundo, de forma geral. No estudo de Emília Viotti da Costa (1998, p.67) sobre a revolta escrava de Demerara (Guiana Britânica) em 1823, evidencia-se como a densa concentração de escravos, numa área relativamente pequena, foi um elemento facilitador do contato entre os cativos e conseqüentemente do planejamento da revolta. Este exemplo demonstra como em certo nível, a preocupação dos vereadores, era bastante plausível, caso se tivesse em mente os acontecimentos em outros contextos escravistas contemporâneos no Novo Mundo.

Pelotas era a cidade com um dos maiores contingentes de escravos do sul do Brasil. Isso se explica pelo fato de que as indústrias saladeris pelotenses eram um dos núcleos centrais da produção do charque no Brasil. Estima-se que a fase de maior concentração de escravos nas charqueadas pelotenses tenha sido entre as décadas de 1840 e 1860, com uma média de 82,25 escravos por charqueada (OGNIBENI, 2005, p.72). O contexto em que as discussões a respeito da densidade de charqueadas e conseqüentemente de escravos na

Costa de Pelotas e São Gonçalo surgem muito próximas ao período citado por Ognibeni (2005) como de maior densidade de escravos por propriedade. O censo realizado pela Câmara Municipal de Pelotas no ano de 1833 revela que havia 5.623 escravos num total de 10.874 habitantes registrados. Em 1854 registram-se um total de 4.788 escravos num total de 12.863 habitantes (GUTIERREZ, 2001, p.182). É possível aceitar esses dados como números aproximados da população escrava de Pelotas, mesmo levando em consideração as possíveis ausências na contagem. O contingente de escravos em Pelotas oficialmente estaria situado entre 4.788 e 5.600 escravos.

A primeira referência que emerge na documentação sobre a paisagem do núcleo charqueador o contingente de escravos é de 7 de Agosto de 1832, onde em sessão extraordinária, os vereadores enviam ofício ao Presidente da Província, tentando demonstrar os perigos do envio dos guardas nacionais para a fronteira:

[...] que esta Câmara cumprindo as ordens de sua Excelência oficie aos juizes de paz do seu município para determinarem aos seus respectivos comandantes de companhias já organizadas, convidando os guardas nacionais a fim de voluntariamente se apresentarem para formar um corpo de destacamento; e que a Câmara não pode deixar de levar a ponderação de sua Excelência quanto seria perigosa a marcha dos guardas nacionais deste município para a fronteira na presente crise em que os do Estado Vizinho apenas fazendo a guerra entre si enviaram emissários disfarçados para revoltarem a escravatura, sendo bem constante, que o Distrito desta Vila tem para mais de quatro mil escravos quase unidos segundo a posição das charqueadas, e a única força para os conter são os guardas nacionais que fazem este Distrito respeitável; acrescento ter chegado de diversas Províncias pessoas desconhecidas, que apesar de se conservarem até agora em sossego, aproveitarão talvez a ocasião de impunemente desenvolverem sentimentos que não se tem atrevido a manifestar; e que a Câmara espera de sua Excelência não mandará sair os guardas nacionais desse Distrito para destacamento, sem que a fronteira seja de fato invadida [...]¹¹

Dois anos depois desta primeira menção, no dia 28 de Agosto de 1834, novamente as boatarias sobre a influência estrangeiras voltam a tona. A Câmara de Jaguarão envia ofício a de Pelotas, “participando ter chegado ao seu conhecimento por pessoa fidedigna, haver o General Rivera enviado para esta

¹¹ BPP. Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. Sessão Extraordinária – 7 de Agosto de 1832 – Moraes 20 (Direita) – Anexo DPM-001.

Província emissários, com o fim de seduzirem a escravatura a uma sublevação”¹².

A atenção à questão da proximidade física dos estabelecimentos saladeris, na situação específica em que ela aparece nas Atas, denotam/remetem o quanto as paisagens são experienciadas e vividas no cotidiano das relações sociais. Diz-se isso, uma vez que essa preocupação desponta na documentação em um contexto de boatarias sobre a influência de elementos estrangeiros junto aos cativos e da possibilidade de saída do único meio repressivo de conter a ação revoltosa dos escravos e inimigos estrangeiros. Anteriormente, não há registro algum nas Atas (documentações primárias no geral) ou na Historiografia da Escravidão em Pelotas, que salientem a questão da proximidade geográfica das charqueadas, como fatores perigosos as relações escravistas. Porém, com o “fato novo” da possível presença de emissários do Estado Vizinho, cuja intenção seria influenciar a escravaria, ressalta-se a fragilidade do sistema coercitivo a nível local, e a grande facilidade de disseminação da ideia de revolta, em termos espaciais. Neste caso, a paisagem age como elemento mediador e ativo das relações sociais, ao atuar destacadamente, como elemento potencialmente facilitador do contato entre escravos.

A situação específica que as Atas trazem, demonstram como a paisagem é vivida e contextualizada pelas pessoas em suas vidas diárias, e isto inclui as nuances e crises da vida política e social. Provavelmente, a proximidade e disposição das charqueadas, fosse uma preocupação aberta dos charqueadores há mais tempo, porém somente com a ameaça estrangeira ao *status quo* escravista, é que ela surge nas discussões institucionais da Câmara Municipal de Pelotas e nas comunicações com o poder provincial.

Como já se salientou neste trabalho, momentos de crise e instabilidade social, tendem a gerar a contrapartida das instituições políticas. Estas representações se constituíram através de um engajamento com o mundo

¹² BPP. Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. Sessão Extraordinária – 28 de Agosto de 1834 – Barcellos 23 (Esquerda) – Anexo DPM-002.

material, e da percepção e expressão das condições em que se desenvolvem as relações de poder.

Charqueadores constituíram a distribuição das charqueadas e manipularam a paisagem sob diferentes intencionalidades e motivações. No entanto, isto é também é verdade sobre a ação da paisagem nas relações escravistas. O fato do deslocamento da guarda nacional para fronteira e as boatarias sobre a influência estrangeira na escravidão local, suscitaram rápida reação dos vereadores, que destacaram a composição da paisagem como fator fundamental para a não ida da guarda para a fronteira. A paisagem, neste sentido, é um sujeito ativo das relações escravistas, ordenando e intervindo diretamente na vida diária das pessoas, fazendo-as agir.

As funções e interações da paisagem das charqueadas nas áreas ribeirinhas aos Arroios São Gonçalo e Pelotas, foram além da idéia e das intenções de seus “construtores” no momento em que se constituiu o núcleo charqueador. A paisagem neste caso está englobando tanto os componentes materiais próprios de sua configuração (Charqueadas e todas as estruturas destes estabelecimentos; Estradas; Zonas de Matas; os Arroios São Gonçalo e Pelotas, entre outros), quanto o componente dos corpos dos escravos, enquanto uma grande unidade (ou um contingente). Esta situação exemplifica o conceito de paisagem enquanto um sistema de ações (objetos e pessoas), cunhado por Milton Santos (2002). Não há como pensar a paisagem do núcleo charqueador, sem ter em mente a figura do escravo e conseqüentemente o sistema de objetos e pessoas (escravos) atuando.

A paisagem está encaixada aos modos de viver e de ser, que por seu turno são indissociavelmente materiais. Não há como conceber a paisagem sem entender que os objetos (coisas) atuam sobre as pessoas, nos causam sensações e tem a capacidade de delimitar comportamentos para além das intenções humanas. Apesar da insipiência das informações, do teor pouco descritivo de parte das informações presentes nas Atas da Câmara Municipal de Pelotas, é possível depreender a configuração das paisagens escravistas enquanto um sistema de ações, que articulam pessoas e materialidades (SANTOS, 2002). Assim, fica claro que não há meio de pensar a paisagem do

núcleo charqueador, sem a figura do escravo. A ressalva dos vereadores, não está direcionada à disposição da paisagem de forma isolada, mas sim, na relação do espaço/paisagem com o componente humano, que são os escravos. O conteúdo e ação social das paisagens (e das materialidades no geral) está justamente no fato de que elas atuam e intervêm em diferentes níveis no que se convencionou chamar de vida social.

3.2.2 Quilombos, áreas de mata e os usos criativos do espaço: constituições mútuas entre pessoas e paisagens

Neste tópico, desenvolver-se-ão os espaços de resistência e os usos criativos da paisagem pelos escravos. Como eixo argumentativo delineador deste item, está a ideia de mutualidade constitutiva entre a paisagem da Serra dos Tapes e suas áreas da mata e os quilombolas. Ademais, apresentar-se-ão certos usos e práticas da paisagem que não são necessariamente ligados a resistência violenta ou “direta” como a formação de quilombos, mas que constituem formas de identificação/interação dos escravos com determinados lugares da cidade.

3.2.2.1 Os quilombos e a Serra dos Tapes

O triênio 1834-1836 concebeu um período bastante conturbado para a elite dirigente pelotense, não somente pela agitação política ocasionada pela deflagração da Revolução Farroupilha, mas principalmente por questões que tangem as relações escravistas, visto que se constataram nesse ínterim: a formação de um quilombo “violento” e organizado na Serra dos Tapes e a eclosão e reverberação nacional da Revolta dos Malês na Bahia (1835). Estes eventos que se relacionam contextualmente produziram uma série de dispositivos cujo propósito era fazer frente a esses “sinais de perigo” que poderiam atentar contra a hegemonia local. De um lado “inimigos” internamente

rebelados e de outro a possibilidade de outros elementos revoltosos, provenientes de um movimento insurrecional de repercussão nacional, aportarem em Pelotas, promoveram ações imediatas das autoridades locais.

No que tange a formação de quilombos na localidade de Pelotas não há ainda registro de outro evento cujo porte e repercussão superem a formação do quilombo situado na Serra dos Tapes sob a liderança de Manoel Padeiro. Os poucos estudos que abordam a questão quilombola em Pelotas, dizem respeito à formação do “Quilombo de Manoel Padeiro”¹³.

As primeiras notícias oficiadas nas reuniões da Câmara sobre o precitado quilombo se remetem ao mês de outubro de 1834 e as últimas ao ano de 1836¹⁴. Não foi possível durante a pesquisa nas Atas da Câmara, delimitar a dimensão do quilombo em termos de quantidade de integrantes. Nas menções da Câmara (e correspondências) o número varia de 10 a 23 quilombolas, incluindo a presença de pelo menos 4 mulheres. Por outro lado o “Quilombo de Manoel Padeiro” constituiu-se de algumas características que foram compartilhadas, de certo modo, por diversas formações quilombolas no Brasil¹⁵. Uma delas é o fator geográfico incidindo no processo de aquilombamento. Usualmente os quilombos costumavam se situar em regiões afastadas da zona urbana e de difícil acesso, como terrenos montanhosos e de grande concentração de matas. O relevo sinuoso da região dos Tapes, em conjunto com a grande concentração de matos, o complexo de coxilhas e serras e o fato de ser cortada por arroios e possuir importante vegetação, dava as condições ideais

¹³ AL-ALAM, Caiuá. C. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2007; MAESTRI, Mário. O quilombo de Manoel Padeiro. In: SEFFNER, Fernando (org.). *Presença Negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995. p.64-72; MARSICO, Dilson. *Charqueadas: escravidão e lutas de classes*. Monografia. Pelotas: UFPEL, 1997; MONTEIRO, Victor Gomes. *Um inventário do medo: a Pelotas escravista e a representação do medo através das Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1850)*. 2012. Trabalho Acadêmico – Curso de História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012

¹⁴ Não se pretende desenvolver uma abordagem cronológica dos eventos e menções a respeito do quilombo nas Atas da Câmara, uma vez que isso já foi feito em trabalho anterior (MONTEIRO, 2012). Meu objetivo é relacionar a constituição dos quilombolas com a localidade da Serra dos Tapes e vice-versa.

¹⁵ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Séc. XIX*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas, Campinas (SP), 1992

para um grupo de escravos fugidos se esconderem e sobreviverem. Aliado a esta conjuntura, soma-se como fator importante para o aquilombamento nessa região, o fato de muitos escravos trabalharem nas “datas de mato” ou nas chácaras da Serra dos Tapes, tanto como escravos de aluguel como no período de entressafra das charqueadas.

A ocupação quilombola das áreas de mata da Serra dos Tapes constituiu tanto uma forma de apropriação dos espaços, como de contestação do comando senhorial, desenvolvidas na paisagem da Pelotas oitocentista. O grupo de Manoel Padeiro conhecia muito bem a região da Serra dos Tapes e este fator, unido a rede de contatos que os quilombolas mantinham com escravos assenzalados e indivíduos livres dos setores populares da sociedade pelotense, foram fundamentais para a manutenção do grupamento. É nítida a relação que a Serra dos Tapes e suas áreas de mata mantiveram durante o séc. XIX (e até os dias atuais, de certo modo) com a identidade quilombola. Relacionada à questão identitária, esta correlação se dá também em termos de mutualidade constitutiva.

Assim como os quilombolas constituíram a Serra dos Tapes, através de sua interação intensa nesta região, a Serra também constituiu os quilombolas¹⁶. É a prática do grupo de Manoel Padeiro sobre a paisagem e a prática deste local sobre os quilombolas, que os configuram entre si. Pensar que as coisas (paisagens) criam pessoas é uma maneira de re-equilibrar a relação entre pessoas e coisas (GOSDEN, 2005). Através da vivência na paisagem é que ela se torna parte de nós, assim como nos tornamos parte dela. Neste caso em específico, é possível dizer, que as histórias de vida dos quilombolas/escravos foram tecidas na paisagem, nas texturas da superfície da Serra dos Tapes e das matas, e esta conformou o ser quilombola (INGOLD, 2000). Um exemplo de como as histórias de vida se entrelaçam às paisagens está na nomeação do chamado “Arroio Quilombo”. Este afluente da margem esquerda do Arroio Pelotas, área próxima a Serra dos Tapes, possui esta designação certamente marcada pela histórica atuação que estes grupos desenvolveram nestas áreas. Segundo Mário Maestri (1984), a tradição oral da região aponta para “uma ponte

¹⁶ Se quisermos ampliar esta discussão, esta afirmativa cabe para uma gama de grupos marginalizados, sejam estes indivíduos excluídos, dos subúrbios da cidade de Pelotas, ou os grupos indígenas que habitaram a Serra dos Tapes.

de madeira”, que seria o local de um agrupamento quilombola. Este quilombo teria motivado o batismo do arroio. Atribuir significados a elementos “naturais” ou “geográficos” é sempre um processo culturalmente determinado (ASHMORE e KNAPP, 2003).

A figura de Manoel Padeiro permanece até hoje atrelada a Serra dos Tapes e inclusive possui ares “míticos”, devido a sua permanência no imaginário popular. As páginas da história, não conseguiram até o momento, delimitar o final desta figura emblemática para a escravidão sulina. Talvez este seja um dos motivos para a continuidade de sua imagem na região. Outro aspecto plausível desta continuidade territorial são os diferentes grupos quilombolas, que durante os séculos XIX e XX se assentaram nessa região, e que demandam esta ligação tradicional com seus antepassados. Se tomarmos esta afirmação como admissível, a paisagem da Serra dos Tapes pode ser considerada como um registro durável (um testemunho) das vidas e trabalhos das gerações passadas que residiram nela, e deixaram algo de si mesmos. De certa forma, partes daquilo que se convencionou chamar de Serra dos Tapes, esta grande área territorial, permanece como um registro durável desse processo de habitação, que não se iniciou com os quilombolas, porém possui marcas significativas dessa relação.

O embate travado no contexto de organização do “Quilombo de Manoel Padeiro” está para além do fato óbvio de que os quilombolas eram “criminosos” e ameaçavam a integridade do sistema escravista. A Serra dos Tapes suscitou/suscita diferentes visões e práticas sobre sua paisagem. Cabe destacar que nenhuma paisagem independe do olhar e da vivência de quem a experiencia. Por isso, ao passo que a Serra dos Tapes foi um local de fuga da senzala por parte dos quilombolas, os senhores e autoridades locais no geral, exerciam outras práticas e viam estas áreas com outros olhos. As autoridades locais e os senhores de escravos viam a Serra dos Tapes como uma fonte de renda pela extração da madeira, local de estabelecimento de propriedades privadas, mas também como um local onde indivíduos marginais se assentavam para atividades ilegais. Esta foi uma das características suscitadas nas discussões da Câmara Municipal de Pelotas a respeito das áreas de mata. Cabe salientar que esta discussão é suscitada num período/contexto em que os

quilombolas já estão sendo caçados na Serra. No dia 7 de Julho de 1835, o juiz do quarto distrito, expõe:

[...] o estado em que se acha por acabar a ponte do Arroio Grande, a estreiteza da estrada que segue por dentro do mato por um e outro lado do passo, bem como, no passo do Arroio Correntes, que se acha da mesma maneira estreita a picada do mato daquele passo, servindo um e outro lugar de seguro asilo aos facinorosos, sobre o que deliberou unanimemente a Câmara que se oficiasse ao fiscal do dito distrito, para requerer ao juiz de paz respectivo, a fim de se abrir imediatamente nos dois passos públicos dos arroios Grande e Correntes a estrada na largura de vinte braças dentro dos matos de um e outro lado de ambos os passos públicos, e que se recomende ao dito fiscal a conclusão da obra da ponte do Arroio Grande antes que as enchentes destruam os trabalhos que já se acham feitos [...]

Esta informação, trazida pelo juiz de paz do quarto distrito, revela que uma das funções do desmatamento ou da abertura de picadas (caminhos) mais amplas, possui também uma função de segurança e facilitação da vigilância. Nesse sentido, a abertura de estradas amplas, além de servir ao franco trânsito público, possui este referencial de segurança e vigilância. Por outro lado, destaca-se o papel das matas, nas representações das autoridades locais, como pontos de “asilo de facínoras”. Este exemplo da abertura da estrada demonstra como os diferentes componentes materiais da paisagem constituem nodos, pontos de intersecção e podem concentrar ou restringir movimentos num sítio ou paisagem. Essa concentração de movimentos a uma limitada ordem de caminhos certamente afeta o número e as formas dos encontros sociais e assim tem efeito aglomerador ao fazer os contatos na superfície menores em número ou em tamanho. O ambiente construído é tanto um gerador ativo de comportamento social quanto é constituído por este (FAHLANDER, 2008).

Em termos de conclusão, cabe destacar que as matas da Serra dos Tapes, por ser rota de fuga de escravos, é um local fundamental na formação da paisagem da Pelotas escravista. Como nos demonstra Lisa Kealhofer (1999, p.68) “[...] Slaves understood and used landscapes very differently than did other groups (Upton 1988). Forests and woods served as centers for social and ritual activities not condoned by their owners (Isaac 1988) [...]”. Esta afirmação é de imprescindível importância para esta pesquisa, pois, é sabido que muitos escravos fugiam das senzalas, por algumas horas à noite ou alguns dias, mas não se aquilombavam e voltavam para suas propriedades (MONTEIRO, 2014).

É bastante provável, que durante estas fugas temporárias, os escravos tenham desempenhado diferentes formas rituais e atividades que no ambiente da senzala, não poderiam desempenhar. Esta constatação dos autores pré-citados, deixa entrever outras possibilidades de vivências e relações espaciais dos escravos na Serra dos Tapes.

3.2.3 Locais de trabalho/sociabilidade e os usos criativos dos espaços

Para ser possível visualizar o que chamo de “uso criativo dos espaços” e conseqüentemente depreender um pouco da vida cotidiana e material dos escravos, em uma análise de documentos produzidos pela elite escravista pelotense, se faz necessária uma leitura a contrapelo das fontes, ou seja, na contramão dos discursos “hegemônicos”. Compartilha-se da opinião de E. P. Thompson (1978, p.157; apud Beaudry, 2007, p.89) quando este afirma que: “[...] os documentos, mesmo aqueles produzidos pelos membros de classes superiores, podem informar, de forma não intencional, acerca dos membros [...] desprivilegiados da sociedade [...]”

Numa visão abrangente das poucas situações em que surgem indícios de outras formas de interação dos escravos com os lugares/espaços da cidade, é perceptível que os usos criativos dos espaços estão relacionados com alguns dos ambientes de trabalho dos cativos (ou à ambientes de transição).

3.2.3.1 Margens do Arroio Santa Bárbara: sociabilidades, trabalho e marginalidade

Um destes exemplos é a presença escrava na zona ribeirinha ao Arroio Santa Bárbara, por meio da atividade de lavagens de roupas. Nas Atas, esta referência surge em conjunto ao processo de normatização dos espaços praticado pela Câmara Municipal e seus vereadores, como se percebe na sessão de 10 de outubro de 1832

[...] observações feitas pelo vereador Mascarenhas [...] que se recomendasse ao fiscal, que não consinta edificarem-se prédios, ou fazerem-se cercos de hora em diante nas margens de Santa Bárbara,

que privem o uso das lavagens de roupa, por ser o único lugar que para esse efeito tem esta Vila [...]¹⁷

Mediante o processo de desenvolvimento do controle sobre o espaço, realizado pelas autoridades locais, faz-se visível um dos locais de trabalho dos cativos, uma vez que, as lavagens de roupas eram uma tarefa eminentemente realizada pela mão-de-obra escrava (feminina). O trecho demonstra outro aspecto da paisagem e da vida local: esta prática era realizada, até o ano de 1832, somente nas margens do Arroio Santa Bárbara. A nomenclatura de determinados lugares da Pelotas oitocentista, como os nomes das ruas da cidade, pressupunham as funcionalidades que eram desempenhadas nestes locais. Ou seja, as práticas e atividades cotidianas se inscreviam nos espaços e vice-versa. A nomenclatura da atual rua Santos Dumont, que era fronteira/limítrofe ao antigo curso do Arroio Santa Bárbara, como “Rua das Lavadeiras” é um exemplo de como a atribuição de significados a elementos “naturais” ou “geográficos” é sempre um processo culturalmente determinado (ASHMORE e KNAPP, 2003).

No contexto da Pelotas da primeira metade do século XIX, as margens do Arroio Santa Bárbara, possuíam outra característica aos olhos das autoridades locais: a de ser um reduto de escravos, vadios, e de correção (AL-ALAM, 2007). Segundo Caiuá Al-Alam (2007, p.130) esta pecha “marginal” sobre esta área da cidade, se desenvolveria em dois pontos: 1) devido a acentuada circulação de cativos pela região do Santa Bárbara; 2) pelo fato de que a Casa Correcional foi erguida junto às margens do arroio, num intuito de se afastar da zona urbana os apenados que ali se encontravam, revelando uma preocupação tanto em relação à higiene (para evitar a propagação de epidemias) como pelo “saneamento moral”, onde a distância do núcleo da cidade asseguraria a não influência desses indivíduos. A imagem da área ribeirinha do Arroio Santa Bárbara enquanto um “espaço marginalizado” da cidade está intimamente ligado a prática desse espaço pelos escravos, haja vista a fala de Domingos José de Almeida (apud GUTIERREZ, 2004, p.255), onde o mesmo trata a região das

¹⁷ BPP. Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. Sessão Ordinária – 10 de Outubro de 1832 – Moraes 38 (Direita) – Anexo DPM-001.

margens do arroio Santa Bárbara como: “[...] foco de imoralidades, fundição (sic) de crioulos e entretenimento de escravos [...]”.

3.2.3.2 O uso criativo dos espaços: as cacimbas e os jogos de escravos

Outro local que relaciona os locais de trabalho, os espaços de sociabilidade dos escravos e os usos criativos dos espaços são as cacimbas de beber água. Esta relação se faz presente nas discussões da Câmara na sessão do dia 8 de janeiro de 1833

[...] O vereador Mascarenhas propôs. Primeiro. Que se nomeasse uma comissão de três membros, que se encarregassem de mandar abrir três ou quatro cacimbas de água de beber, em lugares próprios: Segundo. Que depois destas cacimbas servirem ao público, se cuide logo em concertar a que existe deteriorada, fazendo-a mais pequena, e desmanchando-se a guarita que ali se acha que só serve de refugio ou capa a indecências e a jogos de escravos [...]¹⁸

Fica claro na proposição do vereador Mascarenhas, a preocupação em manipular a materialidade das cacimbas, no intuito de tolher práticas “subversivas” dos escravos. Dito de outra forma, a ação reguladora do vereador, é no sentido de manter a vigilância sobre a atividade escrava.

Das discussões da Câmara presentes na base de dados documental, descrevem-se 34 menções relacionadas à temática das fontes de água (cacimbas, pipas e fontes no geral). Somente os anos de 1848 e 1836 que não possuem menções sobre as cacimbas. De maneira geral, em todo o período estudado (1832-1850), existe a reclamação da falta de fontes potáveis e o esforço por parte das autoridades locais em abrir cacimbas, principalmente em locais próximos aos limites urbanos. A abertura de cacimbas nas sessões da Câmara se apresentam ou como projetos de abertura de novas fontes potáveis ou como conserto das já existentes. Estas se localizam no decorrer da rua das Fontes (atual Almirante Barroso); no final da rua das Flores (atual Andrade Neves), próximo ao Arroio São Gonçalo, na localidade denominada “Cacimbas do Mato”, e nas margens do Arroio Santa Bárbara.

¹⁸ BPP. Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. Sessão Ordinária – 8 de Janeiro de 1833 – Moraes 51 (Direita) – Anexo DPM-001.

Este contexto de rarefação dessas estruturas na cidade faz com que a probabilidade de contato entre os escravos nas imediações das cacimbas fosse alta. A tentativa de ampliar a vigilância sobre o trabalho escravo, através da destruição da guarita que inibia a visibilidade completa da estrutura, é uma tentativa de evitar o desenvolvimento das manifestações “culturais” escravas e vigiar os contatos e interações dos cativos no decorrer de suas atividades no espaço público.

Quanto aos jogos de escravos, não há maiores informações na informação do vereador, porém é possível aceitar esta atividade enquanto uma das formas de expressão cultural dos cativos. É provável que consistissem das danças e cantorias que os escravos realizavam e que eram prática comum no Brasil escravista. Fato é que os jogos de escravos, ligados ao uso criativo do espaço das cacimbas, pôs em destaque a estratégia de ocultação dos cativos da vigilância senhorial. Isto resultou no que James Delle (1998) cunhou como “espacialidades da resistência”. O exemplo presente nas sessões da Câmara demonstra o uso criativo dos espaços e a manipulação dos ambientes construídos por parte dos cativos, como uma estratégia de resistência. Cabe destacar as afirmativas de Nicole Branton (2009, p.56), a respeito das espacialidades do poder e os diferentes usos e práticas dos espaços/paisagens

[...] Frequently, subordinated groups manipulate their spaces in order to create private places where activities may occur outside of the view of the powerful. This issue of surveillance is an emerging issue in the spatiality of power relations in historical archaeology (Epperson, 2000)[...]

Este trecho resume o que se demonstrou no exemplo trazido sobre os diferentes usos e práticas executados nas cacimbas e traz um elemento a mais a discussão: o fato de que a materialidade do muro ou guarita, posta no entorno da cacimba precitada, foi manipulada e constitui-se em um espaço “privado”, onde as atividades/expressões culturais dos escravos ocorreram fora da visão dos senhores e autoridades públicas. Este evento em específico demonstra, outrossim, como as relações escravistas são negociadas e conflitantes, tanto nos espaços privados, das unidades produtivas, quanto nos espaços “públicos”.

3.3 Cerceamento da circulação de escravos: posturas normativas, obrigações materiais e as restrições das espacialidades do movimento

Neste item, deslindar-se-á os dispositivos materiais de controle das espacialidades do movimento dos cativos. Ademais, irá se apresentar alguns tópicos da relação das posturas municipais com o cotidiano dos cativos em geral e com o controle público das relações escravistas.

Como já foi dito, o ano de 1835 é marcado pela conjuntura de alerta com relação à rebeldia dos quilombolas da Serra dos Tapes e das reverberações do perigo da entrada de escravos provenientes da “Revolta dos Males” na cidade (MONTEIRO, 2012). Em meio a este contexto destacam-se uma série de dispositivos formulados pela elite dirigente local para fazer frente a esse cenário de perigos e para evitar que as resistências cotidianas dos cativos se tornassem insurreições em massa.

Uma das ferramentas que a elite dirigente lançou mão para lidar com o perigo quilombola e que repercutiu diretamente no cotidiano dos cativos, foi a criação de posturas específicas que visavam tanto normatizar a movimentação dos cativos no interior da cidade, quanto controlar o acesso dos escravos (e principalmente dos quilombolas) a utensílios bélicos, especialmente no que diz respeito ao comércio da pólvora. A criação de posturas proibitivas que visam regular a condição dos escravos na cidade reflete o temor manifesto dos vereadores a respeito de uma generalização do movimento quilombola e pressupõe uma demanda de problemas ou situações que se intenta solucionar ou sanar.

3.3.1 Os escravos e a pólvora

No que concerne a questão do acesso a pólvora, vejamos o que requeria o presidente da Câmara, Alexandre Vieira da Cunha, na sessão do dia 13 de Julho de 1835

[...] O senhor vereador Presidente leu os seguintes requerimentos, que foram à comissão permanente para dar o seu parecer: Primeiro. Em

cumprimento do artigo noventa e três das posturas em vigor¹⁹, requeiro que se marque o lugar para a venda da pólvora e se proíba a venda deste gênero a escravos que não levem bilhete de seus respectivos amos, sendo conhecidos, e mesmo que se proíba a dita venda de pólvora a pessoas suspeitas, recomendando-se este objeto aos fiscais, e formando-se uma postura que estabeleça penas aos contraventores, na forma acima referida [...]

Observa-se que as autoridades locais requeriam a demarcação de um local específico para o comércio de pólvora e a regulamentação de sua venda a escravos, que só poderiam comprar o produto sob a posse de um bilhete de seus respectivos senhores. Os quilombolas possuíam acesso a armas de fogo, que inclusive foram utilizadas contra diversas diligências. Desse modo, fica claro que essa proposição tem o objetivo específico e direcionado de tolher as possibilidades dos quilombolas se armarem, mesmo que estes não sejam diretamente citados na informação trazida pelas atas. Na segunda parte da mesma proposta se solicita a proibição da venda da pólvora a “pessoas suspeitas”. Esta requisição reforça a idéia de que a “rede de comunicação” ou de “contatos” que os quilombolas mantinham com alguns setores da sociedade ultrapassava a relação quilombo/senzala e se efetuava junto aos indivíduos livres dos setores populares da sociedade pelotense. Ou seja, a postura indica a possibilidade de que alguns indivíduos dos setores populares poderiam auxiliar os quilombolas na compra de pólvora, intermediando o comércio deste produto.

Os acontecimentos de momento faziam com que fosse necessário aos olhos do Presidente da Câmara, demarcar-se um local específico para a venda de pólvora, e que se regulamentasse o acesso de escravos a este item. Cabe notar a utilização da materialidade do bilhete, como elemento controlador das ações dos escravos. Supõe-se que antes do advento do Quilombo da Serra dos Tapes, escravos tivessem esta “autonomia”, de comprar pólvora para seus senhores (ou com outros fins), porém como o período era conturbado, esta atividade passou a ser regulamentada, através da criação de uma postura proibitiva.

¹⁹ TÍTULO 7º - *Sobre os diversos meios de manter a segurança, tranqüilidade e comodidade dos habitantes* – **Art.93** = Vender ou fabricar pólvora, ou fogos de artifício em casas situadas dentro das ruas da Vila, e das Povoações do termo.

É plausível afirmar que em tempos de crise (de revoltas escravas) a tendência é que a elite escravista reaja em termos de estreitamento da circulação cativa e do maior cerceamento das pequenas “liberdades” adquiridas pelos escravos nas relações diárias. Na Pelotas oitocentista, é difícil definir o período exato desses “endurecimentos do sistema”, porém, é fato que a criação de adendos legais as posturas já existentes, relativos especificamente aos escravos, se restringem a momentos de abalo ao sistema escravista e não se verificam em tempos de tranquilidade/calmaria social.

3.3.2 Os cerceamentos da movimentação e a materialidade do “bilhete”

O uso do bilhete aparece novamente como elemento mediador e regulador das relações escravistas na requisição da postura proibitiva que previa a regulamentação da circulação de escravos no interior da cidade durante a noite. Esta segunda proposta de criação de postura, também data do dia 13 de Julho de 1835

[...] O senhor vereador Presidente leu os seguintes requerimentos, que foram a Comissão Permanente para dar o seu parecer[...] Terceiro. Requeiro que se forme uma postura, para que os escravos que forem encontrados nas ruas e subúrbios desta cidade, e mesmo nos distritos do Termo, depois de Ave Marias, sem bilhetes de seus senhores, ou amos com a data do dia, sejam recolhidos a prisão para no dia seguinte serem castigados com cinquenta açoites no caso de andarem fugidos, e sendo por negligencia dos senhores, ou amos, pagarão estes a multa de quatro mil réis pela primeira vez e oito mil réis nas reincidências, além da meia carceragem em um e outro caso [...]²⁰

No dia 20 de Julho de 1835, a comissão permanente apresenta a descrição da postura requerida pelo presidente da Câmara. Quanto às normas estabelecidas para a circulação de escravos após o toque de recolher, deve-se salientar o repetido uso dos bilhetes ou cédulas como uma ferramenta específica de controle. Este item deveria acompanhar os cativos em suas andanças pela cidade. Foram elencados cinco itens obrigatórios que deveriam constar na descrição da cédula: 1) Nome do escravo; 2) Naturalidade; 3) Seus mais salientes sinais; 4) Lugar para onde se encaminha; 5) Tempo ou validade da cédula ou bilhete. O detalhamento de informações parece ter o objetivo de

²⁰ BPP. Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. Sessão Ordinária – 13 de Julho de 1835 – Barcellos 63 (Direita) / Barcellos 64 (Esquerda) – Anexo DPM-002.

dificultar a falsificação dos bilhetes ou cédulas. Os itens 4 e 5 demonstram as tentativas de limitar ao máximo as possibilidades de “desvios de rota” por parte dos escravos. Esta afirmação vale também para o bilhete citado na postura sobre a compra de pólvora. Objetivava-se, através da criação destes dispositivos materiais (bilhetes, cédulas), limitar a autonomia do escravo em suas andanças no espaço público. Fica subjacente a estas propostas de posturas que alguns (se não muitos) escravos possuíam, até este momento (1835), certa autonomia de circular em horários não comuns no interior da cidade e que teriam acesso, supõe-se, sem uma fiscalização rígida, sobre produtos bélicos, como a pólvora.

Esta conjuntura de normatização da circulação dos cativos no interior da cidade, empreendida pelas autoridades locais, se relaciona ao enquadramento direcionado ao que Delle (1998) chamou de “especialidades do movimento”. O autor constata a existência de duas categorias de movimentos: 1) Movimentos sancionados e 2) Movimentos ilícitos. Os “Movimentos Sancionados” eram os permitidos pelos senhores e capatazes. Tem relação com funções desempenhadas dentro do sistema produtivo ou de determinados trabalhos. Já os “Movimentos Ilícitos” eram os não permitidos (fugas, aquilombamento). A formulação e obrigatoriedade do uso das cédulas e bilhetes é implementada para que escravos realizem os movimentos sancionados (permitidos) e não tendam a desviar-se para as movimentações ilícitas. Estes dispositivos materiais desempenham um tipo de “cerceamento do poder público” à circulação dos cativos. As assertivas de Delle (1998) demonstram que o controle sobre o escravo é exercido tanto a nível privado quanto público. Os bilhetes constituem-se num dispositivo material, que não impede a movimentação do escravo pelos diferentes lugares da cidade, porém possuem força de controle, no sentido de dificultarem as tentativas dos cativos de burlar os destinos a que foram destinados ao saírem das senzalas. São uma ferramenta facilitadora da vigilância, constituída em um período de instabilidade social.

Um certo padrão reativo das elites escravistas frente as situações de ameaça quilombola e de rebeldia escrava, parece ter sido uma constante no Brasil oitocentista. Assim como aconteceu em Pelotas, a regulação da circulação dos escravos durante a noite também ocorreu na Bahia, nesse mesmo período posterior ao levante dos malês. A obrigatoriedade que os escravos tinham de

andar com bilhetes (ou passes) assinados por seus senhores para que pudessem circular a noite, foi ferramenta utilizada em ambos os contextos. As diferenças dizem mais respeito às informações obrigatórias para cada bilhete ou passe em cada localidade, além do fato de que as posturas na Bahia valiam inclusive para os libertos africanos²¹.

No mesmo dia das propostas de posturas reguladoras da circulação dos cativos, sugere-se a criação de uma “polícia dos escravos”. A polícia dos escravos foi idealizada justamente para ser o aparato repressivo necessário ao “controle das ruas”, que passavam a ter sua circulação normatizada a partir das posturas recém criadas. A implementação dessas novas posturas ocasionou a necessidade de se constituir aparato humano para o controle e vigor das novas determinações legais. O papel de execução das Posturas era da polícia local. Caiuá Al-Alam (2007, p.63-64) aborda a dificuldade que as autoridades locais tinham em controlar a circulação de escravos na cidade, demonstrando que a determinação não foi obedecida da maneira prevista, pois constatou o aumento no número de prisões efetuadas pelo desrespeito às normas estabelecidas pela nova postura.

A temática dos mecanismos da segurança local direcionada a população escravizada (como a polícia dos escravos ou os capitães do mato) e a formulação de posturas reguladoras da vida dos cativos e das suas espacialidades do movimento suscitam algumas considerações.

Em primeiro lugar. Não há como negar o caráter coercitivo das posturas municipais sobre o dia-a-dia dos cativos, porém, é fato que tais normas legais encontravam limites de aplicação na realidade, por influência de diferentes fatores. Dentre eles, cabe destacar que na prática cotidiana, as medidas proibitivas só seriam eficazes com a ajuda e participação da população local no controle da mobilidade social dos cativos, uma vez que o esquema policial, além de insuficiente para o número de escravos, era composto majoritariamente por

²¹ Emília Viotti da Costa (1998, p.68-69) demonstra que em Demerara (Guiana Inglesa) os bilhetes foram igualmente utilizados pela elite escravista. Lá chamados de “passes”, eles também tinham por objetivo regular a circulação de escravos à noite. Segundo a autora, havia uma grande semelhança entre essas normas e outras encontradas em sociedades escravistas no Novo Mundo. Por toda parte, os regulamentos eram freqüentemente desprezados, tanto por senhores quanto por escravos.

moradores dos distritos do Termo, que atuavam em número bastante reduzido. Esta informação é apresentada em diversos casos nas sessões da Câmara Municipal. Em diferentes momentos das discussões das Atas há a declaração da falta de juízes de paz nos distritos ou da falta de armamento para os guardas nacionais e municipais. Um exemplo destes problemas de execução dos dispositivos de controle do escravo está representado tanto na falta de material humano quanto nas falhas no desempenho da função de capitão do mato. No dia 4 de Junho de 1846

[...] O senhor Presidente propôs para capitão de mato deste município a Francisco Antônio [?] de Moura visto que os atualmente nomeados não cumpriram com seus deveres: foi aprovado resolvendo-se que se lhe desse o título do estilo e se caçassem os que se passaram aos outros nomeados e que ora se demitam [...]

Neste trecho, um ponto que diz respeito tanto às relações escravistas quanto aos dispositivos de controle se destaca. Adverte-se sobre a inefetividade do serviço dos capitães do mato. O não cumprimento do dever de um capitão do mato supõe-se que se relacione, por exemplo, a não captura de escravos fujões ou a não destruição de quilombos. A negligência dos capitães do mato e sua “demissão em grupo” suscitam estas alternativas aventadas. Não bastassem as falhas dos capitães do mato já empregados, há o registro da carência de indivíduos para assumirem o serviço, na sessão de 10 de setembro de 1847, onde “[...] o senhor Antonio Rafael propôs a Manoel José dos Santos para capitão de mato deste município, que carece destes empregados: foi aprovado [...]”.

Apesar de se saber que a aplicação prática das posturas muitas vezes era dificultada pelas características dúbias das relações escravistas, elas não eram apenas retórica legal, e impunham cuidados aos que lhes eram alvo (sejam escravos ou livres). Os códigos de posturas representam um modelo ideal de ordem pública por parte das autoridades locais. Estas representações, assim como as presentes nas Atas da Câmara Municipal, se constituem com o conhecimento das relações de poder e dos contextos materiais. Desse modo, entende-se que a formulação de uma postura proibitiva ou coercitiva pressupõe práticas sociais. Este dispositivo legal é indicativo de relações sociais, justamente por manifestar práticas que se querem coibir. Cabe destacar, que

não se objetivou analisar em detalhe a efetividade das Posturas Policiais enquanto dispositivo de controle, mesmo que em algum momento se façam ou tenham se feito reflexões sobre o contexto geral de aplicação ou não das posturas em Pelotas.

3.4 As Posturas Policiais: espacialidades escravistas e tecnologias disciplinares

Abordar-se-ão agora as temáticas gerais presentes nas posturas policiais locais, com destaque às espacialidades escravistas e aos dispositivos de controle, vigilância e disciplinamento dos escravos (principalmente nos espaços de “domínio público”).

As posturas Municipais, no Brasil oitocentista, desempenharam um papel importante para as municipalidades, tanto por representarem a “forma ideal” de uma cidade para as autoridades locais que a formularam, quanto por ser um anexo formal da Legislação Provincial e Imperial. No caso de Pelotas, foram duas as compilações das Posturas Policiais. Uma no ano de 1829, em que Pelotas ainda era ligada administrativamente a Rio Grande. A outra, de 1834, já como unidade administrativa autônoma. A esta última, nos anos posteriores a sua compilação, foram sendo acrescentadas propostas de posturas ou adendos as já existentes, como já foi demonstrado de certa forma neste capítulo.

3.4.1 Temáticas gerais das Posturas Policiais (1829 / 1834)

Descrever-se-ão, neste tópico, os capítulos gerais das posturas de 1829. A análise mais pormenorizada será realizada encimadas posturas policiais de 1834, uma vez que elas regeram de forma mais sistemática a vida local e foram constituídas exclusivamente para a localidade que se erigia no período de sua produção. Ver-se-á, o papel das posturas de 1834 com relação à normatização dos espaços e as questões que incidiam sobre as espacialidades e o cotidiano dos cativos.

3.4.1.1 Posturas Policiais (1829)

Segue a descrição das temáticas e capítulos da primeira postura reguladora da então incipiente Freguesia São Francisco de Paula (depois cidade de Pelotas).

Capítulo I – Limites dos prédios urbanos, Polícia Interior da Vila e da Povoação do Termo. Neste capítulo aborda-se a delimitação espacial do que configuram os limites dos prédios urbanos, as questões relacionadas a segurança e a ordem de fechamento de estabelecimentos (tabernas, botequins, bilhares, casas de pasto) depois do toque de silêncio. O art. 3 e seus incisos falam sobre a função policial desempenhada pelos juízes de paz e descrevem a obrigação que os cidadãos livres tinham em prestar o serviço das rondas.

Capítulo II – Sobre os Capitães do Mato. Como o título já antecipa, este item aborda a delimitação da profissão de capitão do mato. O Art. 4, inciso I, fica a cargo da Câmara, nomear capitães do mato nos lugares que se demonstrar sua utilidade e conveniência “para apanharem os escravos fugidos e destruir os quilombos”. No inciso II a Câmara fica com a responsabilidade de indicar quantos soldados devem acompanhar o capitão do mato (conforme as circunstâncias do lugar). No inciso 3 delimita-se os vencimentos pela apreensão de escravos. Destinam-se uma seqüência crescente de valores. Dentro da povoação ou Vila (dois mil réis); fora (4 mil réis); em quilombos (6 mil réis); em quilombos com até dez escravos (10 mil réis), até vinte (12 mil e oitocentos réis), e daí pra cima (16 mil réis), tudo a custa do proprietário dos ditos escravos. Indica-se que os escravos capturados, fossem levados a prisão local e que não fossem retirados até que o capitão fosse pago e as despesas na prisão fossem satisfeitas.

Capítulo III – Sobre correr em Cavalos dentro das Povoações, tê-los amarrados nas portas e frentes de casas. Indica-se punição a quem corra ou amarre cavalos no interior da Vila. No art. 5, Inciso I, evidenciam-se as punições para quem correr a cavalo dentro da Vila ou Povoação. Sendo escravos a cavalo, ficarão presos, se forem livres, terão o cavalo apreendido para servir de caução ao pagamento da multa. Sugere-se que as andanças de escravos a cavalo,

fossem questões recorrentes, na dinâmica da cidade. Mais interessante é a indicação da regulação da moradia escrava, presente no inciso III. Diz o texto: “Nenhuma pessoa escrava poderá viver sobre si, nem ter casa alugada, sem licença do Juiz de Paz; no caso de contravenção será o escravo recolhido à Cadeia, e seu senhor pagará dez mil réis pela primeira vez, e vinte mil réis pela segunda e mais vezes, estando preso o escravo até que seu senhor pague.

Capítulo IV – Sobre frutas verdes e gêneros corruptos. O artigo 6º em seus 3 incisos, proíbem a venda de frutas verdes e gêneros corruptos, viciados ou alterados. Indica-se o despejo dos alimentos estragados no mar, para que ninguém se valha deles novamente.

Capítulo V – Sobre taberneiros. No art. 7º, proíbe-se que os taberneiros consentam que escravos fiquem parados sem necessidade, nem comendo, jogando ou conversando. Indica-se multa para os que estiverem com portas mal abertas ou fechadas para encobrir este tipo de prática.

Capítulo VI – Sobre edifícios, construção e terrenos por edificar. Regulam-se as construções nas áreas de formação da cidade de Rio Grande.

Capítulo VII – Sobre animais soltos na rua, carretas sem guia, casas arruinadas, animais mortos, imundice nas ruas e águas infectadas. Indicam-se, dos artigos 11º ao 16º normas para o controle dos cachorros nas ruas. Regulam-se o trânsito de carretas, com obrigatoriedade da presença de guias a frente (a pé). O intuito parece ser de evitar acidentes e danos. Quer se impedir a circulação de animais soltos e de sujeiras nas ruas da cidade. Casas arruinadas devem ser destruídas.

Capítulo VIII – Polícia nas Estradas, Pontes e Fontes. Regulam-se, no art. 17º ações sobre os esgotos das casas, precipícios, aterro de pântanos. Indica-se a punição ao morador que presenciar algum crime (arrombamento, morte, delito grave) e não acionar os vizinhos ou viandantes para a imediata autenticidade e socorro. Neste artigo, no inciso VII, se encontra a referência ao uso de escravos no serviço público, como parte da obrigação dos moradores dos distritos em coadjuvar obras públicas.

Capítulo IX – Rendas. Abordam-se os tributos direcionados aos estabelecimentos comerciais (lojas de fazenda, boticas, lojas de louças, ferragens), aos quitandeiros (art. 19; cem réis por mês ou mil e duzentos réis por ano).

Capítulo X – Aplicação das Rendas e Economia: Arquivo. Apresentam-se os pagamentos de funcionários públicos e a formação de um arquivo da Câmara, onde guardam-se todos os documentos relacionados a administração local. Estes documentos seriam guardados em um cofre.

Capítulo XI – Expostos. Item revela as ações relacionadas a relação do poder público com as crianças expostas.

Capítulo XII – Aferidores. Citam-se as obrigações dos aferidores de medidas, sobre o comércio local. Ilustram-se alguns produtos que cada profissão comercializaria: Marceneiro e Especieiro venderiam especiarias, manteiga, toucinho, queijo, entre outros. Os vendelhões ou Taberneiros teriam sob sua posse grãos (milho, feijão, etc.), vinho, aguardente, azeite (licores no geral), fumo, etc. As lojas da fazenda (Mascates) realizariam entre outras coisas, venda de panos, fitas (art.34).

Capítulo XII – Sobre Praça para Carros, Quitandeiras, atravessadores, e gados sem Pastar. O artigo 35º designa o comércio de bens nas praças públicas e regula os locais de parada dos carros e carretas de produtos. Destina-se também local para quitandeiros e quitandeiras.

Capítulo XIV – Disposições gerais. Versam sobre diversas questões, dentre elas sobre vozerio e tumultos depois do toque de recolher e da proibição da venda de pólvora ou fogos de artifício nas ruas da Vila.

3.4.1.2 Posturas Policiais (1834)

Neste subitem, discutir-se-á o papel das posturas de 1834 com relação à normatização dos espaços e as questões que incidiam sobre as espacialidades e o cotidiano dos escravos.

Sessão I - Saúde Pública

Encontra-se na primeira sessão das posturas “Saúde Pública”, referências a preocupação com a problemática da salubridade pública, tanto em termos da regulamentação da venda de remédios e da atuação dos boticários no dia-a-dia da cidade, quanto com relação ao cuidado em aterrar pântanos e águas estagnadas no interior do município. O Título 3º, por exemplo, possui 9 artigos (do 15º ao 23º), que regulamentam e impõe sanções relativas a economia e asseio dos currais matadouros e açougues. As precauções vão tanto no sentido dos materiais e veículos ideais para o transporte de alimentos, quanto com a qualidade da carne vendida.

O 4º Título, que versa “*Sobre depósito e despejos de imundices e sobre fábricas e manufaturas que podem alterar e corromper a salubridade, a atmosfera*”, possui indicativos de determinados usos da cultura material. Fala-se especificamente do Artigo 27º, que proíbe “[...] Fazer qualquer gênero de despejo imundo, à exceção das águas de lavagens de roupa ou de cozinha, desde as seis horas da manhã até as nove da noite; ou fazer tais despejos em vasilhas que não sejam de barros vidrados e tampados [...]”. Fica sugerida neste trecho, a escolha de determinada tipologia material para um uso específico. A frase é curta, mas indica que existia um direcionamento do uso dos vasilhames de barro vidrados, para a prática dos despejos (lixo). Depreende-se, pelo fato de que estes deveriam ser “tampados”, que eles poderiam servir também para alocar os dejetos pessoais.

Outra proibição ligada às materialidades está no artigo 30º, em que não se permite “Fazerem uso nas casas de Pasto, Botequins, Tabernas e Quitandas, de vasilhas de cobre sem estarem bem estanhadas”. Na leitura a contrapelo de algumas posturas específicas, podemos pressupor as práticas sociais de grupos humanos e os diferentes contextos de funcionamento da cultura material. Os documentos escritos permitem compreender os “sistemas de objetos funcionando”. (citar algum autor da arqueologia documental).

Sessão II – Polícia

Esta sessão geral versa sobre a vigilância e segurança do sossego público e da moral pública geral. Refere-se à polícia dos mercados, casas de negócio e comércio, aos nivelamentos e alinhamentos de edifícios e ruas, ao controle sobre as modificações no espaço público, aos jogos proibidos, às normas para o uso de armas, entre outras designações.

No Título 2º “*Sobre estradas, caminhos, pontes e plantações de árvores úteis*”, em seu artigo 39º, se repete de modo muito semelhante o que diz o artigo 5º, inciso III, de 1829, sobre a regulamentação da corrida de cavalos nas ruas da cidade e indicação de pena de prisão para escravos que cometessem este delito. Outro artigo muito semelhante em ambas compilações de posturas é o artigo 48º, que versa sobre a obrigação que os proprietários tem de ceder trabalhadores para coadjuvar as obras públicas de beneficiamento de estradas, fontes, pontes. Indica-se o dever de cada morador do distrito do termo em concorrer com um trabalhador por cada cinco indivíduos de família, incluindo escravos.

O Título 3º “*Sobre a Polícia dos Mercados, Casas de negócio e Comércio*”, já em seu primeiro artigo, indica-se um dos locais de trabalho escravo e conseqüentemente de sociabilidade. O artigo 54º, que versa sobre a delimitação espacial do trabalho das quitandeiras, informa que

“[...] As quitandeiras não poderão estar paradas a vender pelas ruas da Vila, e só o poderão fazer na Praça da Igreja, no inverno até as dez horas da manhã, e no verão até as oito; e não poderá parar em parte alguma quando transitarem pelas ruas em ajuntamento de quitandas, depois das horas designadas neste artigo [...]”.

Em comparação com as informações das Atas, percebe-se que há a tentativa de “sedentarizar” o trabalho das quitandeiras, ou seja, intenta-se acabar com a característica movente e ambulante das quitandas. Na sessão de 26 de Outubro de 1844, o vereador Ferreira Paes, propôs:

“[...] que, tendo esta Câmara resolvido que o mercado de víveres se fizesse por ora na Praça da Regeneração e, sendo esta muito desabrigada, se officie ao excelentíssimo senhor Presidente da Província pedindo permissão para construírem-se barracas e alugá-las em benefício do cofre do Município, o que se aprovou e neste sentido se oficiou [...]”.

Posteriormente, há nas Atas da Câmara, a discussão (não encerrada até 1850) de levar-se as quitandas para uma área próxima a Praça do Mercado (atual Mercado Público de Pelotas). O vereador Nascimento Filho, no dia 11 de Janeiro de 1849

“[...] apresentou a seguinte proposta: “atendendo ao limitado espaço de terreno em que se acha hoje colocado o chamado mercado e bem assim ao exorbitante preço que os quitandeiros que ali concorrem são obrigados a pagar mensalmente pelo chão que ocupam a pequenas barracas que fizeram construir para preservar do rigor da estação os objetos que vendem, proponho que se ordene ao fiscal para no improrrogável prazo de trinta dias fazer mudar o dito mercado, para o terreno comprado por esta Câmara para semelhante fim permitindo que no mesmo se construam barracas de 15 palmos de frente e os fundos que queiram os mencionados quitandeiros os quais deveram ficar dez palmos para o interior da Rua de São Miguel²² e Martins Coelho²³, para onde farão fundos cobrando-se dois mil réis mensais por aluguel do terreno que ocupar cada uma barraca que passara a fazer parte da renda municipal fazendo-se desde já saber esta resolução dos interessados para terem tempo de efetuar sua mudança”: entrou em primeira discussão e ficou para ser votado na sessão seguinte. Fechou-se a sessão dando-se para ordem do dia da imediata a votação desta proposta, e o mais que ocorresse [...]”

As informações trazidas pelos vereadores e pelas posturas revelam distintas questões, dentre elas: a tentativa de ampliar o espaço das quitandas e melhor organizar suas estruturas, pelo melhoramento das barracas; a delimitação de locais fixos para o desenvolvimento deste tipo de atividade; ea taxaço do trabalho das quitandeiras. Interessante notar que as taxaçoes se relacionam, neste caso, diretamente com a “sedentarizaço” desta atividade. A sua circularidade, em diferentes pontos e horários do dia, faria com que a fiscalizaço, vigilância e cobrança de impostos fossem dificultadas. Cabe lembrar que estas normas demonstram um mundo idealizado pelas autoridades locais. As posturas possuem força social, mas sua ação não é acachapante e certamente foi burlada ou não aceita em diferentes momentos pelas quitandeiras.

Ainda sobre a temática do comércio de “miudezas” e das vendas “ambulantes”, o artigo 58º, demonstra-nos a proibição de “[...] Mascatear, vendendo pelas fazendas, charqueadas e chácaras bebidas espirituosas a escravos”. A proibição da venda de bebidas alcoólicas a escravos supõe-se que

²² Atual Rua Quinze de Novembro

²³ Atual Rua Tiradentes

tenha sido motivada pelos efeitos que este líquido causava e ainda causa nas pessoas, fazendo-as menos suscetíveis a obediência e mais suscetíveis as desordens públicas. Outro fator interessante do artigo específico é o indicativo de uma rede de comércio de alimentos e bebidas (quem sabe produtos no geral), que circulava entre os distintos estabelecimentos da cidade.

Semelhante “cerceamento” aos “divertimentos” escravos está ilustrado no artigo 59º

“[...] Consentir em casas públicas de negócio pessoas escravas sentadas ou paradas por mais tempo do que for necessário para compra dos gêneros que forem buscar, ou comendo, conversando, tocando qualquer instrumento, bailando ou jogando. Penas. De dois mil réis pela primeira vez e quatro pela segunda e mais vezes: se o jogo for a dinheiro ou coisa que valha, o duplo da multa [...]”

Na contramão de toda postura proibitiva ou lei, está o indício de uma prática social que se quer sancionar e condenar. Neste caso, fica nítido, que um dos locais de sociabilidades escravas eram as tabernas. Nas posturas de 1834, fala-se de forma abrangente em “casas públicas de negócios”, porém, no livro de posturas de 1829, como já se destacou, há um capítulo exclusivo para a descrição de um artigo muito semelhante, em que se proíbem os taberneiros de permitir o ajuntamento “desnecessário” de escravos em seus estabelecimentos. A proibição da venda de bebidas “espirituosas” a escravos e as sanções aos “divertimentos” e a permanência de cativos nas tabernas, indicam tanto um espaço de sociabilidade, quanto relevam um item de consumo dos escravos (bebidas alcoólicas).

Relativamente ao controle dos espaços e da normatização da paisagem, assenta-se o Título 4º “*Sobre nivelamento e alinhamento das ruas e edifícios*”. Delimitam-se neste tópico as medidas das ruas que se abrirem (oitenta palmos de largura) e as formas obrigatoriamente quadrangulares das praças (art. 60º). As casas que se edificarem ou se consertarem, não poderão ter degraus para fora das soleiras (art. 61º). Não se poderá construir edifícios sem que estes tenham alicerces e paredes proporcionadas a sua forma e grandeza, e sem que preceda auto de arruamento e licença da Câmara (art. 62º). Impõe-se que o escoamento das águas siga o direcionamento no sentido Leste-Oeste das ruas da cidade, a custa dos proprietários (art. 63º). Estes elementos, entre outros

relativos ao processo de normatização dos espaços, aparecerão de forma mais sistemática no tópico seguinte.

No Título 5º *“Sobre edifícios ruinosos e escavações, e quaisquer precipícios”*, descreve-se a preocupação e sanções relacionadas a extração de terra, areia e barro das estradas públicas, passos municipais e dos limites da cidade. O Título 6º *“Sobre vozerias e obscenidades contra a moral pública”* exemplifica as condutas desaprovadas pelo poder público. Dentre elas, destacam-se: o artigo 81º, que proíbe “[...] Apresentar em lugar público quadros ou figuras obscenas e ofensivas a moral pública. Penas. De seis mil réis, e não tendo com que pagar, seis dias de prisão [...]”; O artigo 82º que não permite “[...] pintar ou escrever sobre paredes de edifícios ou muros, figuras desonestas ou dísticos obscenos [...]”. Este último remete ao que hoje se convencionaria nomear como a prática de “pichação” ou dependendo do artigo desenhado, o “grafite”. A prática de inscrever em paredes e muros, mensagens e desenhos com distintas intencionalidades, é um indicativo de um exercício subversivo e questionador.

No título 7º *“Sobre diversos meio de manter a segurança, tranqüilidade e comodidade dos habitantes”*, estão discutidos os meios de evitar acidentes nas vias públicas e as questões de segurança de forma geral. Indica-se o controle, através da concessão de licenças, dos espetáculos públicos (art. 84). Destaca-se o artigo 86º, que proíbe “[...] Transitar por cima das Lages, ou passeio das ruas, vindo a cavalo ou trazendo carga à cabeça. Penas. De dois mil réis, e não tendo com que pagar, ou sendo escravo, dois dias de prisão [...]”. Trazer utensílios, como potes, acima da cabeça, era prática comum dos escravos de ganho e dos trabalhadores escravizados domésticos em geral. Pululam na bibliografia referências imagéticas deste uso. O artigo 87º é sucinto “[...] Ter aberto de noite os corredores das casas sem luz. Penas. de um mil réis [...]”. A saliência da pouca luminosidade se relaciona diretamente com as questões de vigilância do “sossego” público e das infrações as posturas. A falta de iluminação e visibilidade, em qualquer sociedade urbanizada, é relacionada ao desenvolvimento de atividades ilícitas ou a sua facilitação.

O Título 8º “*Sobre jogos proibidos*” versa sobre os tipos de jogos proibidos na cidade. O artigo 96º revela que “[...] São proibidos os jogos de parar [azar], quer sejam jogados com cartas, quer com dados, e todos os que dependem de azar, ou mera sorte [...]”. Evidenciam-se, aqui, algumas materialidades que podem estar presentes nos contextos de escavação das áreas produtivas, das moradias escravas ou mesmo na casa grande.

O Título 9º “*De armas proibidas, e das que o Juiz de Paz pode permitir o uso*”. Os artigos 99º e 100º descrevem os armamentos proibidos e os permitidos. Citam-se alguns momentos específicos em que se permite o uso de arma de fogo ou faca: para fins de viagem; quando a vida estiver ameaçada por inimigos; por condutores de gado e carretas de transporte. As armas só podem ser permitidas a “cidadãos de bem”, precedendo justificação de boa vida e costumes do pretendente. Indica-se a obrigatoriedade de estar com facas e armas a vista e que os trabalhadores cujo ofício obriga o transporte e uso dessas armas, que o façam somente durante “o ministério de sua ocupação” (ex: campeiros, carneadores, carreteiros).

O Título 10º “*Sobre expostos e vacina*” e o Título 11º “*Sobre Aferidores, Pesos e Medidas aferidas*” e Título 12º “*Aplicação das rendas econômicas da caixa e arquivo*”, compõe-se de mesma estrutura e descrição que o de 1829.

O Título 13º “*Disposições gerais*”, resume as ultimas considerações das posturas. O artigo 128º, que abre este título, diz o seguinte

“[...] Os Fiscais ficam autorizados a darem parte a Câmara em todas as reuniões, ou quando convier, das infrações da Constituição [...] assim também dos maus tratamentos, e atos de crueldade que praticarem os senhores com os seus escravos, afim de poder a Câmara providenciar a semelhante respeito como lhe incumbe o artigo 58 e 59²⁴ da Lei do 1º de Outubro de 1828, debaixo da pena imposta no artigo 86 da mesma Lei [...]”

Este trecho descreve a ampla atuação que o fiscal da Câmara deveria desempenhar “oficialmente”, abrangendo a função de fiscalizar e fazer coibir os maus tratos e a crueldade dos senhores com seus escravos. No entanto, em termos documentais, fica o vazio desta questão, uma vez que nos 12 anos

²⁴Art. 59. Participarão ao Conselho Geral os maus tratamentos, e atos de crueldade, que se costumem praticar com escravos, indicando os meios de preveni-los.

pesquisados nas Atas (1412 menções selecionadas), não se fez menção alguma sobre “abusos” a escravos. Duas são as opções: 1ª) Não ocorriam abusos flagrantes na relação senhor/escravo na Pelotas oitocentista; 2ª) Houve negligência deliberada por parte dos funcionários públicos. A segunda opção parece mais plausível, tendo em vista o processo de formação do escravismo pelotense e das características de seu sistema produtivo. É improvável que não tenha havido abusos no contexto escravista pelotense com relação ao tratamento dos escravos. Em seu trabalho sobre a Revolta escrava em Demerara (Guiana Britânica) no ano de 1823, Emília Viotti da Costa (1998) revela que no contexto escravista de Demerara, o advento da figura do “fiscal público” destinado a mediar a relação entre senhores e escravos, não resultou efeito nem mudança nas relações escravistas, a despeito da utilização deste meio legal por parte dos escravos, na busca por melhorias em seu cotidiano.

Assim como nas posturas de 1829, no artigo 134º indica que “[...] Nenhum escravo ou escrava poderá viver sobre si, manter casas alugadas sem licença por escrito do seu Senhor, e do respectivo Juiz de Paz: aos infratores. Penas. Recolher-se o escravo a prisão por oito dias, e o Senhor paga dez mil réis [...]”.

3.5 O controle sobre os espaços: a manipulação das paisagens e a consolidação do sistema escravista

Neste tópico se desdobrarão de forma mais sistemática o controle que a Câmara intentou exercer sobre a paisagem local, no intuito de fortalecer o sistema escravista. Nesta parte, apresentar-se-á o processo de padronização construtiva da área urbana e a exclusão de determinados estabelecimentos desta zona (alinhamento das ruas; padrão de materiais e características dos edifícios, etc.). Ademais, serão evidenciados: o projeto de beneficiamento das estradas, passos, pontes e caminhos no geral; as diferentes ingerências do poder público sobre a vida das pessoas; e as tensões público/privado.

É aceitável afirmar, que a Pelotas escravista se constituiu em meio a um esforço por parte da elite política local de exercer um controle sobre a paisagem.

Esse processo define o que nomeio de “normatização dos espaços”. O contexto material de formação da cidade de Pelotas, na primeira metade do século XIX, é pensado como contexto de poder, de redes de negociação e conflitos. Para Lúcio Menezes Ferreira e Gabino La Rosa Corzo (2013, p.14) “[...] O que, afinal, distingue um sistema escravista é que a escravidão fortalece as elites estabelecidas, sua renovação e reprodução [...]”. Esta frase exemplifica o processo que permeia as ações da Câmara Municipal de Pelotas. Esta, enquanto instituição mantenedora da elite local orienta e direciona suas ações à manipulação da paisagem e ao beneficiamento das estruturas materiais de consolidação do sistema escravista.

3.5.1 Normatizações das relações sócio/espaciais: a padronização construtiva dos limites urbanos

Um dos aspectos do processo de normatização dos espaços se materializa no esforço de padronização das “tipologias construtivas” no interior dos limites urbanos. Lembremos que a Câmara e seus aparelhos de ação constituíram instrumentos de dominação e controle, a partir do momento em que permitiram a um grupo seleto de pessoas o ato de legislar a respeito da vida social da localidade nos mais diversos aspectos. O processo de construção da cidade é político e de contínua transformação. Nesse sentido, os vereadores da Câmara Municipal de Pelotas estão a cada ata escrita e lavrada, construindo a cidade, definindo paisagens e lugares. Essa construção é indissociavelmente ligada à materialidade. As autoridades locais, por meio da Câmara Municipal de Pelotas, buscam instituir modos de viver e definir espaços de circulação e moradia específicos para cada indivíduo dentro da hierarquia política local, com vistas a reforçar sua posição privilegiada.

As tentativas de delimitar um padrão de tipologias construtivas aceitas para construírem-se nos limites dos prédios urbanos, e de retirar as não desejadas da área central, definem tanto um empenho em reforçar as hierarquias sociais, quanto uma preocupação com a estética e “embelezamento” do espaço público. Ambos fatores estão entrelaçados entre si. Este processo de proibição

do uso de determinados recursos arquitetônicos e a padronização das matérias primas construtivas, definiram, na contramão/no sentido das sanções/restrições que elas impunham, as tipologias ideais das casas e edificações que deveriam configurar a paisagem urbanizada da Pelotas oitocentista. Vejamos os tipos de regulamentações impostas às construções no interior da zona urbana.

O primeiro alvo do ímpeto normatizador da Câmara foram às casas ou estabelecimentos cuja forma fosse de “meia-água”. O vereador Ferreira Paes, requereu a proibição da construção deste tipo de edificação, por meio da criação de postura única. O mesmo foi sugerido para as casas cobertas de palha. É interessante notar, que além de sugerir a proibição de “[...] fazer-se qualquer casa coberta de palha dentro dos limites da planta adaptada desta cidade, ainda mesmo no centro de terrenos cercados [...]”, o vereador Campos, proponente da pauta, indica num segundo momento que “não poderão fazer conserto algum nas casas cobertas de palha hoje existentes dentro dos limites da mesma planta”²⁵. Ou seja, o objetivo é claro: “varrer” das áreas centrais, as formas construtivas mais simples, cujas edificações certamente eram habitadas pela população pobre. Ao final da discussão, a comissão permanente uniu as duas proposições em uma única proposta de posturas:

[...] A comissão permanente ofereceu o parecer seguinte sobre os projetos de posturas apresentados pelos senhores vereadores Campos e Ferreira Paes: Artigo 1º. Proíbe-se de ora em diante construir-se casas ou outro qualquer estabelecimento dentro dos limites dos prédios urbanos com a forma denominada meia-água e que tenha cobertura de palha, paredes exteriores de pau-a-pique e de estuque. Penas de 20 a 60 réis e de ser demolida a obra à custa do infrator. Artigo 2º. É igualmente proibido, dentro dos limites dos prédios urbanos, reedificar casas ou qualquer estabelecimento sem satisfazer ao disposto no artigo 59 das posturas. Penas de 20 a 40 réis e demolição à custa do infrator — cujos artigos, postos em discussão, o senhor Presidente declarou que ficaram para ser de novo discutidos com uma sessão de intervalo [...] ofereceu o senhor doutor Chaves a seguinte emenda: que se aumente das palavras “limites de prédios urbanos do artigo 1º do parecer da comissão” estas outras: “e no alinhamento das ruas”, e, sendo a emenda aceita, foi conjuntamente discutida, pondo o senhor vereador Viana, em aditamento ao mesmo parecer, que se compreendesse na sua disposição o terreno que fica aquém do canal designado na planta desde o Rio de São Gonçalo até o moinho de vento — não foi aceita sua proposta [...]

As casas ou edifícios com a forma “oitão”, também deveriam ser proibidos no alinhamento das ruas. Esta proposição, feita pela comissão

²⁵ Estes pontos foram discutidos nas sessões do dias 10 e 11 de Janeiro de 1845.

permanente da Câmara, tinha por objetivo “corrigir” os “[...] defeitos que vão aparecendo na forma dos edifícios que se acham no alinhamento das ruas [...]”, por isso se propôs projeto de postura que proíba

“[...]fazer-se qualquer edificio no alinhamento das ruas tendo a forma, dita vulgarmente de oitão. Pena de 20, a 60\$ réis e demolir-se a custa do infrator. Entrando, em discussão, o senhor Paes a pediu urgência: foi aprovado, e adaptado o projeto de postura, resolvendo-se que se remetesse a Presidência desta Província para submeter a aprovação da Assembléia Provincial [...]”²⁶

As regulamentações incidiram igualmente perante a altura e largura das soleiras das janelas e portas (das portadas). Esta informação surge no contexto de questionamento ao fiscal da Câmara sobre sua fiscalização da “[...] altura e largura das soleiras tanto nas janelas como nas portas das casas que ultimamente se tem edificado nesta cidade e se tem cumprido exatamente o que determina as posturas a semelhante respeito [...]”²⁷. A discussão volta a ocorrer no dia 29 de Abril de 1848, quando o vereador Maia recomenda ao fiscal “[...] que se faça sustar qualquer obra, a que precisamente não tenha dado o arruador a altura, e largura das portadas, a fim de que não continuem tão escandaloso abuso, que cumpre evitar, e para ao que se recomenda ao mesmo fiscal toda vigilância e autoridade [...]”. Nota-se neste trecho, que o não cumprimento das “normas construtivas” e espaciais constituía um “escandaloso abuso” e merecia toda vigilância e autoridade. Mais uma vez, demonstra-se a ingerência e manipulação da Câmara e autoridades locais sobre as modificações da paisagem e a padronização das formas e tipologias arquitetônicas da área central e urbana.

Na situação de embargo a uma obra (das paredes e portas exteriores), pelo motivo da casa não possuir “[...] as dimensões que exigem as posturas [...]”²⁸, suscita-se mais uma forma de controle da Câmara sobre as construções e modificações na paisagem local. Desta vez ela se investe sobre uma suposta padronização das dimensões das casas no interior da cidade²⁹.

²⁶ Sessão do dia 13 de Outubro de 1847

²⁷ Sessão do dia 18 de Abril de 1848

²⁸ Sessão do dia 28 de Junho de 1845

²⁹ Provavelmente este embargo tenha relação com o artigo 62º que diz “[...] Nenhum edificio se poderá fazer sem que tenha alicerces e paredes proporcionadas à sua forma e grandeza e sem que preceda auto de arruamento e licença da Câmara [...]”

A atuação da Câmara se estendeu inclusive sobre a padronização do uso de materiais de construção. O vereador Ferreira Paes propõe, no dia 21 de agosto de 1847, um projeto de postura que regulamente a fabricação de tijolos. Indica-se um tamanho padrão de tijolos (doze polegadas de comprimento, seis de largura e dez e meio de altura) para fins de nivelamento das obras, economia do trabalho e do dispêndio do cal.

Em outra discussão dos vereadores, destaca-se a necessidade de se calçar as ruas (nas embocaduras e declives)³⁰. As questões relacionadas ao calçamento das ruas da cidade se estendem até o final de 1850. Além da escolha das ruas mais povoadas para realização do calçamento e da falta de verba dos Cofres Provinciais, uma questão interessante que surge nas discussões da Câmara, é a indicação de que quando as ruas forem calçadas, realizar-se-á o pagamento adicional a décima dos prédios urbanos, que é o “imposto de 5 réis por área quadrada”. Este caso específico do calçamento consiste em um dos exemplos da relação do controle dos espaços como forma de taxação.

Análogo procedimento se realizou com relação a realocação de determinados estabelecimentos comerciais da área urbana e da proibição da courama nos limites urbanos. Estas atitudes possuem relação com uma incipiente política direcionada a “salubridade pública”. Parte do processo de normatização dos espaços estava relacionado a questões de “salubridade pública”. Além de constituir posturas específicas (ser uma instituição legisladora), a Câmara desempenhava o papel de executora destas posturas, através dos fiscais e juízes de paz. As questões de salubridade pública versam tanto sobre o esgotamento das águas e aterro de atoleiros e terrenos pantanosos, quanto sobre os locais de despojo de lixo, da localização do cemitério da cidade e das fábricas e manufaturas de sabão, velas, sebo, e curtumes. É perceptível a tendência tanto em termos de salubridade, quanto em termos de normatização dos padrões construtivos, de isolar a área central e urbana daquilo que não condiga com o “progresso” da cidade.

³⁰ Sessão do dia 3 de Junho de 1845

No que se refere à higiene pública, há um esforço de tirar da zona central, por exemplo, as fábricas da sabão (sebo e velas)³¹, os curtumes³², o cemitério e os locais de despejos de lixo da população. Com relação à problemática dos locais de despejo do lixo, no dia 14 de abril de 1845, a Comissão permanente indica ao comandante da guarda, que ordene aos soldados que fazem a polícia da cidade, que estes não consentam que se joguem despejos no centro das ruas e sim nos lugares designados pelo fiscal. Na sessão do dia 3 de junho de 1845, por seu turno, os vereadores informam a necessidade de comprar alguns terrenos, “[...] nos subúrbios dos extremos opostos da cidade [...]” para o depósito de imundícies. As discussões acima esposadas indicam a execução de uma prática social muito comum neste período: o despejo do lixo doméstico em áreas próximas as residências. O fato de que a cidade não dispunha ainda de um local próprio para este tipo de despejo, pode ter influenciado a realização desta conduta, porém não se pode excluir a força dos costumes diários (*habitus*) nas distintas formas de interação das pessoas com a paisagem.

Nas sessões da Câmara, destacam-se igualmente a criação de posturas para a matança de cães, que pelo que se consta na sessão de 10 de Janeiro de 1835, estavam em abundância demasiada na cidade. Outra prática realizada na área urbana, que foi realocada para fora da povoação, era a courama de éguas. No ano de 1848, de abril a julho, os vereadores discutiram o inconveniente que a courama de éguas causava aos moradores da parte sul da cidade, região portuária próxima ao arroio São Gonçalo. Por isso, a comissão permanente da Câmara destina local fora da povoação para realização desta prática e o conseqüente despojo dos cadáveres em local adequado. Ademais, os vereadores constituem uma postura nova, que proíbe a matança de éguas nas imediações da cidade. São pelo menos 77 menções que se fazem nas atas, a questões relacionadas direta ou indiretamente a salubridade pública. Percebe-

³¹ Vide sessão do dia 30 de Maio de 1846, em que o fiscal demanda, em execução às posturas, a remoção de uma fábrica de velas da rua de São Miguel (atual rua 15 de Novembro) para fora da povoação,

³² Vide sessão de 18 de Abril de 1846, em que se requiere a execução do art. 29 das posturas. TÍTULO 4º - *Sobre depósitos e despejo de imundices, e sobre fábricas e manufaturas, que podem alterar e corromper a salubridade, a atmosfera.* Art. 29 – Ter no recinto da Vila curtumes, forno de torrar tabaco, fábrica de sabão, óleos, sebo e outras, sem que se trabalhe com ingredientes que exalam vapores que alteram e corrompem a atmosfera.

se um crescimento deste tipo de demanda, na década de 1840 (69 menções), período onde os vereadores procuram desenvolver de maneira mais sistemática as adequações da área urbana e da paisagem da cidade de uma forma geral.

3.5.2 Normatizações das relações sócio/espaciais: a autoridade sobre as construções e modificações na paisagem

Como se nota nos exemplos listados acima, o esforço em controlar e manipular do espaço urbano foi uma problemática bastante focada pelas autoridades locais. A valorização de fachadas, a adoção de modelos uniformes que todas construções deveriam obedecer, a preocupação com a falta de alinhamento (e o descumprimento do padrão reticular) são características comuns do “urbanismo português”(LEMES, 2014). Esta concepção de organização do espaço se relaciona intimamente ao esforço regulador das autoridades locais com relação a padronização construtiva do espaço urbano e o controle sobre as transformações gerais da paisagem. Pululam nas sessões da Câmara, requerimentos e pedidos de licenças para construir ou modificar algum elemento na paisagem. A Câmara intervinha em específico nos espaços públicos, entretanto, possuía autonomia e intercedia igualmente sobre as propriedades particulares.

A comissão permanente da Câmara (que variava seus integrantes periodicamente) era constantemente chamada a mediar conflitos cujo foco era na maioria das vezes as intervenções na paisagem que de alguma forma afetassem o trânsito público ou que ferissem a servidão pública dos espaços. Contudo, como já foi visto, a Câmara possuía autonomia e interferia diretamente sobre as construções particulares, seja na forma de regular as modificações/reparos em estruturas já edificadas, na negativa de construção de novas estruturas (independente da função), ou mesmo no embargo a obras. Este controle sobre o espaço e sobre as atividades comerciais de forma geral é permeado pelas relações políticas e de poder desenvolvidas no cotidiano. Há casos em que vereadores são alvo das investidas normativas da Câmara e nem

por isso deixam de sofrer as sanções impostas³³. A Câmara reflete os interesses da elite escravista local, mas isso não quer dizer que estes interesses não sejam conflitantes. Pensar a Pelotas escravista e a tensão público/privado remete a relação muitas vezes conflituosa entre o poder público e as elites escravistas, no que diz respeito ao uso/usufruto de suas posses: escravos e terras. Nesse sentido, pedidos de licença para construção de muros, cercas, valos, por exemplo, serviam tanto para delimitar a divisão entre propriedades, como para demarcar a separação entre o que é de domínio público e privado.

O que resulta nítido na análise das discussões da Câmara Municipal de Pelotas nos anos de 1832-1850 é o esforço em beneficiar e comunicar as vias de acesso as charqueadas e o esforço em ampliar a circulação de mercadorias (bens materiais no geral, escravos e gado).

3.5.3 Normatizações das relações sócio/espaciais: o beneficiamento das estradas e vias, o comércio e a circularidade de produtos e pessoas

A partir da reflexão dos tópicos anteriores, depreende-se a eleição e delimitação da zona urbana como um espaço privilegiado do sistema escravista, local onde hierarquias se reforçam na paisagem. Viu-se igualmente, que a autoridade da Câmara Municipal incidia de forma abrangente sobre as alterações e modificações na paisagem e sobre as relações sociais/espaciais de forma geral.

Este tópico em específico terá como base o empenho da elite dirigente em dinamizar o acesso e fluidez do comércio charqueador (e de bens materiais

³³ Como se demonstra na longa discussão realizada na sessão do dia 27 de Setembro de 1832, a respeito da estrada do Passo dos Carros. O imbróglio gira em torno da passagem da dita estrada por terrenos de Manoel Alves de Moraes (então presidente da Casa). Neste processo de disputa, os dois lados (Câmara e o cidadão Manoel Alves de Moraes) destacam uma série de argumentos para a utilidade ou não utilidade pública da estrada do Passo dos Carros. Moraes argumenta que lhe trás prejuízo esta passagem por seus terrenos, e indica a do Passo de Manoel Ignácio como sendo preferencial. Neste imbróglio, inclusive, há a denúncia de que Manoel A. de Moraes tenha, com seu capataz e escravos, demolido nos matos de João Carneiro da Fontoura, um rancho e cercas. Ao final, Câmara decide pela abertura dos tapumes feitos por Manoel Alves de Moraes no Passo dos Carros, argumentando que esta é a melhor passagem para as tropas de gado para as charqueadas.

no geral) enquanto fator fundamental para a consolidação das elites escravistas e do próprio sistema escravista local como um todo.

As bases do bom funcionamento do escravismo local estão intimamente relacionadas à preservação de caminhos, ruas, calçadas, pontes, passos, picadas. Além disto, a conexão e interligação destes caminhos e sua conservação, pela extensão dos pontos básicos da cidade, eram fundamentais para garantir a segurança da circulação das pessoas e principalmente, das transações comerciais que fluíam pelos circuitos mercantis que Pelotas era integrante.

3.5.3.1 Portos, pontes e abertura das margens

De forma geral, é possível elencar, como primeiro ponto de beneficiamento da paisagem, o melhoramento dos portos e áreas ribeirinhas dos principais arroios (Pelotas, São Gonçalo e Santa Bárbara), onde se escoava a produção do charque e circulavam-se os diferentes produtos do comércio local (entre eles escravos). Essa questão já aparece nas primeiras sessões da Câmara. No mês de Maio de 1832³⁴, a câmara constitui comissão específica para o exame das estradas, fontes e margens de rios (com especial atenção para as margens dos arroios de São Gonçalo e Pelotas). Na sessão de 16 de Agosto de 1832, requer-se que se deixem francos ao trânsito público as margens dos arroios Pelotas, São Gonçalo. A preocupação com a livre navegação dos rios desponta novamente na documentação no dia 28 de Julho de 1845, por meio de um embargo exercido sobre uma obra feita pelos irmãos Ribas no Porto de Pelotas. A comissão permanente indica que não pode consentir a “[...] estacadas e aterros que estreitem o mesmo rio e arroio, diminuem sua profundidade e interditam a navegação [...]”

Em conjunto a este processo, se estabelece a importância de ultrapassar as barreiras internas que os arroios impunham a livre circulação no interior da

³⁴ Sessões de 8 e 9 de Maio de 1832.

cidade. Neste quadro, se situam as tentativas de facilitação dos meios de transporte e as preocupações com o trânsito público no interior da povoação.

A construção de pontes é uma problemática bastante presente nas discussões da Câmara e ilustra uma das formas de dinamizar o trânsito público no interior da cidade. Diferentes pontos da cidade, sob distintos aspectos, foram delimitados como de necessidade para o trânsito público local. Dentre estes está a proposta de ponte para o arroio São Gonçalo. No dia 7 de Julho de 1846, por proposta do Vice-Presidente da Província, discutiu-se a possibilidade de se constituir uma ponte na localidade “Liscano” ou em qualquer lugar do rio São Gonçalo

[...] A comissão permanente deu o urgente parecer acerca do ofício do mesmo senhor Vice Presidente de 30 do mês de junho em que exige informação desta Câmara sobre a possibilidade e conveniência de se estabelecer uma ponte no rio São Gonçalo: que a Câmara responda que supõe impraticável a colocação da referida ponte, de qualquer forma que ela seja no rio de São Gonçalo, sem que ofereça grandes obstáculos a frequente navegação do sobre citado rio, além do muito difícil trânsito da margem direita do mesmo rio, que na estação invernal é alagado na largura de duas milhas, mais ou menos desde o sangradouro até a sua foz, bem como a esquerda o é também na sua maior extensão: pedida a urgência de deliberação pelo senhor Viana e aprovada foi o parecer unanimemente aprovado resolvendo-se que assim se respondesse ao mesmo senhor Vice Presidente [...]

Nota-se pelas impossibilidades citadas e pelas informações dadas pela comissão de forma geral, que a circulação do São Gonçalo era de suma importância tanto para as questões locais quanto provinciais.

A construção de pontes e pinguelas, também era demandada pelos proprietários da cidade. Francisco Carneiro da Fontoura, no dia 27 de Fevereiro de 1835, pede permissão para construir ponte nos terrenos de sua chácara no Arroio Pelotas. Há um imbróglio neste caso, sobre a abertura de uma picada em terrenos de um vizinho, para prosseguimento da dita ponte³⁵. Igualmente, nos dias 22 e 23 de Novembro de 1832, discute-se a respeito construção de uma pinguela (ponte) no passo geral do arroio Santa Bárbara. Neste caso, a Câmara permitiu que Maximiano José de Almeida e Silva, construísse a dita pinguela, desde que não embaraçasse o trânsito público do dito passo geral. Estes casos

³⁵ Ver sessões do dia 9 e 10 de Abril de 1835.

atestam a necessidade da constituição deste tipo de componente material para o franco trânsito público.

A utilidade das pontes, entre outras questões, é destacada pelo vereador Afonso Alves (presidente da Câmara no período), no momento em que ele destaca e elenca ao Presidente da Província algumas das necessidades urgentes da cidade. Em representação feita no dia 11 de Outubro de 1849, ao Presidente da Província, o vereador propõe

“[...] que esta Câmara dirija a Sua Excelência o senhor Presidente da Província uma representação tão enérgica quanto respeitosa, na qual descrevendo o estado de progressiva decadência do município lhe peça a pronta execução dos melhoramentos decretados pela Assembleia Provincial, isto é, o estabelecimento da colônia, a abertura da barra de São Gonçalo e Sangradouro, e a construção das pontes do Piratini e Santa Barbara, e com especialidades a de estas obras que facilitando os meios de transporte, e assim fomentando e promovendo o comércio desalentado pelas inúmeras dificuldades, que lhe colhem o progresso, proporcionarão trabalho a muitos operários nacionais e estrangeiros reduzidos a miséria por falta dele conservando-se deste modo o resto da proveitosa emigração que sem dispêndio dos cofres públicos os mesmos afluirá em consequência das desordens dos Estados vizinhos [...]”

No trecho acima, destacada ênfase se dá as questões de estruturação dos meios de transporte em sua relação com a fluidez do comércio local. Sem entrar em detalhes na importante referência a implementação de uma colônia de estrangeiros na Serra dos Tapes, percebe-se o destaque dado a construção de pontes, como fator fundamental da promoção do comércio.

O levantamento da ponte no arroio Santa Bárbara é uma temática recorrente das discussões da Câmara³⁶. A construção da ponte era tida como de grande utilidade pública. Um dos motivos elencados era para facilitar o trânsito dos moradores, principalmente no inverno³⁷. No dia 26 de Julho de 1847, o engenheiro Luiz José da França, envia a planta da ponte. Segundo Eduardo Arriada, em nota ao segundo livro das Atas da Câmara de Pelotas (2012, p.90)

“[...] A necessidade de articulação entre o entreposto da Praça das Carretas com o centro da Cidade, leva a Câmara a buscar superar o Arroio Santa Bárbara, para tanto constrói sobre o mesmo, um a pequena ponte de madeira, posteriormente em 1865, com projeto do

³⁶ Esta temática é abordada nas sessões de 3 de Junho de 1845, 20 de Março de 1846, 21 de Junho de 1847 e 26 de Julho de 1847.

³⁷ Sessão de 3 de Junho de 1845

engenheiro Major José Manoel Pereira de Campos, é construída uma de pedra [...]"

Percebe-se que além da circulação dos moradores, a preocupação para o levantamento da ponte do Santa Bárbara, pode ter relações com as vias comerciais da cidade e a conexão entre as diferentes partes da cidade com a zona central, a Costa de Pelotas e o Passo dos Negros.

Destacar-se-á, nesse sentido, a importância da Costa de Pelotas e do Passo dos Negros, para o processo de circulação de mercadorias e pessoas e como pontos referenciais na conexão dos pontos da cidade; mas principalmente, da cobrança de impostos.

3.5.3.2 O Passo dos Negros

Neste ínterim, evidencia-se, um segundo processo de beneficiamento importante da paisagem pelotense. O Passo dos Negros é uma das mais antigas passagens para as terras que formariam a cidade de Pelotas. Ainda hoje conhecido por este nome, localiza-se entre o arroio Pelotas e o canal de São Gonçalo. Por sua pouca profundidade, serviu de entrada para os rebanhos oriundos do Uruguai, estabelecendo nele a Coroa portuguesa a cobrança de pedágio. Em determinado momento dos séculos XVIII e XIX, se chamou, Passo Rico, provavelmente por se tratar de um local de cobranças de impostos (GUTIERREZ, 2001). O nome Passo dos Negros é alusivo ao intenso trânsito de escravos na região. Neste sentido, por compor uma região de circulação intensa de mercadorias (entre elas e principalmente os escravos), o Passo dos Negros é um dos componentes da paisagem diretamente ligados ao funcionamento do sistema escravista a nível local.

As intervenções dirigidas ao Passo dos Negros ilustram as bases do escravismo local: o esforço em dar fluidez e sustentação para o trabalho nas charqueadas (e a circulação de mercadorias do comércio local) e a relação entre as espacialidades e a cobrança de impostos (ou o uso da terra e as funções de tributação).

Dentre os exemplos trazidos pelas atas que demonstram a importância do Passo dos Negros para o sistema escravista, destacam-se os seguintes. No dia 20 de Março de 1846, o Inspetor da Tesouraria Provincial requerere “[...] a bem dos interesses das rendas provinciais uma relação circunstanciada de todos os passos que dentro deste município existem criados, quais os seus nomes e dos que para comodidade pública são precisos criar-se [...]”. O parecer da Câmara, ao requerimento Inspetor da Tesouraria Provincial, é do seguinte teor:

“[...] que se responda ao mesmo Inspetor que esta Câmara não reconhece como necessário criar-se para trânsito público nenhum outro passo além do dos Negros no rio São Gonçalo já arrematado, o qual para melhor comodidade do público exige uma boa barca de passagem que admita pelo menos 30 a 40 animais [...]”³⁸

Esta resposta ao requerimento do funcionário provincial demonstra um ponto interessante. O Passo dos Negros é considerado pela Câmara como o único e suficiente meio para o trânsito público e para circulação de mercadorias/produtos de Pelotas. Esta informação exemplifica em certo nível a importância desta região para a consolidação do escravismo pelotense. O fato de ser a única passagem oficial (das regiões que são cortadas pelo São Gonçalo, como é o caso de Rio Grande), para o interior da cidade e para as charqueadas, e a sua localização próxima a foz do Arroio Pelotas, lhe concedem *status* de local privilegiado para o escravismo local, em termos de circulação de pessoas, mercadorias (escravos) e das tropas de gado, de escoamento da produção e de estabelecimento das distintas cobranças de impostos.

3.5.3.3 A conexão entre as distintas áreas da cidade

A importância do Passo dos Negros para a dinâmica da escravidão a nível local se insere da mesma forma, na sua conexão através de estradas e caminhos, com outros pontos da cidade. No dia 19 de Julho de 1845, o fiscal da Câmara, indica as tratativas para constituir-se estrada que do Passo dos Negros

³⁸ Sessão do dia 21 de Abril de 1846

se dirija à Lomba, no intuito de dinamizar o trânsito dos moradores e das tropas para a Costa de Pelotas e São Gonçalo.

Esta conexão entre as áreas “produtivas da cidade” com o centro, o Logradouro Público e o Passo dos Negros desponta nas discussões da Câmara, realizadas no dia 17 de Novembro de 1849. Nesta sessão, a Câmara dá parecer sobre os reparos necessários das estradas que comunicam a cidade com subúrbios e a Província.

No que diz respeito a estrada que liga o Passo Geral de Pelotas com o Logradouro Público, indica-se que esta estrada “[...] deve ser alargada em alguns lugares e continuada sem rodeios ao logradouro para o trânsito das tropas, carretas e gente que demandarem as charqueadas situadas nas margens do mesmo [Arroio] [...]”. Ademais, ordena-se “[...] que a estrada obstruída por Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos e Bernardino Rodrigues Barcellos e que parte do areião ao Logradouro deve ao público ser devolvido [...]”.

Quanto à conexão da estrada da Costa de Pelotas, ao Passo dos Negros e o Porto diz o seguinte: “[...] que a que se prolonga com os fundos das charqueadas a direita do referido arroio [Arroio Pelotas], deve ser continuada até o Passo dos Negros, e dali ao Porto desta cidade em São Gonçalo [...]”.

Relativamente a região da Boa Vista, Serra dos Tapes e as margens do Arroio Pelotas, na parte próxima ao “Cotovelo”, e sua conexão com outras áreas da cidade e outros municípios, indica-se “[...] que para fomentar-se o incremento do arraial da Boa Vista é necessário dar-se-lhe um porto no arroio Pelotas pelo qual se comunique por meio da marcação com o Rio Grande, Norte, Porto Alegre e esta cidade e adjacências das lagoas Mirim e Patos bem como outro porto no Cascais [sic] [Passo dos Cascaes] para servidão dos moradores ao longo da Costa e Serra dos Tapes [...]”. Indica-se, a partir das propostas de construção de dois portos, a conexão destas áreas com as outras partes da cidade, mas também com as vias fluviais onde circulavam os produtos do sistema mundial, que Pelotas era participante.

3.5.3.4 O Logradouro Público e a conexão da malha comercial: espaços tributáveis

Em todas as proposições feitas pela Câmara, é nítida a intenção e o esforço em conectar as áreas da cidade, tanto internamente, quanto com outros municípios e vias fluviais. A estrada que da Costa segue para o Logradouro público, é de suma importância para a dinâmica das charqueadas e do sistema escravista, uma vez que era no Logradouro Público que se fazia a comercialização do gado e o seu respectivo controle, para fins da cobrança de impostos. O Logradouro Público foi estabelecido em 1825. Segundo Ester Gutierrez (2001, p.173), na feira da Tablada, que foi situada na porção mais ao sul do terreno do Logradouro, estancieiros, peões, tropeiros, vinham vender os rebanhos e movimentavam o comércio local comprando uma série de produtos, buscando os ofícios e os divertimentos, que a cidade pudesse oferecer. Segundo a autora, o advento do Logradouro teria impulsionado a construção do núcleo urbano.

Como um centro comercial local, o Logradouro Público/Tablada, requeria a abertura e beneficiamento de estradas e caminhos. Por constituir um local em que muitas propriedades eram limítrofes, não impondo grandes deslocamentos do gado, o Logradouro exigia do poder público, para mais, a eleição de caminhos “oficiais” e “públicos” para este percurso. Isto fica indicado na sessão do dia 12 de Dezembro de 1849, na qual se ordena “[...] que o fiscal por editais fizesse constar que ficava proibido o trânsito das tropas de gado que se dirigem ao logradouro público, por outra estrada, e só servirá a este trânsito a que ultimamente se abriu naquelas medições para semelhante fim. [...]”. Esta outra estrada indicada é a que vai da Costa de Pelotas para o Logradouro Público.

A motivação da eleição de estradas específicas para o trânsito de gado possui relação direta com o controle das estradas e dos espaços de circulação para fins de taxação. Isto fica claro, nas discussões sobre a escolha de local para a casa de fiscalização e registro dos gados que entram nas charqueadas, requisitado pela Câmara ao Presidente da Província. No dia 18 de Novembro de 1850, a Presidência da Província “[...] respondendo ao ofício que esta câmara

lhe dirigiu sob nº 22, que ficava inteirada, e aprovava o ponto do logradouro público como lugar mais próprio para se registrarem as tropas de gado que se destinam as charqueadas desta cidade [...]”. Esta discussão revela o controle que se queria aperfeiçoar sobre o imposto relativo ao gado destinado às charqueadas (imposto sobre cabeças de gado). Este processo de refinamento da cobrança de impostos e da eleição de estradas oficiais para o Logradouro se inicia no ano de 1844, quando o vereador Cunha

“[...] propõe que se exigisse dos subdelegados em benefício das intenções do Município, declaração de todos os condutores de tropas que entrarem nesta cidade, do número das reses que conduziam e a quem as vendiam, para proceder à cobrança do imposto de vinte réis por cabeça de gado que se conta nas charqueadas – resolveu-se e oficiou-se-lhe neste sentido [...]”

Neste mesmo contexto, na sessão de 4 de Dezembro de 1844, descortina-se outra estrada direcionada ao Logradouro, esta, do lado oeste da cidade: a estrada do Passo dos Carros. Esta estrada passava pelos terrenos do vereador Manoel Alves de Moraes e pelo Arroio Santa Bárbara.

[...] O senhor Presidente ponderou que, tendo algumas tropas de gado entrado por Santa Bárbara, do que pode resultar dano, que se tomasse deliberação a respeito em comissão — resolveu-se que se oficiasse ao registrador do Passo das Pedras, Francisco de Paula Vieira, para que fizesse constar aos condutores de tropas que lhes era proibida a entrada pela cidade, e sim deveriam seguir pela estrada do Passo dos Carros [...]

Ester Gutierrez (2001, p.172), delimitou igualmente, em seu trabalho, algumas das estradas indicadas pela Câmara, como caminhos oficiais para o Logradouro Público. Diz a autora que

“[...] Para os estabelecimentos que não eram contíguos à Tablada, existia uma estrada, por mandato da Câmara, na parte central do lado leste, ensaibrada na sua maior parte, que dava saída ao gado para os saladeiros do São Gonçalo e Pelotas. Também por ordem da Câmara, outra estrada cortava Tablada, na parte central do lado oeste, para dar entrada às tropas de gado rumo à praça do logradouro. Ao sul, o logradouro público aproximava-se a 440m da última rua norte da planta da cidade e passava pela estrada do Monte Bonito, do matadouro público e do passo de Retiro[...]”

Nestes exemplos estão citadas justamente, as estradas da Costa de Pelotas que segue para o Logradouro e a estrada do Passo dos Carros, que servia como caminho das tropas de gado³⁹.

3.5.3.5 O controle dos espaços e o controle dos impostos

A eleição de determinados caminhos como oficiais e o esforço em delimitar estradas principais para circulação interna na cidade, possuem a tripla função de dinamizar o trânsito público, facilitar a vigilância e igualmente a taxação e a cobrança de impostos. A respeito da relação do controle dos espaços em termos de controle dos impostos, a disposição ideal dos açougues na cidade, revela um pouco sobre este “vínculo”. Na sessão do dia 7 de janeiro de 1835, o coletor dos impostos da Vila, define a “[...] necessidade de se estabelecerem os açougues nas ruas mais públicas desta Vila, para se evitar o extravio dos direitos do cinquinho — foi à comissão permanente [...]”. No dia 9 do mesmo mês, esta necessidade de agrupar os açougues nos limites urbanos, para fins de facilitação da cobrança do imposto, é reforçada pela comissão permanente, que reitera a ordem de “[...] que não consinta que os talhos que vendem carne por (ilegível) estejam colocados fora dos limites dos meios urbanos, oficiando-se ao dito coletor neste sentido, em resposta ao que dirigiu a esta Câmara – foi aprovado unanimemente [...]”. No dia 10, novo pedido é feito, agora pelo fiscal, o qual “[...] pede providências, primeira, para se evitarem os extravios que estão fazendo os donos dos talhos aos direitos nacionais, por estarem alguns fora dos limites dos prédios urbanos [...]”.

Fica nítido que em meio ao processo de normatização dos espaços, o posicionamento de determinados estabelecimento é delimitado tanto pela intenção de afastamento da zona central (por questões de salubridade ou aformoseamento da área urbana) como de centralização/aglomeração para o melhor controle da cobrança de impostos (como é o caso dos açougues/talhos de carne verde). Posicionar-se fora dos limites urbanos, neste caso, é fugir da

³⁹ Ver sessão de 16 de Agosto de 1832.

vigilância fiscalizadora da Câmara Municipal e permanecer a “margem” das taxas municipais (provinciais ou nacionais).

3.5.3.6 A comunicação entre as áreas da cidade: o comércio local e o trânsito público

Neste momento do trabalho cabe resumir um fator fundamental, que pairou a argumentação deste tópico ora de forma direta, ora menos explicitamente. A comunicação entre as áreas da cidade é um fator fundamental para a consolidação do sistema escravista e para seu funcionamento. Toda vida da localidade dependia do beneficiamento das estradas e passos locais (principalmente do Passo dos Negros) para o escoamento da produção das charqueadas e para as trocas comerciais de forma geral. É fato que a área urbana, o Logradouro Público e as zonas ribeirinhas dos arroios Pelotas e São Gonçalo, foram privilegiadas em termos de investimento pela própria densidade das charqueadas nessa região. Porém, o funcionamento desses espaços, dependia da livre conexão destas áreas entre si e com as áreas suburbanas/circunvizinhas à cidade.

Em termos das espacialidades do comércio local, as atas revelam novamente a questão do beneficiamento das estradas e caminhos e as problemáticas do livre trânsito público. Como no requerimento de Francisco Cardoso Costa, do dia 8 de Outubro de 1846

[...] De Francisco Cardoso da Costa, que tendo estabelecido uma olaria além do arroio de Santa Bárbara, e porque a bem de seu estabelecimento precisa compor o passo em direção a Rua de Martins Coelho⁴⁰ para poderem transitar carretas para a dita fábrica por não ter outro caminho, pedia a precisa licença para fazer dito passo a sua custa, fazendo desembaraçar a descida e a saída da dita rua que atravessa a do Açougue⁴¹ ficando o aterro em proveito seu [...]

A sessão do dia 8 de Outubro de 1846 permite inferir dois pontos importantes já citados neste tópico, no tocante ao “comércio interno” e ao trânsito

⁴⁰ Atual Rua Tiradentes.

⁴¹ Atual Rua Barão de Santa Tecla

público em geral: 1) a necessidade de beneficiamento dos passos; 2) a questão da transposição das barreiras impostas pelas vias fluviais no interior da cidade.

É recorrente nas sessões da Câmara a problemática dos bloqueios e impedimentos ao livre trânsito público. Esta questão era cobrada tanto pelo poder público de maneira deliberada através de sanções, quanto por particulares, em demanda as autoridades locais para que intervenham nos conflitos particulares. Este é o caso presente na sessão do dia 16 de abril de 1850

[...] A Comissão de estradas apresentou o seguinte parecer: “sendo imposto por esta Câmara o exame do embaraço que na porteira em frente à casa do falecido Manoel Alves de Moraes sofrem os moradores ao Sul da Serra dos Tapes que demandam esta Cidade, seus portos e subúrbios como lhe fora representado a Comissão respectiva passou a esse lugar, e observando que a estrada cursa pela dita porteira, sendo larga, profunda e não apagada até as abas da citada Serra, denota ser de continuado trânsito dos moradores daquela parte a esta Cidade, seus portos e adjacências, bem como que mencionada porteira se conserva constantemente fechada com varão de ferro e cadeado por encontra-la nesse estado, o que obstrui o livre trânsito dos habitantes daquela parte do Município”; de expor a venda seus produtos industriais, por lhe faltar o engreno e degreno das localidades que apontou, é de parecer que a esta Câmara sem demora, mande demolir a supra indicada porteira, e juntamente se edificar e anteparar com marcos fortes as estivas da estrada daquela parte a esta cidade que se acham em ruínas em algumas partes, e se não composto de pronto se inutilizaram [inutilizarão?] completamente: pedido a urgência pelo Sr. Cunha passou esta, sendo o parecer aprovado, modificando-se no final da 1ª parte, que o Procurador promova na forma das Posturas contra o arrendador conforme a lei, e quanto a segunda parte achando-se presente o Fiscal de fora da Cidade, ao mesmo foi determinado que promovesse aos reparos de que se trata dando-se lhe instruções verbais a respeito [...]

É perceptível neste caso, para além da importância da desobstrução da estrada que vem da Serra dos Tapes para a cidade⁴², o fato de que ela ligava a parte sul da Serra dos Tapes a diferentes áreas da cidade, dentre elas a área portuária, localizada nas margens do arroio São Gonçalo. O destaque para o fato de que o prejuízo aos moradores da parte meridional da Serra se assentava justamente na obstrução do livre trânsito e no impedimento da exposição e venda dos seus produtos industriais, revela mais uma rota de circulação e comércio de produtos. Outro fator presente na sessão diz respeito a tensão público/privado, uma vez que nas sessões que se sucedem, há um imbróglio envolvendo o

⁴²Supõe-se que esta estrada estivesse próxima a do Passo dos Carros, que passava igualmente por terrenos de Manoel Alves de Moraes.

arrendatário das terras, que não permite a destruição da porteira⁴³, havendo inclusive o pedido de envolvimento da força policial.

3.5.3.7 O beneficiamento da paisagem e os escravos

Apresentou-se neste tópico a relação de controle que as autoridades locais empenharam sobre a paisagem local. Viu-se um empenho de padronização arquitetônica e a exclusão de elementos indesejados da área urbana. Em conjunto, demonstraram-se as diferentes formas de ingerência do poder público sobre as relações espaciais e comerciais (taxações, tensão público/privado) e a importância do beneficiamento de estradas e passos para a fluidez de produtos e bens materiais comerciáveis (dentre eles escravos). Este processo de manipulação da paisagem, por parte da Câmara Municipal e seus vereadores, foi o que nomeamos de “processo de normatização dos espaços”. A conformação e transformação das paisagens se constituíram num dos pontos mais importantes do fortalecimento da instituição escravidão e conseqüentemente de sua materialização/materialidade. Fica ao final uma questão: qual a relação dos escravos com a parte prática dessas modificações na paisagem?

Na execução dos beneficiamentos da paisagem e das obras públicas em geral, o escravo era figura central. A mão-de-obra maciça das obras públicas era escravizada. O artigo 48 das posturas demonstra como moradores eram obrigados, em algumas situações, a concorrer com indivíduos (escravos também) para coadjuvar o serviço público de beneficiamento das ruas, aterros, escoamento de água

TÍTULO 2º - Sobre estradas, caminhos, pontes e plantações de árvores úteis. Art. 48 = As estradas terão pelo menos cem palmos de largura, serão abauladas, e terão esgotado dos lados para expedir as águas. Para concerto de tais estradas, fontes, pequenas pontes, e ainda para construir de novo algumas destas obras, que interessem em particular aos povos de qualquer distrito, onde houver Juiz de Paz, poderá este convocar os ditos povos, assinalar o dia e proceder às ditas obras, para o que concorrerão a proporção de um trabalhador com cinco indivíduos de família, compreendendo os escravos; os que faltarem terão: Penas. De mil réis pela primeira vez, e dois pela segunda, e mais vezes, por

⁴³ Ver sessões 8 de Julho de 1850 e 25 de Outubro de 1850.

trabalhador que houver de concorrer, o que terá lugar quando o Juiz de Paz residir mais de cinco léguas de distância da Vila, e for visível que essas obras são compatíveis com as forças do Distrito.

Ao abordar-se a temática do trabalho escravo direcionado ao serviço público, é inevitável a sua relação com o sistema prisional e judicial, uma vez que outra das frentes de trabalhadores das obras públicas eram os escravos condenados ao que se convencionou chamar de “pena de galés”. Segundo Érica Elizabete da Silva (2007, p.3)

[...] A pena de galés consistia (de acordo com as Ordenações Filipinas - conjunto de leis que definiu o que era crime e sua respectiva punição até a independência do Brasil em 1822), no envio do condenado para as embarcações (galés). No século XIX, com a criação do primeiro Código Criminal do Brasil em 1830, esse tipo de pena foi comutado em serviço a ser realizado em obras públicas [...]

De acordo com o Código Criminal do Império de 1830, através do artigo 44, delimitava-se que: “[...] A pena de galés sujeitará os réos a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província, onde tiver sido commettido o delicto, á disposição do Governo [...]”⁴⁴. Em Pelotas, os escravos foram largamente usados no serviço público e as referências a esse trabalho estão presentes nas atas da Câmara Municipal. Na sessão de 9 de outubro de 1832, encontra-se menção à participação dos escravos na abertura de estradas e ruas da cidade

[...] o mesmo vereador Almeida fez a seguinte proposta:em desempenho das disposições dos artigos sétimo e oitavo das Posturas da Câmara,proponho que se ordene com urgência a fatura da estrada que sai desta Vila pela rua de Felis de Sá costeando a lombaa, até o largo de Ignácio Rodrigues Barcellos, para o que concorrerão todos os moradores desde o Passo das Éguas até a dona Luzia, considerando-se ao encarregado da planta da Vila para alinhar a dita entrada, e a todos os proprietários de escravos para os mandarem com capatazes e ferramentas.Pedida e apoiada a urgência, foi apoiada a mencionada proposta com a emenda do vereador Mascarenhas para que se componha da mesma maneira a decida em frente da Igreja da Luz, cuja rua não deverá ter menos de dez braços de largura, assim como a estrada que designa a proposta referida [...]⁴⁵

Outro exemplo está presente na sessão do dia 22 de junho de 1847

⁴⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm

⁴⁵ BPP. Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. Sessão Ordinária – 9 de Outubro de 1832 – Moraes36 (Direita) / Moraes 37 (Esquerda) – Anexo DPM-001.

[...] Leu-se ofício do doutor juiz municipal desta cidade, de hoje, exigindo que a Câmara mandasse construir seis pares de calcetas e correntes, para serem aprisionados os condenados a galés no Serro do Município. Resolveu-se que se ordenasse ao procurador [que] as mande fazer, cuja faria por conta da cota das despesas urgentes e que assim se comunicam em resposta ao mesmo Juiz [...]⁴⁶

Uma das principais características da pena de galés diz respeito a sua destinação específica aos escravos. As penas de galés, assim como a pena de morte, foram idealizadas tendo um referencial preciso, o escravo. Estas, acrescidas das penas de aflição física, seriam as penas (punições) ideais aos escravos, uma vez que seriam as mais adequadas para marcar sua consciência, e assim barrar seus instintos revoltosos (KOERNER, 2006). O uso das galés como método punitivo demonstra não apenas um aspecto jurídico e penal, mas também interesses econômicos. Isso diz respeito tanto para sua sentença como para sua execução, uma vez que a implementação das galés no séc. XIX foi determinada pelo desejo de se obter força de trabalho barata, extraindo-se o máximo de seu proveito (SILVA, 2007, p.8).

Outra referência ao uso de escravos no serviço público da cidade se destaca no dia 24 de Julho de 1849, em ofício do presidente da Câmara, vereador Alexandre Vieira da Cunha, relativo à abertura de estrada na Costa de Pelotas:

[...] O vereador Presidente comunicou a Câmara que havendo-se-lhe oferecido uma porção de cascote de tijolos gratuitamente, assim como uma carreta para as conduzir, e escravos que coadjuvassem o serviço, e atendendo-se a urgente necessidade de reparo a estrada quase intransitável, havia por isso ordenado o pronto reparo [...]⁴⁷

Segundo Caiuá Al-Alam (2007), os trabalhadores condenados a trabalhos públicos (galés) efetuavam em Pelotas inúmeras funções em diversos locais de ação: calçamento e abertura de ruas, construção de edifícios públicos, implantação da iluminação pública, limpeza da cidade, fornecimento de água. Os

⁴⁶ BPP. Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. Sessão Ordinária – 22 de Junho de 1847 – Cunha 91 (Esquerda) – Anexo DPM-003.

⁴⁷ BPP. Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. Sessão Ordinária – 24 de Julho de 1849 – Cunha 186 (Direita) – Anexo DPM-003.

presos inclusive trabalhavam junto a Santa Casa de Misericórdia da cidade. Ser galé, para Al-Alam (2007, p.136), era “[...] submeter-se a uma parca alimentação, muitas vezes estragada, trabalhar muitas horas no dia, contar com pouca ou quase nenhuma roupa, e ainda sofrer com as possíveis arbitrariedades das sentinelas [...]”. Porém, o autor ressalta que muitas vezes os escravos submetidos às galés se valiam da relação de proximidade com seus vigilantes (guardas e carcereiros) para burlar a lei, trabalhar menos e conquistar vantagens cotidianas.

Da mesma forma que Ester Gutierrez (2001, 2004) salientou o trabalho dos escravos na construção dos casarões e edificações dos charqueadores, fica perceptível a participação da mão-de-obra escravizada no processo de beneficiamento da paisagem de forma geral.

Neste capítulo destacou-se a fundamental atuação da paisagem para o desenvolvimento das relações escravistas e para o fortalecimento e estruturação do sistema escravista a nível local. No que diz respeito a atuação da paisagem na mediação das relações escravistas e na sua mútua constituição com os indivíduos escravizados, evidenciaram-se as paisagens escravistas pelotenses enquanto um sistema de ações pessoas/materialidades. Salientou-se o entendimento de que a paisagem das charqueadas englobou tanto os componentes materiais próprios de sua configuração (Charqueadas e todas as estruturas destes estabelecimentos; estradas; zonas de matas; os arroios São Gonçalo e Pelotas, entre outros), quanto o componente dos corpos dos escravos, enquanto uma grande unidade (ou um contingente).

Os corpos dos escravos, neste caso, constituem parte das materialidades das paisagens, do mesmo modo, se configuram em alvos de controles minuciosos de seu comportamento e circulação (FOUCAULT, 1987). Exemplo disto é a criação do dispositivo material do “bilhete” ou “passe” para regular a movimentação dos cativos no interior da cidade a noite. Esta conjuntura de normatização da circulação dos cativos no interior da cidade, empreendida pelas autoridades locais, se relaciona ao enquadramento direcionado ao que Delle (1998) chamou de “espacialidades do movimento”. A vigilância se fez presente também no caso das cacimbas e suas guaritas, em que se evidenciou

o uso criativo dos componentes materiais da paisagem por parte dos escravos, como forma de transgressão ao controle e as normas cerceadoras que lhes eram impostas. Da mesma forma ilustraram-se as interações/apropriações dos indivíduos escravizados com as margens do Arroio Santa Bárbara e a constituição dos quilombolas em sua relação com as matas da Serra dos Tapes. Vimos que foi através das vivências nas matas da Serra dos Tapes que as histórias de vida dos quilombolas/escravos foram tecidas na paisagem, nas texturas da superfície da Serra dos Tapes e das matas, e estas, em contrapartida conformaram o ser quilombola de maneira decisiva.

O processo de consolidação do sistema escravista se desenvolveu por meio da manipulação e controle dos distintos componentes da paisagem pela elite dirigente. O intuito era triplo: 1) dinamizar a circulação de mercadorias e pessoas no interior da cidade (comércio); 2) regular através dos espaços a cobrança de impostos; 3) instituir vigilâncias e cerceamentos à circulação e à atividade dos escravos nos espaços públicos. O esforço em padronizar a paisagem urbana, pela constituição de padrões construtivos e o conseqüente reforço das hierarquias espaciais, se inserem neste processo de normatização dos espaços, de que se tratou a segunda parte do capítulo.

A análise das atas da Câmara Municipal de Pelotas evidenciou como as relações de poder se executaram e se materializaram na paisagem, bem como estase constituiu em elemento fundamental de manutenção do poder, da mediação das relações escravistas e da constituição de identidades culturais (como nos exemplos trazidos das matas da Serra e dos espaços de sociabilidade dos escravos). O sistema escravista se estabeleceu a partir da relação de um conjunto de atores sociais, que compõem a paisagem local (estradas, ruas, pontes, passos, arroios, barcos, atoleiros, carroças, escravos, trabalhadores livres, senhores de escravos, capatazes, capitães do mato, integrantes da Câmara, casas, senzalas, valos, matas, insetos, animais, materialidades no geral, etc.). A relacionalidade entre estes diferentes atores configuram a paisagem pelotense enquanto um domínio interartefactual.

É profícuo, para o estudo do processo de manipulação da paisagem e de estruturação do sistema escravista realizado pela elite dirigente pelotense,

entender como Pelotas foi no decorrer do século XIX, se inserindo cada vez mais no contexto do comércio mundial. Pensar a relação global/local é fundamental para compreender as bases do escravismo pelotense. É certo que os contextos escravistas da América como um todo, são muito distintos em suas particularidades. No entanto, existem similitudes marcantes deste processo, que permeiam todo o continente. Um destes pontos se baseia no fato de que as fazendas dos contextos escravistas produziam primordialmente para um mercado internacional, constituindo um contato contínuo com o mundo exterior. Ou seja, o mundo exterior influenciava diariamente os contextos locais (COSTA, 1998, p.16). Este processo, no caso pelotense, parece se intensificar a partir da década de 1840, que é o momento em que a Câmara Municipal e seus aparelhos de controle e de governo, começam a se estruturar e a delimitar de forma mais organizada a vida da localidade.

Os dados a respeito do comércio das charqueadas e da cidade de forma geral, na segunda metade do século XIX, são sintomáticos da inserção de Pelotas no circuito mundial de circulação de objetos e produtos (SANTANA, 2015). Anelize Santana (2015) demonstrou por meio dos dados de importação e exportação do Jornal Diário de Pelotas (1876-1888), como a cidade estava conectada às mais diversas rotas comerciais mundiais. Santana (2015), partindo de uma perspectiva local, descortina uma rede de circulação de mercadorias e produtos em termos “globais”. O charque era o principal produto exportado pelas indústrias charqueadoras, no entanto, o couro, o sebo, a cinza, a graxa entre outros, foram itens igualmente exportados e requisitados no comércio internacional. Dentre os produtos importados, em linhas gerais, destacam-se em termos de produtos alimentares: o sal⁴⁸, o arroz⁴⁹, chás⁵⁰. A grande contribuição da autora é a produção de tabelas e gráficos que demonstram em termos numéricos a espacialização e alcance dos produtos exportados. Ademais, verifica-se a circularidade dos produtos comercializados mundialmente em

⁴⁸ Vindos de Hamburgo, Ilha de Maio, Ilha do Sul, Lisboa, Macau, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina

⁴⁹ Vindos de Gênova, Hamburgo, Iguape, Itajahy, Liverpool, Londres, Montevideo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Francisco.

⁵⁰ Vindos de Hamburgo, Le Havre, Liverpool, Londres, Montevideu, Nova Iorque e Rio de Janeiro.

contextos locais, através da importação e chegada em Pelotas de itens presentes no comércio capitalista globalizado (tab. 2 e 3) (fig. 1 e 2).

Tabela 2 – Anúncios de exportação de Pelotas para outras localidades (1876-1887). Número de informações coletadas e sua representatividade em termos percentuais.

Exportação	2614	100,00%
Antuérpia	7	0,27%
Antonina	6	0,23%
Bahia	48	1,84%
Boston	37	1,42%
Canal	1	0,04%
Ceará	1	0,04%
Desterro	35	1,34%
Estados Unidos	1	0,04%
Falmouth	140	5,36%
Hamburgo	18	0,69%
Havre	9	0,34%
Iguape	7	0,27%
Itajaí	4	0,15%
Jaguarão	24	0,92%
Liverpool	2	0,08%
Maceió	4	0,15%
Maranhão	1	0,04%
Montevideo	12	0,46%
Não consta	5	0,19%
New York	14	0,54%
Pará	3	0,11%
Paranaguá	29	1,11%
Pernambuco	174	6,66%
Porto	20	0,77%
Porto Alegre	272	10,41%
Rio de Janeiro	416	15,91%
Rio Grande	1100	42,08%
Sandy Hood	8	0,31%
Santa Catarina	11	0,42%
Santa Isabel	9	0,34%
Santa Vitória	8	0,31%
Santos	42	1,61%
São Francisco	13	0,50%
São José do Norte	131	5,01%
Vigo	1	0,04%
Vitória	1	0,04%

Fonte: Diário de Pelotas (1876-1887). Banco de Dados LEICMA , 2016

Tabela 3 – Anúncios de importação de outras localidades para Pelotas (1876-1887). Número de informações coletadas e sua representatividade em termos percentuais.

Importação Origem	2947	100,00%
Antuérpia	53	1,80%
Aracaju	4	0,14%
Bagé	4	0,14%
Bahia	66	2,24%
Barcelona	4	0,14%
Buenos Aires	1	0,03%
Cabo Verde	1	0,03%
Cádiz	40	1,36%
Camaquã	2	0,07%
Cardiff	5	0,17%
Do Porto	52	1,76%
Estreito	6	0,20%
Gênova	34	1,15%
Glasgow	1	0,03%
Hamburgo	280	9,50%
Havre	67	2,27%
Iguape	1	0,03%
Ilha de Maio	3	0,10%
Ilha do Sul	1	0,03%
Itajaí	3	0,10%
Lisboa	64	2,17%
Liverpool	295	10,01%
Londres	84	2,85%
Macau	5	0,17%
Montevideo	227	7,70%
New Castle	3	0,10%
New York	51	1,73%
Newport	2	0,07%
Paranaguá	6	0,20%
Pernambuco	118	4,00%
Porto Alegre	36	1,22%
Richmond	24	0,81%
Rio de Janeiro	1303	44,21%
Rio Grande	9	0,31%
Rotterdam	2	0,07%
Santa Catarina	37	1,26%
Santa Vitória	3	0,10%
Santos	12	0,41%
São Francisco	10	0,34%

São José do Norte	1	0,03%
São Lourenço	13	0,44%
São Nicolau	2	0,07%
Setúbal	2	0,07%
Swansea	1	0,03%
Velhaco	9	0,31%

Fonte: Diário de Pelotas 1876-1887. Banco de Dados LEICMA, 2016.

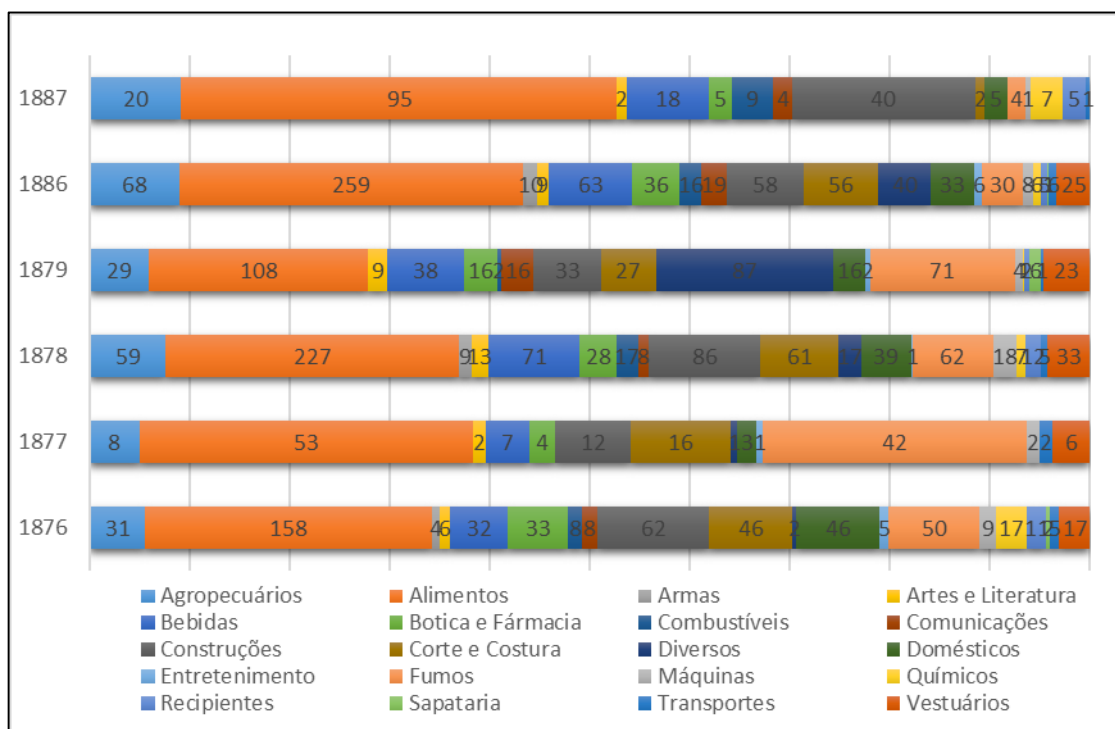


Figura 1 - Gráfico com informações das importações de Pelotas por categoria e ano (1876-1887). Fonte: Jornal Diário de Pelotas (1876-1887). Banco de Dados LEICMA, 2016.

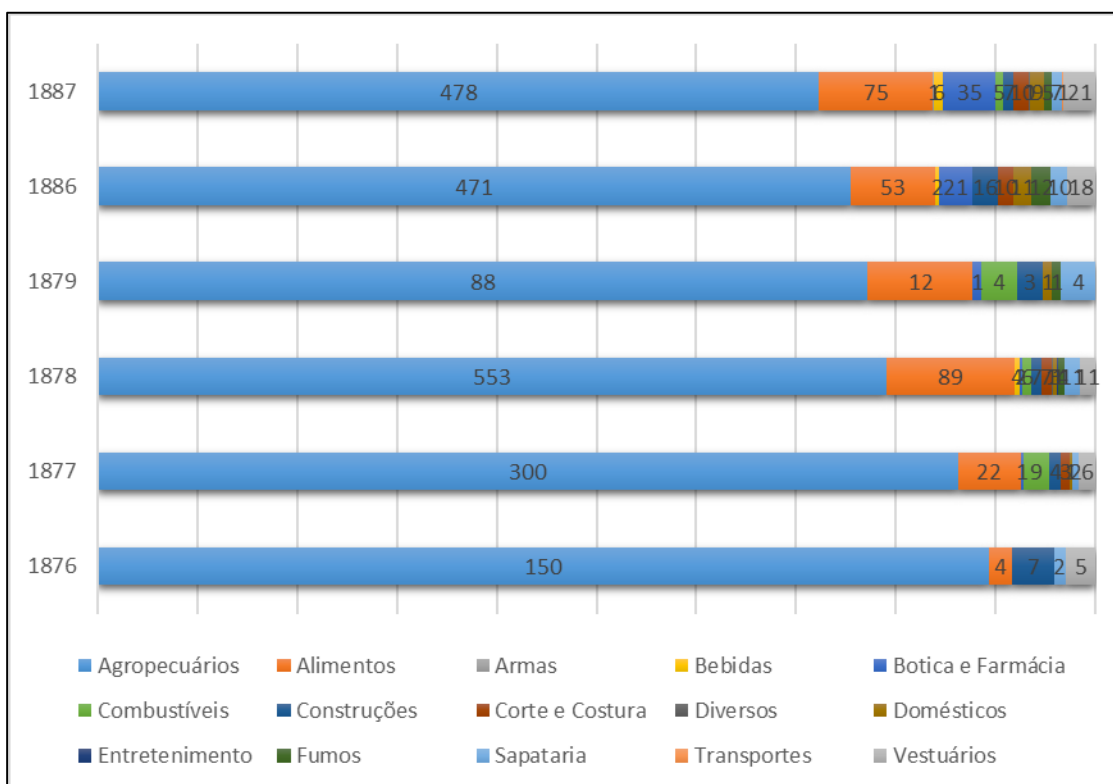


Figura 2 - Gráfico com informações das exportações de Pelotas por categoria e ano (1876-1887). Fonte: Jornal Diário de Pelotas (1876-1887). Banco de Dados LEICMA, 2016.

Os dados apresentados por Santana (2015) demonstram para além da inserção de Pelotas no sistema mundial de comércio, como o escravismo enquanto um sistema social institucionalizado em grande parte do Novo Mundo no séc. XIX fortaleceu as elites locais e modificou as paisagens destas localidades. Nesse sentido, o comércio mundial fez circular não somente objetos e produtos, mas difundiu saberes e novos conhecimentos, propagou padrões materiais e estilos construtivos, transportou enquanto mercadoria, contingentes humanos que passaram a habitar novos ambientes e a “reconstituí-los” na relação com indivíduos e espaços distintos aos habituais de suas vidas pretéritas. O argumento de que a escravidão fortaleceu elites locais, impulsionou a constituição de áreas urbanas e do próprio modo de vida urbano, e reforçou hierarquias e desigualdades sociais, perpassa toda argumentação desta dissertação. O desafio é entender como as diferentes materialidades “globais”, os saberes e pessoas que circulam no mercado mundial atuam, se executam e transformam os distintos contextos “locais”. E em contrapartida, compreender

em que medida as características locais se inserem nos processos globais do sistema mundial (capitalista).

4 A MICRO-ESPACIALIDADE DA ESCRAVIDÃO: CHARQUEADA SÃO JOÃO E AS MATERIALIDADES DA DISCIPLINA E DA RESISTÊNCIA

O presente capítulo consistirá da análise e descrição do que se nomeia aqui enquanto a “micro-espacialidade” da escravidão. Tomar-se-á a charqueada “São João” como fonte de análise para o entendimento da paisagem enquanto um dispositivo de controle dos escravos. As diferentes materialidades da escravidão (sejam da resistência ou da disciplina) serão igualmente esboçadas na análise. Este estudo em específico dialogará comparativamente com as espacialidades de outras unidades produtivas do Brasil e do Novo mundo (Cuba, Jamaica, EUA). O esforço comparativo se destina a perceber as similitudes e diferenciações locais das interações, manipulações e apropriações dos espaços desenvolvidas em meio às relações escravistas. Além da análise da disposição das estruturas na paisagem e dos diferentes dispositivos materiais de controle e resistência, a discussão será esboçada por meio dos dados já sistematizados da escavação ainda em curso, na área da charqueada São João.

4.1 Charqueada São João: a micro-espacialidade da Escravidão

Passemos agora a análise das espacialidades da escravidão da charqueada São João. Este tópico se dividirá em dois eixos descritivos interligados, que permearão a investigação como um todo.

No primeiro eixo desenvolvem-se questionamentos e dados a respeito da distribuição espacial das estruturas da charqueada São João. Para tanto, serão tecidas comparações com as conformações materiais da paisagem de distintas unidades produtivas do Novo Mundo (como outras regiões do Brasil, Jamaica, Cuba e EUA). A questão norteadora desta investigação comparativa é compreender se a paisagem da charqueada São João pode ser entendida enquanto um dos dispositivos de controle do escravo.

Objetiva-se entender similitudes e diferenças entre as apropriações e manipulações da paisagem das unidades produtivas em distintos contextos

escravistas da América. Nessa conjuntura serão debatidos mais dois temas: 1) a problemática das senzalas em Pelotas, de forma relacional a outros contextos escravistas (seja no Brasil, Caribe ou América do Norte); 2) as materialidades do controle e do trabalho (objetos ligados ao sistema disciplinar e de trabalho das charqueadas). Com isso, intenta-se contribuir para um melhor entendimento das relações escravistas nas charqueadas, por meio do cruzamento de fontes materiais distintas (documentos escritos, objetos, estruturas e mapas).

No segundo eixo descritivo apresentar-se-ão alguns dados das escavações que estão sendo realizadas até o presente momento na charqueada São João. Este estudo se enquadra na análise geral da paisagem por já apresentar estruturas em cota negativa que parecem estar relacionadas ao sistema produtivo ou a vivendas escravas. Cabe ressaltar que as hipóteses criadas e descritas neste trabalho, são fruto de reflexões incipientes, que serão mais bem balizadas com o desenvolvimento das escavações.

4.1.1 Inventariando a charqueada São João: contextos materiais, perfil demográfico dos escravos e as relações escravistas

A charqueada São João foi construída em 1810, por Antonio José Gonçalves Chaves. Com sua morte em 1837, a propriedade passou aos seus filhos Antonio José Gonçalves Chaves (filho) e João Maria Chaves, que em sociedade administraram a charqueada até a morte de Antônio José, como consta de seu inventário de 1872⁵¹.

A propriedade localiza-se na margem direita do arroio Pelotas. Seu espaço é disposto como a maioria das unidades produtivas desta margem do arroio, ou seja, são lotes estreitos de terra que se estendem até o Logradouro Público. Isto se convencionou pela facilidade que esta proximidade propiciava para as atividades comerciais das charqueadas, uma vez que a Tablada (Logradouro Público) fazia parte do espaço produtivo do charque e dos produtos derivados da atividade saladeril (GUTIERREZ, 2001). Junto à casa de moradia

⁵¹ APERS. Inventário de Antônio José Gonçalves Chaves, A. 754, M. 45, E. 140; Pelotas, 1º cartório de Orphãos e Provedoria, 1872.

(ou “casa de vivenda”), constam como bens no testamento⁵² e inventário de Antônio José Gonçalves Chaves (filho), uma chácara, galpões, terrenos até o Logradouro Público e benfeitorias. Não há, porém, menção direta nos documentos analisados a respeito de “senzalas” ou locais específicos de vivência dos escravos. Ver-se-á no decorrer do capítulo as hipóteses que possivelmente explicam esta ausência na documentação.

Estão descritos no inventário de Antônio José (filho) de 1872 o número de 53 escravos. Destes, 16 eram carneadores, 32 eram serventes, 2 trabalhavam na estância e 2 na cidade. Já no inventário de Maria Luiza Chaves⁵³ (esposa de João Maria Chaves), há um maior detalhamento de informações. Estefânia Rosa (2012, p.97) delimitou, a partir deste documento, a presença de pelo menos 33 (61%) escravos trabalhando nas atividades produtivas do charque e de seus sub-produtos. Como o trabalho nas charqueadas era sazonal, supõe-se que estes fossem distribuídos no período entre safras pelas outras propriedades dos Chaves, incluindo-se aí as atividades de manutenção da própria charqueada. O restante dos que não estavam ligados a produção da carne salgada e seus derivados, estariam desempenhando as seguintes ocupações: 3 marinheiros trabalhariam no iate da propriedade, 5 desempenhavam as lides campeiras nos poteiros da propriedade, mais 2 pedreiros, 3 carpinteiros, 2 costureiras, 1 sapateiro, 3 cozinheiros e 1 lavadeira (ROSA, 2012, p.97) (fig. 3).

⁵² APERS. Testamento de Antônio José Gonçalves Chaves, A. 1791, M. 87, E. 06; Pelotas, 1º cartório de Orphãos e Provedoria, 1871.

⁵³ APERS. Inventário de Maria Luiza Chaves, A. 770, M. 48, E. 06; Pelotas, 1º cartório de Orphãos e Provedoria, 1872.

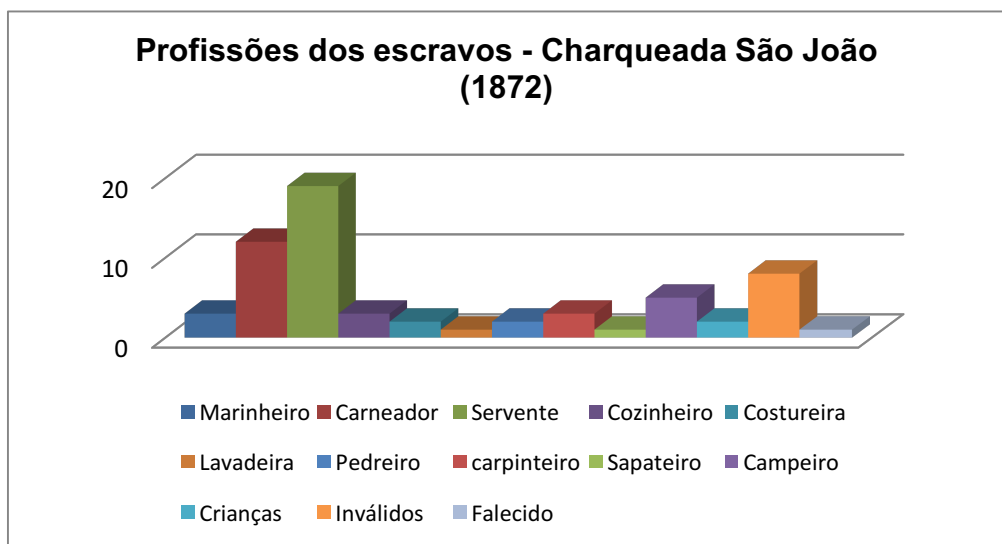


Figura 3 – Gráfico das profissões dos escravos da Charqueada São João (1872). Fonte: APERS. Inventário de Maria Luiza Chaves, A. 770, M. 46, E. 06; Pelotas, 1º cartório de Órfãos e Provedoria, 1872. In: (ROSA, 2012, p.97)

Destaca-se no inventário de Maria Luiza Chaves a razão de masculinidade e a predominância de adultos do plantel da charqueada São João. Segundo Rosa (2012, p.98) 93% do plantel era do sexo masculino, perfazendo 80% de adultos, 16% de “idosos” e 4% de crianças (as chamadas “crias da casa”, por serem filhos ou filhas das escravas dos senhores). Chama atenção nos inventários de Antônio José Gonçalves Chaves e de Maria Luzia Chaves o número elevado de escravos ditos “velhos”, 9 escravos se enquadram nesta categoria e pelo menos 2 destes estão adoentados. Rosa (2012, p.98) destaca que 5 escravos tinham entre 74 e 78 anos, todos africanos. Chama a atenção a presença de tantos cativos com idade avançada em um contexto de trabalho tão extenuante.

Outro detalhe importante trazido por Rosa (2012, p.98) é a predominância de africanos com relação aos escravos crioulos no plantel da charqueada São João. Dos escravos arrolados, 65% eram africanos. Isto demonstra que apesar da proibição e sanções ao tráfico impostas pelas leis de 1832, e mais incisivamente em 1850, o número de africanos ainda supera os de escravos nascidos no Brasil.

Partindo desta breve delimitação da demografia e de alguns elementos materiais presentes na charqueada São João, é preciso ir mais a fundo no cruzamento de dados para compreender de maneira mais inclusiva e

abrangente, as dinâmicas internas desenvolvidas e praticadas em meio a brutalidade do trabalho escravo nas charqueadas. Ademais, para traçar as estratégias e elementos da vida dos escravos que não são ditos ou referenciados na historiografia e nos discursos locais. Por estes motivos, os espaços e estruturas preservadas da charqueada São João, indiciários do cotidiano desses grupos escravos, se constituem em local de escavações arqueológicas, que estão sendo realizadas no momento na área imediata ao galpão, como será demonstrado em tópico próprio a seguir.

4.1.2 Análise espacial da charqueada São João: a paisagem e os dispositivos materiais de controle do escravo

As principais pesquisas direcionadas ao entendimento da espacialidade das *plantations* salientaram a importância de compreender que o domínio dos escravos passava principalmente pelo controle do espaço produtivo e pela visibilidade das áreas domésticas e de circulação dos cativos na paisagem. O que se assemelha ao contexto de Pelotas, pois muitas das charqueadas pelotenses possuíam uma tipologia semelhante de espacialização de suas edificações (GUTIERREZ, 2001). No que se refere especificamente a charqueada São João, a disposição de suas estruturas na paisagem indicam uma posição/visão privilegiada e central da Casa Grande perante o sistema produtivo e outras edificações. Nas figuras 4 e 5, visualiza-se a relação de alguns dos componentes materiais que serão aprofundados neste tópico, dentre estes: a casa grande; a senzala/galpão; a casa do feitor; o pelourinho; o oratório; as áreas ribeirinhas e o atracadouro; a área do espaço produtivo(tanques, canaletes, cancha, esgoto); e o perímetro da escavação que se realiza atualmente junto ao galpão.

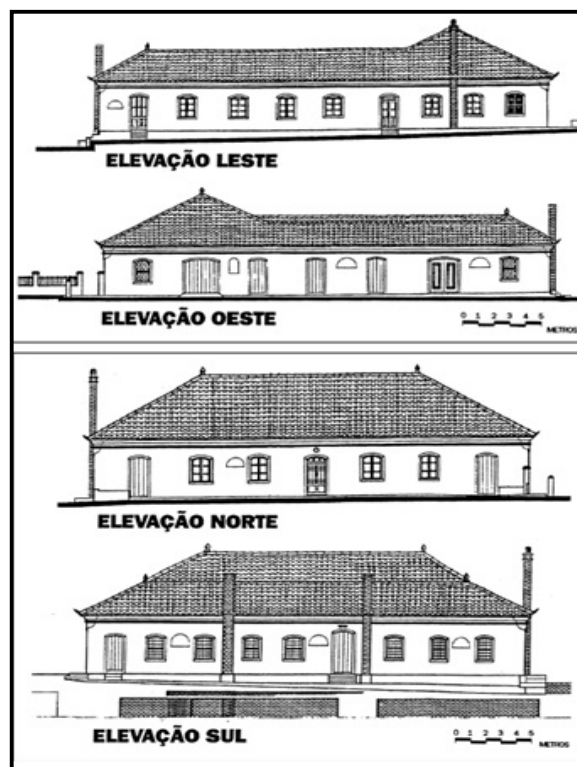


Figura 6 – Demonstração das aberturas da Casa Grande da charqueada São João, sentidos norte/sul, leste/oeste. Fonte: GUTIERREZ (2001, p.200)

Como se nota nas fig. 4, 5 e 6, as diferentes aberturas (portas, janelas) da casa grande e sua localização central na paisagem, permitem uma visualização e um controle amplo das distintas áreas de atividades do sistema produtivo e, conseqüentemente, da circulação dos escravos no interior do terreno/área. A senzala/galpão está imediatamente à frente da face norte da casa principal (menos de 70 metros), enquanto o atracadouro⁵⁴ (na face sudoeste) e a área do espaço de produção (face oeste) estão igualmente próximos (cerca de 170 metros) e sob a vista da casa grande.

Nesse sentido, Theresa Singleton (2015) traça a existência de um padrão de organização espacial compartilhado pela maioria das *plantations* nas Américas: uma localização central para os prédios; casa grande elevada; senzalas arranjadas em linha ou padrões retangulares (xadrez) (*Grid-like*

⁵⁴ Junto a área referenciada por Gutierrez (2001, p.198) como destinada ao esgoto, parece ter havido um espaço destinado a chegada de embarcações, como um atracadouro, devido a continuidade e disposição dos tijolos (materiais construtivos) junto a margem do arroio.

pattern)⁵⁵. A autora destaca três movimentos transnacionais, que se estariam intimamente relacionados a esta padronização da espacialidade das *plantations* no Novo Mundo: 1) Neoclassicismo ocidental (imitação de formas greco-romanas); 2) Tecnologias de auto-vigilância; 3) melhora na habitação do trabalhador, aderida para produzir paralelos na paisagem das *plantations*.

Dentre os atributos neoclássicos encontrados na configuração da paisagem das *plantations*, destacam-se: 1) Casa grande elevada; 2) Ordem hierárquica para as construções; 3) Traçado plano e simétrico para prédios anexos e terrenos (campos); 4) Encobrimento (ocultação) das senzalas da paisagem formal da *plantation*; 5) Avenidas arborizadas conduzindo a entrada principal da casa grande. Singleton (2015) salienta que as diferenciações hierárquicas (e sociais) na paisagem não se limitaram apenas a distribuição estratégica das estruturas no espaço, mas se expressaram também nas fachadas dos prédios, distinguindo edificações habitadas por negros e brancos.

A organização da paisagem da charqueada São João compartilha de alguns elementos que parecem ter permeado as *plantations* de toda América escravista. No entanto, há outros padrões materiais que não se apresentam/configuram claramente na espacialidade desta unidade produtiva, como parece ser o caso do encobrimento das senzalas da paisagem formal da charqueada ou a preocupação com melhoras nestas habitações (higiene)⁵⁶. Este caso revela que nem todas as noções de controle, vigilância e organização espacial, vigentes nos séculos XVIII e XIX foram postas a prova e efetivamente aplicadas pelos proprietários de escravos nos contextos de suas *plantations* (SINGLETON, 2015).

A Casa Grande se configura enquanto um ponto de vigilância do sistema produtivo e da circulação dos escravos, pelo fato de encontrar-se em local destacado/elevado na paisagem. Acrescenta-se a problemática da vigilância exercida pela visibilidade privilegiada da Casa Grande, a posição estratégica da casa do feitor na paisagem da charqueada São João. Esta se encontra ao lado

⁵⁵ Rede de linhas que cruzam-se para formar uma série de quadrados ou retângulos. Talvez a autora esteja se referindo a um modelo em “xadrez” ou as senzalas “em quadra”.

⁵⁶ A temática das senzalas em Pelotas no geral, e em específico na São João, será analisada comparativamente em tópico específico na sequência do trabalho.

da senzala/galpão e exerce um segundo nível de vigilância sobre o espaço da charqueada e sobre o trabalho escravo. Isto revela que a organização estratégica das estruturas na paisagem das *plantations* se deve em parte ao esforço por parte dos senhores em aumentar a vigilância sobre os escravos. Ao discutir as “espacialidades da vigilância”, James Delle (1998), verifica a tendência em alocar as casas senhoriais, e principalmente, as habitações dos capatazes (feitores), em locais com vista privilegiada dos espaços produtivos e das rotas de circulação dos trabalhadores.

A verificação da centralidade da Casa Grande em relação às demais estruturas da charqueada São João e a proximidade física das distintas áreas desta unidade produtiva⁵⁷, permitem o diálogo e a reflexão comparativa com as pesquisas desenvolvidas por Linsey Bates (2015). A autora analisa a paisagem de duas *plantations* (do período colonial britânico) e propõe um modelo de organização espacial que delineia as estratégias dos senhores para manter o balanço entre lucro e controle (dos trabalhadores) em suas propriedades.

Ao integrar dados topográficos com dados sobre o uso da terra (nos mapas de propriedades), Bates (2015) sugere que os senhores delineavam o espaço com foco à adequação, centralidade e proximidade dos trabalhadores ao complexo de trabalho. A idéia é que para maximizar a produção era necessária a centralização do trabalho escravo dos espaços de produção. Em meio à análise das condições ideais de organização de uma *plantation*, sugeridas por pensadores contemporâneos (séc. XVIII e XIX), Bates (2015) identifica alguns aspectos organizacionais “primordiais” para o bom funcionamento de uma unidade produtiva escravista: 1) A centralidade do complexo de trabalho; 2) A proximidade dos escravos (e das senzalas) da propriedade em relação ao complexo de trabalho; 3) A visibilidade do complexo de trabalho.

Para Bates (2015) a manipulação dos componentes da paisagem por parte dos senhores, como edificações, campos e estradas, servem para manifestar e reforçar o monopólio do poder na forma de investimento capital, produção e vigilância. Desta forma, é fundamental para a compreensão da

⁵⁷ Casa Grande, Senzala/Galpão, Casa do Feitor, Espaço produtivo, áreas de escoamento da produção: Arroio Pelotas e atracadouros.

espacialidade da charqueada São João, ter em mente o funcionamento do modelo de maximização “proximidade, centralidade e visibilidade”, sugerido por Bates (2015).

A autora salienta um fator de suma importância para o entendimento do escravismo enquanto sistema social/econômico de grande escala: a percepção de que além do fator vigilância, a dinâmica e eficiência produtiva e a lucratividade são fundamentais para os senhores escravistas do Novo Mundo. Especialmente quando se tem em vista o contexto de trabalho e produção do charque em Pelotas, onde se cortavam em média 600 bois/dia por charqueada (GUTIERREZ, 2001, p. 191), esta constatação se torna bastante esclarecedora para o entendimento da organização das paisagens escravistas pelotenses.

No caso específico da charqueada São João, a tríade “proximidade, centralidade e visibilidade” do modelo de maximização da lucratividade/produtividade, ilustram de maneira interessante a configuração espacial do sistema produtivo e das estruturas na paisagem. Como se demonstram nas fig. 7 e 8 (e também nas fig. 4 e 5), as estruturas de moradia e do sistema produtivo da charqueadas e encontram localizadas num perímetro bastante próximo (reduzido). Principalmente se forem tomadas como base as construções do espaço produtivo, direcionadas ao processamento do charque e dos sub-produtos do gado, com relação a Casa Grande, a Senzala, a Casa do Feitor e a área de escoamento da produção no Arroio Pelotas (atracadouro). As possíveis conformidades ou desvios ao modelo de maximização da “proximidade, centralidade e visibilidade” entre as áreas da propriedade (*plantation*), não significam “sucesso” ou “falha”, apenas sugerem “restrições” nas escolhas que senhores fizeram para alterar a paisagem à suas necessidades (BATES, 2015).



Figura 7 – Vista aérea da Casa Grande, Senzala/Galpão e a área de escavação (Charqueada São João). Foto aérea registrada com Drone Phantom 5. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016



Figura 8 – Visão aérea do espaço produtivo da charqueada São João. Foto aérea registrada com o Drone Phantom 5. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016

As reflexões trazidas até o momento permitem visualizar como em diferentes contextos escravistas, as materialidades da paisagem (e a sua

disposição estratégica no espaço), constituíram-se em dispositivos de controle e de vigilância da vida dos escravos e de seu trabalho. No que diz respeito a charqueada São João, a ideia de “proximidade, centralidade e visibilidade” entre as distintas áreas da unidade produtiva, exerceram papel importante na dinâmica de trabalho de escravos em específico e na mediação das relações escravistas como um todo.

Reconhecer que determinados arranjos “arquitetônicos” ou determinadas configurações da paisagem, corporificam expressões espaciais de poder, não significa dizer que estas expressões sejam em sua totalidade, exercidas de forma acachapante. Ou seja, é evidente que estas expressões materiais/espaciais de poder possuem força social, porém em meio às relações escravistas, sempre há e houve margem para a reinterpretação, para a negação e resistência à ação que essas materialidades exercem sobre as pessoas/escravos.

O exame dos sistemas restritivos sob o qual os escravos viveram e trabalharam, propicia um melhor entendimento das estratégias que os cativos empregaram para modificar um sistema explorador ao seu benefício. Lugares e corpos (dos escravos) constituem-se através das práticas espaciais. Não há, nesse sentido, uma gestão absoluta da paisagem por parte dos senhores, mas sim, negociações de poder pelo controle do espaço. Obviamente, nessa relação, os senhores possuem uma posição privilegiada de atuação, mas isso não exclui as contrapartidas materiais e espaciais de atuação dos cativos na constituição das paisagens, na expressão de elementos simbólicos e na contestação aos cerceamentos que lhes foram impostos.

Seguindo ainda a discussão sobre os componentes da paisagem que atuam como dispositivos materiais de controle e vigilância dos escravos, cabe discorrer a respeito da conformação de “muros” e estruturas que diminuía os espaços de circulação dos cativos. No caso da charqueada São João, ao que tudo indica esta tipologia material não foi utilizada, como aconteceu nos contextos cubanos e do Vale do Paraíba. A construção de áreas muradas nessas localidades configurava um pátio interno onde as atividades de trabalho ocorriam. Esta área usualmente possuía somente uma entrada ou saída,

geralmente um portão, que limitava a circulação dos escravos e facilitava a visibilidade e controle das áreas de trabalho dos cativos (MARQUESE, 2005)⁵⁸.

O que causa estranhamento e sugere maiores estudos, é que este tipo de tipologia construtiva, que se “dissemina” nas regiões do Vale do Paraíba (Carioca e Paulista) e no Caribe escravista, possui estrutura correlata em Pelotas. Na charqueada do Barão de Jarau, vizinha a charqueada São João, existe uma estrutura, cuja tipologia se assemelha as destacadas por Marquese (2005), em que o muro lateral à casa grande, condiciona a formação de uma divisão e uma limitação das vias/formas de circulação e o fechamento parcial do terreiro (pátio) lateral à casa senhorial (fig. 9).

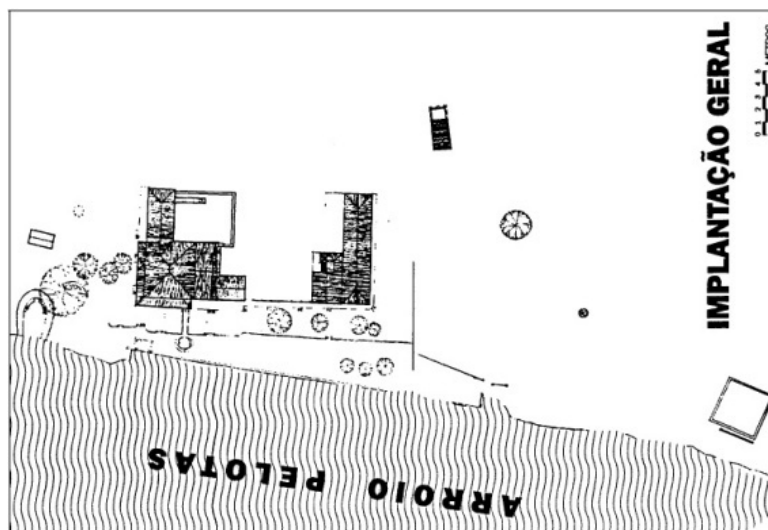


Figura 9 – Planta baixa da charqueada do Barão de Jarau. Implantação Geral. Fonte: GUTIERREZ, (2001, p.204)

As diferenças salientes entre os contextos são destacadas, no sentido de que no Vale do Paraíba e em Cuba esse processo da constituição de muros para o fechamento de um pátio interno, compunha também a localização da unidade produtiva no interior deste pátio, assim como a senzala e a casa senhorial. Logo, havia uma tendência de isolamento dos cativos e uma maximização da vigilância, uma vez que o desenvolvimento das atividades de trabalho e a moradia escrava se desenvolviam em sua maior parte junto à área do pátio

⁵⁸ Para uma explicação do advento da “senzala em quadra” no Vale do Paraíba, que se constituiu em conjunto ao processo de fechamento dos terreiros (pátios) e da colocação das senzalas numa mesma quadra contígua a casa senhorial e aos edifícios de manufatura, Ver: MARQUESE, R. B. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c.1830-1860. **Anais do Museu Paulista**. n.2; v.13, p.165-188, jul-dez, 2005.

interno. No exemplo da charqueada do Barão de Jarau, a própria característica do processo de produção do charque, deve ter impedido a formação da unidade produtiva junto ao terreno imediato a casa.

No entanto, o fato do isolamento das áreas pela construção de muros é sintomática no que diz respeito às relações escravistas, pois estes possuíam a função de exercer e maximizar a vigilância e reforçar o status subordinado dos escravos (SINGLETON, 2015). Ademais, a constituição de pátios internos as casas, constituíam formas de delimitar áreas privadas e seletivas ao convívio dos habitantes da charqueadas. Tanto a charqueada São João, quanto a do Barão de Jarau compartilharam de pátios internos às casas.

4.1.3 As senzalas e as charqueadas: o incipiente estudo das senzalas pelotenses

A complexidade em delimitar a senzala da charqueada São João é sintomática do que parece ser uma característica local das charqueadas pelotenses de forma geral: a multifuncionalidade dos galpões e seu uso enquanto senzala. Um dos exemplos desta característica é trazida pela descrição dos bens de raiz de Boaventura Rodrigues Barcellos. Em seu inventário, não constam “senzalas”, porém indica-se a presença de dois edifícios que serviriam um como galpão e outro como estribaria⁵⁹. Interessante notar que na análise do inventário de sua nora Albana Rodrigues Barcellos, é que surge a multifuncionalidade dos galpões e o entendimento de como a tipologia das senzalas em Pelotas parece estar relacionada a esta característica destas estruturas. No inventário de Albana Rodrigues, constam: *“um galpão de charquear, com tafona e dois armazéns, para sal; um outro galpão grande, que*

⁵⁹ APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. A: 409; M: 28; E: 06(140). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856

*compreendia, **senzala**, armazém, cocheira, estrebaria e diversos quartos”*⁶⁰ (ROSA, 2012, p.108).

A multifuncionalidade dos galpões e seu uso enquanto senzala, sugeridas nos inventários *post-mortem*, parecem ter sido difundidos entre os charqueadores locais. Por isso é plausível supor, arqueologicamente falando, que o galpão fronteiro a casa senhorial na charqueada São João, constante no inventário de Antônio José Gonçalves Chaves, possa ser uma das senzalas do estabelecimento. Outro fator a ser considerado é que, do ponto de vistaêmico, o galpão vem sendo tratado enquanto senzala pela tradição oral e por antigos moradores. Nesse sentido, a proximidade da senzala/galpão da casa senhorial e da residência do feitor é sintomática da relação de controle que se exercia sobre a moradia escrava na charqueada São João. Ademais, o fato de só haver uma saída do edifício da senzala, aliado ao gradeamento das duas janelas, sugerem seu exercício enquanto um dispositivo de controle dos escravos.

Deve-se salientar que as senzalas feitas com materiais perecíveis (madeira, barro), que na maioria das vezes, traziam elementos africanos em sua construção, não eram usualmente listados nos inventários. A historiografia local indica que os materiais construtivos podem ter variado entre estruturas de madeira/palha/barro e às de alvenaria (elementos cerâmicos), mudando de acordo com as intencionalidades dos proprietários (GUTIERREZ, 2001). Estes limites da documentação, só podem ser respondidos pelas escavações sistemáticas das distintas unidades produtivas, que ainda preservam suas áreas de produção e adjacências. Ademais, tendo em vista a bibliografia direcionada ao estudo das senzalas e as já indicadas nas discussões a respeito da configuração espacial das unidades produtivas (*plantations*), é possível que existisse próximo a área produtiva da charqueada São João, outra(s) vivenda(s) escrava(s), com materiais construtivos distintos aos utilizados na senzala/galpão (MARQUESE, 2005; HIGMAN, 1998; SINGLETON, 2015).

⁶⁰ APERS. Inventário de Albana Rodrigues Barcellos. A: 406, M.28, E. 25. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856.

No entanto, ainda que se avenge esta possibilidade, o prédio da senzala/galpão indica, em termos de capacidade estrutural, que grande parte dos 36 escravos arrolados no inventário de João Maria Chaves, ligados diretamente ao trabalho na charqueada, pudessem estar alocados neste edifício. O estudo que daria bases para o entendimento e verificação da possibilidade de que esta fosse uma senzala doméstica ou geral do plantel, ficou limitado no momento em que a parte interna do edifício foi destruída para a construção de uma casa. Resta atualmente, somente a parede externa do galpão e a casa do feitor, ainda inteira, mas modificada (fig. 10 e 11).



Figura 10 – Foto da fachada da senzala/galpão à esquerda e da casa do feitor à direita. Pelourinho a direita da figueira (Charqueada São João). Fonte: Banco de Dados, LEICMA, 2016.



Figura 11 – Área da senzala/galpão com detalhe para a extensão do edifício e de suas aberturas (Charqueada São João). Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.

Todavia, apesar da impossibilidade de acesso e análise do interior da senzala/galpão, é possível depreender algumas características do prédio, em termos de tamanho e divisões internas, por meio de mapa de implantação feito por Ester Gutierrez (2001) (fig. 12).

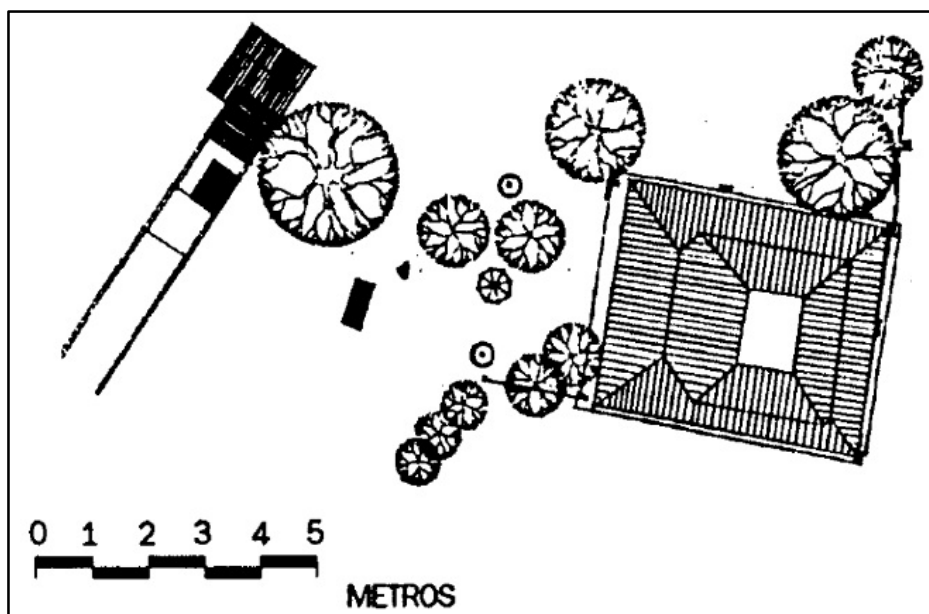


Figura 12 – Divisórias internas da senzala sugeridas em mapa de implantação (Charqueada São João). Fonte: GUTIERREZ, 2001, p.198.

Nesta representação feita por Gutierrez (2001), provavelmente executada nos anos 1990, quando a autora atuou junto à charqueada nas escavações do espaço produtivo da São João, sugere-se pelo menos 3 divisórias internas na área da senzala/galpão. Uma de maior extensão. Outras cujas formas são quadrangulares. Apesar da dificuldade em interpretar as representações feitas por Gutierrez (2001, p.198), devido à falta de legendas explicativas, elas constituem-se em um “indício” de como eram os compartimentos internos da senzala/galpão, no período anterior a sua destruição.

A partir do desenho apresentado na figura 30 e das imagens de satélite da área da charqueada São João do ano de 2002, é possível constituir hipóteses da extensão da senzala/galpão, principalmente das medidas relacionadas à parte que foi destruída. É plausível supor que a estrutura tenha uma medida

aproximada de 10x35 (350 metros quadrados). O fato da estrutura possuir um desenho “retangular”, não a configura nem a relaciona, a priori, enquanto um dos exemplos do padrão de senzala retangular (*grid-like-pattern*), citado por Singleton (2015). Isto se dá, pelo fato já descrito, da impossibilidade de analisar as divisões internas do edifício. O único dado visualizável no presente é a existência de um espaço amplo e retangular. Um dos fatores interessantes da senzala/galpão da São João é que aparentemente ela possuía somente uma entrada/saída do edifício. Aliado a isto se constata a existência de apenas duas janelas “gradeadas” no edifício. Estes elementos sugerem seu exercício enquanto um dispositivo de controle dos escravos⁶¹.

A preocupação com políticas higienistas e a disseminação de modelos construtivos com relação às senzalas (como aconteceram em Cuba e na região do Vale do Paraíba, a partir de 1840), não parecem ter ocorrido de forma sistemática pelos charqueadores na primeira metade do séc. XIX em Pelotas (MARQUESE, 2005; SINGLETON, 2015). No contexto cubano anterior as políticas higienistas, escravos construíam suas casas (senzalas) de maneira típica, com materiais prontamente disponíveis: vime, barro, cal, placas de madeira, chão de terra e telhados de palha. Estas edificações eram ordenadas irregularmente sobre áreas comuns. Contudo, a partir de 1790 (período inicial do processo de higienização e reforma nas *plantations*) passou-se a dar preferência à constituição das casas de alvenaria, casas que compartilham paredes (muros) comuns.

O processo de modernização foi diferenciado nos contextos escravistas. Algumas localidades transformaram mais que outras as suas paisagens construídas, fazendo com que diferentes tipos de senzalas e edificações coexistissem (as novas e as antigas) (SINGLETON, 2015). Por estes fatores, não se deve descartar a hipótese de que tenham coexistido outros espaços habitados por escravos, além da senzala/galpão próximo a casa grande. Barry Higman (1998), ao citar exemplos de resistência as mudanças higienistas nas senzalas da Jamaica colonial, revela a importância do entendimento das

⁶¹ Maiores informações a respeito das características da senzala/galpão podem ser evidenciados no decorrer das escavações feitas ao lado deste edifício, que até o momento demonstram a existência de uma estrutura que pode ser anexa ou continuidade do prédio da senzala/galpão.

divisórias internas das senzalas e de como a análise do interior dessas estruturas, pode revelar uma série de elementos da vida dos cativos. O autor identificou arqueologicamente que uma das formas de resistência dos escravos foi à construção de divisórias para separar/repartir o espaço interior das senzalas de acordo com o gosto dos cativos. Este é um dos exemplos das distintas re-apropriações praticadas pelos cativos nos seus espaços de habitação e uma das formas de contestação dos escravos às imposições materiais dos senhores.

4.1.4 Outras materialidades escravistas: trabalho, disciplina e resistências

O estudo das materialidades relacionadas ao trabalho e a disciplina dos escravos (e de seus corpos) constituem outro campo de análise da charqueada São João, uma das mais bem preservadas unidades produtivas da Costa de Pelotas. Algumas das ferramentas/instrumentos de controle e punição abordadas neste tópico foram tipologias materiais utilizadas pelos senhores nos distintos contextos escravistas do Novo Mundo. Em resumo, apresentar-se-ão neste tópico tanto as materialidades disciplinares voltadas para o controle do corpo do escravo e da suas movimentações, quanto às formas e expressões materiais de resistência e constituição identitárias e simbólicas dos cativos.

4.1.4.1 Materialidades da disciplina e da resistência (entre o controle e a constituição das identidades)

Pensar as materialidades do trabalho escravo de maneira geral (instrumentos relacionados à lida do charque, campo, lavoura, aos trabalhos públicos, etc.) é ter em mente em contrapartida, as materialidades que visavam disciplinar e controlar este trabalho e conseqüentemente o corpo dos cativos (correntes, grilhões, bola de ferro, etc.). Este controle material se exercia tanto sobre as manifestações simbólicas de identidade, quanto às movimentações ilegais dos escravos. Os corpos dos escravos, desse modo, constituíam-se alvos de distintos dispositivos disciplinares, que visavam sujeitá-los à funcionalidade e dinâmica do sistema opressor.

Por outro lado, atesta-se que o exame do corpo enquanto artefato e as representações de si são componentes críticos da busca pela construção da identidade através dos objetos. O corpo é um lugar comum da individualização, assim como a identidade é decretada tanto na superfície do corpo quanto nas ações corporais (ou práticas corporais). Desse modo, a materialidade é parte indissociável da construção do corpo (*embodiment*). Idéias de si (e identidades) transmitem-se também pela cultura material (BEAUDRY e WHITE, 2009).

Fundamental para as discussões sobre o corpo é o advento das tecnologias disciplinares delineadas profundamente por Michel Foucault (1987). O poder disciplinar não apenas passou a “fabricar” os corpos, mas também tornou-os alvos de um controle minucioso. O corpo em qualquer sociedade esteve preso no interior de poderes muito apertados, limitativos, proibitivos. O que muda no séc. XVIII são as técnicas de controle. A escala do controle modifica-se, o corpo passa a ser trabalhado detalhadamente (movimentos, gestos, atitudes, circulação, etc.). O objeto do controle passa a focar-se sobre a economia e a eficácia dos movimentos. A coação se dá mais sobre as forças que sobre os sinais. Objetiva-se fazer com que o corpo opere como se quer. Central para a teoria foucaultiana é o conceito de “vigilância”, dos comportamentos, dos gestos, da circulação. As vigilâncias quando institucionalizadas pelas técnicas disciplinares, resultam na produção de corpos dóceis e em espaços úteis. A vigilância, no séc. XVIII se torna uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar, é um processo de organização dos controles.

Para Foucault (1987) o poder gere a vida dos sujeitos, controla-os em suas ações, para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Este objetivo é ao mesmo tempo econômico e político, uma vez que visa o aumento do efeito de trabalho (utilidade econômica ao máximo) e a diminuição da capacidade de revolta, resistência, insurreição, de luta contra as ordens do poder. Em síntese, aumentar a força econômica e diminuir a força política. Embora não tenha escrito sobre contextos escravistas, essa noção de poder de Foucault é fundamental para pensá-los. Afinal, um sistema escravista, além de sustentar-se no paternalismo, procura, exatamente,

maximizar a força produtiva e minimizar a resistência. O bom emprego do corpo do escravo nessa equação é o bom emprego do tempo (relação corpo/tempo).

4.1.4.2 Sinos, campainhas e berrantes

A respeito da relação entre tempo e a boa ocupação do trabalho e do corpo dos cativos, percebe-se que o emprego dos “sinos” é de fundamental importância para o trabalho escravo em contextos escravistas. Theresa Singleton (2015), ao discorrer sobre os padrões das tecnologias de vigilância na paisagem, evidencia os sinos e torres de observação como estruturas panópticas. As torres de sinos são acessórios identificados por Singleton no *Cafetal del Padre*. O uso de torres de vigilância ressoou de forma moderada nos senhores de escravos no Novo Mundo. Por isso, Singleton (2015) sugere que na ausência de uma torre, os pontos de vigilância podem ter sido substituídos pela posição elevada das casas grandes e dos feitores (administradores). Em diversas *plantations* cubanas a torre de sinos funcionou como um posto de observação, e os sinos como um sinal de manutenção das rotinas temporais diárias (regulamentação do tempo de trabalho).

Estas torres de sinos e de vigilância não se configuraram na paisagem da São João, porém, o artefato do “sino”, sim, se fez presente na dinâmica produtiva da charqueada (fig. 13).



Figura 13 – Fotos do sino localizado em frente a Casa Grande (Charqueada São João).

Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.

O uso dos “sinos” ou “campainhas” nas charqueadas pelotenses é descrito pelo viajante europeu Nicolas Dreys (apud GUTIERREZ, 2001, p.190)

“[...] quando se receia alguma chuva repentina, o toque de uma campainha chama para os varais todos os negros da charqueada, e cousa curiosa é ver como num instante a carne amontoada por porções nos mesmos varais se acha escondida debaixo de couros que não permitem o menor acesso às águas do céu. Estando a carne perfeitamente seca, é disposta em forma de grandes cubos ablongos assentados num chão artificial levantado de três a quatro palmos, para dar passagem ao ar; nesse estado, cobrem ainda de couros para esperar o embarque [...]”

Este depoimento descreve uma das atuações deste objeto na dinâmica das unidades produtivas e na mediação das relações escravistas. Neste exemplo, é possível perceber como o sino/campainha opera enquanto elemento regulador das atividades diárias dos escravos. A situação descrita por Dreys revela igualmente a questão sensorial da sonoridade destes instrumentos enquanto elementos fundamentais dos dispositivos disciplinares do trabalho. Os sinos e berrantes compõe materialidades e sonoridades que juntas, atuavam ativamente na mediação das relações de trabalho.

Graham White e Shane White (2005) demonstram em seu trabalho como os sinos, campainhas e berrantes eram materialidades e sonoridades imanescentes do cotidiano escravo e regiam as mais distintas atividades diárias dos cativos e das *plantations*. Os autores demonstram as doloridas e penosas memórias destas materialidades e de suas sonoridades que reverberaram nos depoimentos de ex-escravos colhidos e registrados nos anos 1930 no sul dos Estados Unidos. Os sinos e berrantes além de delimitar as longas e árduas jornadas de trabalho, demarcavam rituais diários de humilhação quando, por exemplo, atuavam enquanto instrumentos de regulação da hora da amamentação dos filhos das senhoras na convocação das amas de leite. Ademais, os “sinos” e os instrumentos sonoros também foram utilizados enquanto acessórios de um dispositivo de controle que envolvia o pescoço do

escravo, fazendo com que este não pudesse se movimentar furtivamente⁶² (WHITE; WHITE, 2005, p.5-7).

Os sinos e berrantes foram dispositivos materiais de controle utilizados num processo de mudança da regulação do tempo pelas orientações naturais (como a posição do sol) para uma regulação orientada mecanicamente, pelos relógios. Este processo é sintomático da modernidade e das mudanças trazidas pela revolução industrial nas relações de trabalho. Contudo, Singleton (2015) demonstra como as estruturas panópticas da paisagem e a operacionalidade dos sinos enquanto objetos reguladores do cotidiano das *plantations*, não se resumiram as intenções de seus senhores, e também foram locais de resistência escrava ante os dispositivos de vigilância e controle. A autora descortina a resistência escrava e as negociações espaciais por meio de um acontecimento em uma *plantation* cubana, em que o soar dos sinos para a "Ave Maria" foi o sinal para eclosão de uma revolta que se direcionou aos capatazes e ao feitor (que tocava o sino). Ao apropriar-se dos sinos, os escravos transformaram e tomaram o significado e uso deste dispositivo de controle para seu domínio.

4.1.4.3 Objetos de trabalho: entre o charque, a roça e os grilhões

Inúmeros são os objetos expostos no interior da charqueada São João relacionados ao trabalho e a disciplina do escravo. Estes materiais provém tanto da herança dos antigos donos da casa (sendo passados entre gerações), quanto do uso de um detector de metais no interior da charqueada. Estas questões dificultam o estudo desses objetos em seus contextos arqueológicos, porém suas tipologias materiais dizem muito sobre seus usos e apropriações.

⁶² No Brasil este instrumento era chamado "gargalheira", "golhilha" ou "gorila". O tipo mais comum, possuía uma haste que subia além da cabeça e terminava com três pontas retorcidas em forma de gancho, trazendo um pequeno chocalho presto à haste. Outras possuíam três hastes, com um chocalho.



Figura 14 – Argola usualmente utilizada para prender escravos. Exemplar exposto na Charqueada São João. Fonte: <http://www.franciscofariascharqueador.blogspot.com.br>.



Figura 15 – Peça em que se prendiam os grilhões (provavelmente presa a parede). Exemplar exposto na Charqueada São João. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.



Figura 16 – Bolas de ferro. Exemplares expostos na Charqueada São João. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016; e <http://www.franciscofariascharqueador.blogspot.com.br>.

As fotos apresentadas (fig.14, 15 e 16) representam tipologias materiais que perfaziam o dia-a-dia dos escravos no Novo Mundo e, particularmente, na

charqueada São João. Mesmo constatando que em meio as relações escravistas, senhores e escravos negociaram pequenas “liberdades de autonomia” aos cativos⁶³, como uma das formas de atuação de um sistema paternalista, é inegável que cotidianamente, os cativos eram coagidos por meio destas materialidades. As bolas de ferro e as pesadas correntes serviam para limitar a movimentação dos cativos e dificultar as tentativas de fuga. Estas estão entre os instrumentos de captura e contenção mais utilizados pelos senhores. Os chamados *machos* constituíam-se de argolas de ferro presas as bolas do mesmo metal, que eram fechadas aos tornozelos dos cativos, impedindo-os de correr, dificultando seus passos. Os *grilhões* eram correntes que tinham uma extremidade presa a uma parede ou a um mourão e a outra a uma argola de ferro, que por sua vez, prendia o pé ou o pescoço do escravo, limitando seu movimento a um pequeno espaço (SOARES, 2007).

4.1.4.4 O “pelourinho”

Outras tipologias que se direcionavam ao cerceamento do movimento dos escravos e ao disciplinamento de seus corpos eram os “pelourinhos” (fig.17). Usualmente esta materialidade constituía uma forma de punição pública das faltas do escravo perante o sistema. Sua punição era uma autêntica cerimônia pública, cuja intenção era demonstrar aos demais indivíduos a exemplar força que seriam castigados caso desrespeitassem seus senhores e as instituições escravistas.

⁶³ Como a permissão para constituir família, possuir habitação individual/familiar nas senzalas, trabalhar em ambientes com cargas de trabalho menos extensivas e extenuantes.

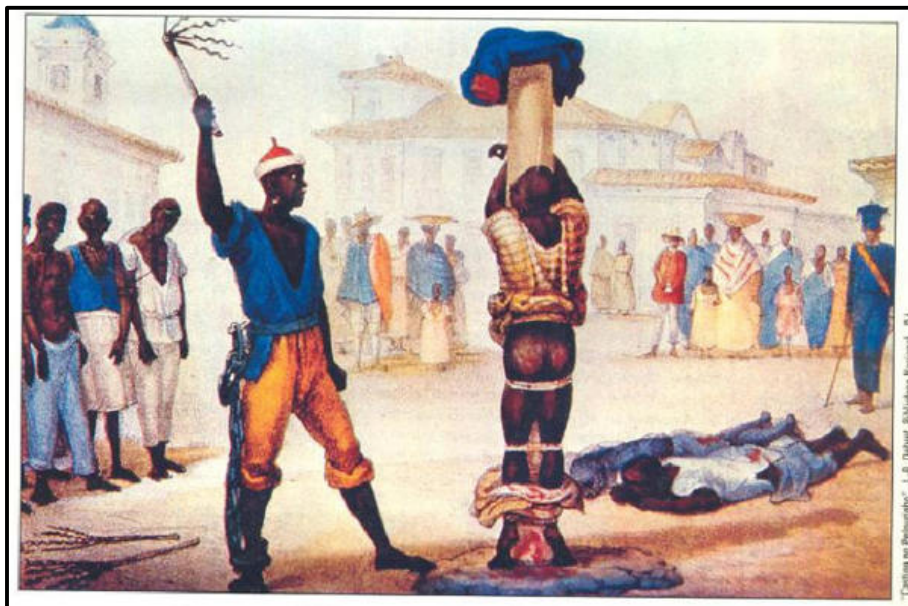


Figura 17 – Pelourinho, por Jean Baptiste Debret (1835).

Em Pelotas, o pelourinho municipal localizou-se inicialmente na área da atual Praça Coronel Pedro Osório (então Praça da Regeneração). No que se refere à charqueada São João, sugere-se que tenha havido um pelourinho “particular” na propriedade. Relatos orais indicam que uma estrutura localizada entre a senzala e a casa de moradia configurou-se como local de sevícia e punição de escravos (fig. 18).



Figura 18 – Pelourinho da Charqueada São João. A estaca de madeira representa o local onde estaria a estrutura original. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.

Como já explicitado, o fato de se localizar em frente as áreas de habitação dos escravos, parece indicar sua operacionalidade em tipificar a

crueldade punitiva aos que se rebelassem perante seus senhores. Permanece neste contexto, a sua funcionalidade em exercer um tipo de punição exemplar. O fato de existir um pelourinho “privado” na charqueada, indica que os charqueadores da família Chaves preferiam resolver as questões punitivas e de insubordinação de seus trabalhadores de maneira interna, sem a interferência do poder público.

4.1.4.5 Materialidades da resistência: Oratório, hibridismo e a re-significação material dos espaços

Uma das formas mais presentes das resistências e das expressões simbólicas dos escravos nos trabalhos arqueológicos dizem respeito a temática da religiosidade e do processo de hibridismo cultural e criouliização que os escravos foram submetidos na diáspora. Diante disso, apresentar-se-á neste tópico a manipulação sincrética feita em uma gruta/oratório em homenagem à “São João”, junto a charqueada de mesmo nome em Pelotas (fig.19).



Figura 19 – Gruta/Oratório em homenagem a São João, com elementos sincréticos. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016; e <http://www.franciscofariascharqueador.blogspot.com.br>.

A gruta/oratório está localizada no pátio externo entre a Casa Grande e a Senzala/galpão. Relatos orais remontam sua construção ao período escravista. Fato curioso deste símbolo católico é que em meio a uma limpeza em sua estrutura, foram encontrados dois bonecos sob as conchas que ornamentavam a obra (fig.19). Estes objetos, alocados de forma furtiva em meio as conchas, representam elementos sincréticos das religiões católica e afro-brasileira. O boneco localizado a esquerda remete-nos diretamente a figura de um escravo, não somente pela cor de sua pele, como por sua vestimenta e os pés descalços⁶⁴. O manejo da materialidade do oratório supõe um uso criativo dos espaços e dos objetos. Sua manipulação o constitui enquanto elemento sincrético, de expressão simbólica e diaspórica dos escravos. Um dos fatores relevantes de serem lembrados, é que provavelmente os escravos da família dos Gonçalves Chaves fossem obrigados a cultuar e a desenvolver a fé católica, como aconteceu em diferentes cantos do Novo Mundo⁶⁵. Portanto, na ausência de uma capela junto à charqueada, esta gruta representasse a materialidade religiosa “institucionalizada”. Se tomarmos este contexto como plausível, a manipulação do oratório se torna ainda mais contestadora das imposições senhoriais por parte dos escravos.

Christopher Fannell (2013) demonstra como religiões dominantes freqüentemente têm o efeito de tornar "*underground*" (periféricos), outros sistemas de crenças religiosas (religiões tradicionais). Este é o caso da religião católica, expressa na figura de São João. Os bonecos escondidos da superfície visível do monumento ao santo sugerem o hibridismo e sua colocação enquanto símbolo instrumental subversivo ao tradicional (“central”) católico. As matrizes africanas desta manipulação são indicadas pelo boneco “negro”, alocado abaixo da imagem de São João. A supressão do exercício público e grupal de uma religião pelo impacto de outra dominante não significa que as invocações

⁶⁴ É perceptível igualmente, que de 2011 (data em que a primeira foto foi tirada) para 2016, os bonecos sofreram fortemente a ação do tempo. Um dos detalhes marcantes é o “sumiço” dos pés descalços do boneco masculino, localizado a esquerda da fig. 37.

⁶⁵ Em Demerara (na Guiana Britânica) este processo ocorre de maneira sistemática por meio da tentativa do governo britânico de evangelizar os escravos. Enviou-se inclusive, missionários evangélicos para esta obra (COSTA, 1998).

individualizadas da religião não dominante representaram os meros "escombros" daquele sistema de crenças.

Para discorrer mais a fundo a respeito das características do oratório, realizar-se-á comparações com outros estudos a respeito das expressões simbólicas e religiosas dos escravos no Novo Mundo. Kenneth Brown (2015) é um dos autores que procura apresentar evidências da incorporação de variadas crenças provenientes da África Ocidental, no interior das comunidades afro-americanas. Seu estudo comparativo é de longa duração (1770-1930) e abrange quatro senzalas de *plantations* e três ambientes urbanos. O argumento delineado no decorrer do texto é que o uso por parte dos escravos, de símbolos religiosos de origem africana, tem por objetivo regular comportamentos sociais em suas comunidades e promover normas compartilhadas de grupo.

Para Brown (2015) o uso de símbolos centrais de origem africana nos contextos americanos configura um mecanismo de controle social por parte dos cativos. Um dos principais símbolos escolhidos foi o cosmograma Bakongo (encruzilhada/*crossroads*). Nas relações espaciais, esse processo se materializa na construção de altares subterrâneos no interior das senzalas. O padrão material evidenciado nos sítios de senzala é a presença e dispersão subterrânea de altares, oferendas, materialidades religiosas, que se remetem ao conceito de cruzamento. Materiais encontram-se no geral, dispersos pelos quatro cantos da "cruz".

Brown (2015) destaca que o cosmograma Bakongo ("encruzilhada") é elemento disseminado nos contextos americanos. No entanto, o autor salienta que a cultura afro-americana é continuamente constituída (desde a viagem atlântica). Constituir símbolos centrais seria um mecanismo de integração dos recém chegados aos comportamentos e crenças das novas comunidades. O autor supõe que por estarem escondidos da visão, estes depósitos/altares subterrâneos deveriam ser conhecimento da comunidade escrava.

Estas informações trazidas por Brown (2015) são de fundamental importância para o entendimento da materialidade do oratório e de sua inserção na dinâmica das relações escravistas e da trans-formação identitária e religiosa que os africanos foram submetidos ao serem retirados de seus lares para

enfrentar uma nova vida nas Américas. De um lado o autor salienta como a manipulação do oratório e o esconderijo feito para os elementos simbólicos dos cativos era supostamente de conhecimento de toda comunidade escrava. Ou seja, eles estavam provavelmente escondidos da visão dos senhores, dos olhares vigilantes, mas não do “ambiente da senzala”. Pelo fato de estarem “fora da visão”, há a indicação de que essas práticas culturais não eram compartilhadas com os estranhos (exteriores a comunidade). A manipulação de artefatos como o oratório, os depósitos em cota negativa (escondidos) sugerem que os escravos desenvolveram uma vida espiritual elaborada para além da “fornecida” pelos senhores. Ressalta-se igualmente a importância da religião para reafirmações identitárias e para o desenvolvimento das resistências cotidianas.

O trabalho de Brown (2015) é um ótimo exemplo da criatividade dos cativos em constituir distintos espaços de resistência e em criar diferentes formas de expressar cosmologias e identidades. As manipulações dos espaços das senzalas e da materialidade do oratório constituem algumas das variadas formas de espacialidades da resistência. No entanto, deve-se ter em mente a necessidade de compreender que na maioria das vezes, as atividades e cosmologias dos escravos são tão sutis (nos registros históricos e arqueológicos), que se não estivermos atentos às nuances contextuais dos sistemas escravistas espalhados pela América e cientes das experiências diaspóricas a que africanos e afro-descendentes foram submetidos, informações importantes da experiência escrava no Novo Mundo podem se perder.

A apropriação e manipulação do oratório, enquanto um símbolo instrumental (privado) e a expressão de um “hibridismo” religioso de matriz africana é trazido no intuito de salientar questões e promover o debate a respeito das distintas práticas materiais exercidas pelos escravos para burlar a vigilância e cerceamento dos senhores às suas práticas/expressões simbólicas e culturais. Apesar de o oratório estar alocado no pátio que divide a casa grande da senzala e da casa do feitor, onde se supõe que a vigilância fosse exercida de forma mais intensa, sua manipulação demonstra como os usos e significações das materialidades são distintas e dão espaço à re-significações e diversas interpretações.

4.2 A complexificação da espacialidade: as escavações arqueológicas na charqueada São João

A charqueada São João já foi alvo de duas intervenções arqueológicas. Uma realizada no início dos anos 1990 e outra que se desenvolve no presente momento e não possui data para terminar.

4.2.1 A escavação do espaço produtivo (1991)

Na charqueada São João foram realizadas pesquisas arqueológicas anteriores as empreendidas pelo projeto “O Pampa Negro...” (2009). Em 1991, o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA/PUC/RS) realizou intervenções arqueológicas no que era o espaço produtivo da charqueada. As prospecções e escavações na área de produção foram realizadas em caráter de urgência devido à ameaça de destruição do local pela implantação de um condomínio residencial⁶⁶. Os dados deste trabalho dizem respeito apenas as estruturas identificadas e relacionadas ao sistema produtivo. Não foram realizadas análises pormenorizadas de outros elementos de cultura material. Dentre as estruturas identificadas estão: três tanques de salga, a cancha, um esgoto e duas canaletas.

4.2.2 Escavações do projeto “Pampa Negro”: complexificação das estruturas (2016)

No que se refere ao projeto o “Pampa Negro”, a primeira campanha na charqueada São João realizou-se em dezembro de 2015; a segunda, por sua vez, entre janeiro e fevereiro de 2016. Cabe destacar que serão apresentadas neste tópico características gerais e análises iniciais de alguns contextos da escavação e a descrição de materiais/objetos potenciais para o entendimento do registro arqueológico, das relações escravistas e, conseqüentemente, para a compreensão das estruturas que surgiram em meio às escavações.

⁶⁶ Ester J. B. Gutierrez. *ibid*, 2001.

As escavações arqueológicas executadas pela equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material (LEICMA) e integrantes do projeto “O Pampa Negro”, contemplam a área imediata a Senzala/Galpão. Na primeira campanha, realizada no mês de dezembro de 2015, abriu-se uma trincheira de 10m² alinhada no sentido sul-norte, configurando 10 quadrículas de 1m x 1m (fig. 38). Tomou-se como base metodológica de abertura das quadrículas as mudanças deposicionais do solo, perfazendo até o momento 4 níveis distintos de deposição. A profundidade final das unidades escavadas foi delimitada pela “esterilidade” do solo, em termos de presença de materiais arqueológicos em cada quadrícula.



Figura 20 – Foto geral da escavação, com representação parcial das duas campanhas. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.

Em meio às dez quadrículas abertas, na primeira campanha, encontrou-se uma série de materiais arqueológicos, porém a maior densidade material está localizada junto ao contexto das quadrículas 9 e 10 (as últimas da trincheira no sentido sul/norte). Nesta área escavada foi possível constatar um padrão de deposição diferenciado, com a dispersão de distintas tipologias materiais no registro arqueológico. Vidros, cerâmicas, louças, objetos metálicos, ossos (alguns calcinados) foram encontrados nos 4 estratos destas quadrículas. Esta disposição dos materiais e sua densidade indicam a presença e utilização deste

espaço enquanto “lixreira” ou um espaço de deposição de refugos (fig.21, 22 e 23).



Figura 21 – Fotos da quadrícula 10, Extrato 3/4, com a presença de cerâmica e outros materiais. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.



Figura 22 – Fotos das diferentes tipologias materiais presentes no Extrato 3/4 da Quadrícula 10. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.



Figura 23 – Fotos das diferentes tipologias materiais presentes no Extrato 3/4 da Quadrícula 9. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.

Percebe-se pelas fig. 21, 22 e 23 a diversidade das tipologias materiais presentes nas quadrículas 9 e 10. Dentre as evidências destacadas, estão os fragmentos de dois cachimbos, encontrados nas quadrículas 9 e 10 (as duas primeiras fotos das figuras 22 e 23, parte superior à esquerda). Na quadrícula 10, também se destaca a presença de um pote cerâmico conservado quase em sua integridade *in situ* (fig. 21) e de um “bibelô” (adorno) (fig. 22). Na quadrícula 9, além do fragmento de cachimbo, se sobressai a presença de um anel de metal (fig. 23). Além da diversidade de tipologias materiais presentes em ambas as quadrículas, a grande quantidade de carvão nas camadas escavadas, constituem outro indicador da presença de uma lixeira ou de um local de depósito de refugio.

Para além dos incipientes indicativos materiais da utilização da área das quadrículas 9 e 10 enquanto um local de depósito de refugio, evidenciaram-se nas quadrículas 1, 3, 7 e 9 vestígios de uma estrutura que se supõe até o momento ser anexa ou continuação da Senzala/Galpão (fig. 20). A segunda

campanha, realizada em janeiro de 2016, tem apresentado maiores informações a respeito da “lixreira” e das estruturas encontradas. Para fins de identificação da extensão das estruturas e ampliação da análise do sítio, abriram-se mais 12 quadrículas no sentido oeste, leste e norte do alinhamento da trincheira. Em termos gerais, as quadrículas abertas na segunda campanha dão margem a reflexões e hipóteses levantadas durante a primeira campanha. A possibilidade de que as estruturas encontradas inicialmente configurassem uma estrutura de maior porte, se confirmou pela continuação desta construção, como se demonstra na fig. 20.

Do mesmo modo, a abertura da quadrícula 11 (aberta na direção norte, no sentido da trincheira), tem demonstrado que o padrão de deposição constatados nas quadrículas 9 e 10, se prolonga até a mesma unidade de escavação. Este fato sugere a hipótese de que este espaço tenha sido local de depósito de objetos e refugos da habitação indicada pelas estruturas identificadas *in situ* (fig. 24 e 25).



Figura 24 – Fotos Quadrícula 11, Extrato 2. Detalhe de materiais *in situ*. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.



Figura 25 – Fotos Quadrícula 11, Extrato 3, com detalhe de materiais *in situ*. Destaca-se a identificação de uma panela de ferro. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016

A abertura das quadrículas da segunda campanha (fig. 26) tem demonstrado outros contextos materiais destacáveis, para além área de depósito de refugio (lixreira). Na quadrícula 16, extrato 2, foi encontrado um piso de tijolos encimado por grande quantidade de telhas quebradas (que parecem ter desmoronado) (fig.27). Esta conformação dos estratos e deposições dos materiais *in situ*, constitui outro indício de que a estrutura de tijolos que se prolonga por grande parte da área escavada, pode ter sido um edifício anexo ou continuidade da senzala/galpão. Esta hipótese se torna ainda mais plausível se considerar-se que no inventário de José Gonçalves Chaves, se inventariam “galpões”, no plural, o que deixa margem para o entendimento da existência de mais de uma estrutura de habitação.



Figura 26 – Vista aérea escavação. Com destaque para a visualização da continuação das estruturas no terreno. Foto aérea registrada com Drone Phantom 5. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.



Figura 27 – Calçamento encontrado na Quadrícula 16, extrato 2. Na foto, aparece Simone Ortiz, aluna do Bacharelado em Antropologia da UFPel. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.

Outro contexto destacável se encontra nas materialidades provenientes da quadrícula 17. Dentre as múltiplas tipologias materiais que surgiram na

quadrícula, evidenciam-se o cadeado encontrado no extrato 2 (fig.28) e o cachimbo quase inteiro, no terceiro extrato (fig.29).



Figura 28 – Fotos do cadeado encontrado na Quadrícula 17, Extrato 2. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.



Figura 29 – Fotos do cachimbo encontrado na Quadrícula 17, Extrato 3. Fonte: Banco de Dados LEICMA, 2016.

Os dados, apesar de iniciais e em fase de processamento, já permitem inferir o grande potencial arqueológico e informacional desta área em específico e da charqueada como um todo, para o entendimento da paisagem das unidades produtivas e do próprio funcionamento do sistema escravista. A possibilidade de se estar escavando uma estrutura anexa à Senzala/Galão ou mesmo sua continuação, constituem um importante dado para o entendimento da paisagem da charqueada São João, uma vez que, a multifuncionalidade dos galpões indicam seu uso enquanto moradia escrava. Com isto, as chances de descortinar aspectos da vida cotidiana dos escravos aumentam consideravelmente.

5 CONCLUSÃO

Em linhas gerais o esforço reflexivo desta dissertação centrou-se na argumentação de que a paisagem foi um elemento fundamental para a conformação das relações escravistas e para a consolidação da escravidão (e das elites estabelecidas) na Pelotas oitocentista. A ação da paisagem na mediação e constituição das relações escravistas se deu sob distintas formas e escalas. Analisou-se por meio dos documentos administrativos/legislativos o que chamei de macro-espacialidade da escravidão. Já o estudo da paisagem da charqueada São João e seus distintos componentes materiais, representaram a micro escala da espacialidade da escravidão.

A macro-espacialidade da escravidão, trazida pelo estudo das Atas e Posturas da Câmara Municipal, apontou distintos elementos do desenvolvimento das relações escravistas na paisagem da Pelotas da primeira metade do século XIX. Dentre estes, destacam-se:

1) O uso de dispositivos materiais de controle por parte das autoridades locais, no intuito de estabelecer um cerceamento da circulação dos escravos no espaço público. Os bilhetes foram o referencial material das posturas proibitivas que objetivavam instrumentalizar o controle sobre as movimentações dos escravos nos espaços públicos da cidade. Objetivou-se limitar e regulamentar a circulação noturna e o acesso de escravos a pólvora, num contexto de crise social pelo advento do Quilombo da Serra dos Tapes (1835). A leitura das Posturas Municipais de 1834 revela que o cerceamento as movimentações dos escravos se direcionou igualmente a tentativa de “sedentarizar” o trabalho das quitandeiras, ou seja, intentou-se acabar com a característica movente e ambulante das quitandas, ao fixá-las em locais específicos para a cobrança de impostos (art.54). Da mesma forma, intentou-se coibir o encontro e a interação de escravos junto às tabernas (casas públicas de negócios).

2) As resistências materiais e o uso criativo dos espaços para as sociabilidades dos escravos, alheias ao poder disciplinador (em revelia deste). Nesta parte destacaram-se lugares de sociabilidade e de resistência ao domínio senhorial nos espaços públicos. É perceptível que o uso criativo dos espaços

está relacionado com alguns dos ambientes de trabalho dos cativos (ou à ambientes de transição), como foi o caso da manipulação e apropriação dos muros de uma cacimba para praticarem-se os “jogos de escravos” ou a identificação/apropriação do espaço das margens do Arroio Santa Bárbara, como local de marginalizados e escravos.

3) A constatação de que os corpos dos escravos, enquanto unidade ou um contingente configuram-se enquanto componentes materiais da paisagem. Neste sentido, os corpos são entendidos como artefatos passíveis de análise, controle, preocupação e configuram-se em elemento ativo da paisagem do núcleo charqueador. Não há como pensar as margens dos arroios Pelotas e São Gonçalo, o Passo dos Negros, as charqueadas no geral, sem considerar que um dos elementos fundamentais para a composição dessa paisagem, são os escravos, enquanto unidade, enquanto corpos, enquanto um contingente que demanda uma organização específica dos aparatos de controle e da própria conformação da paisagem.

4) A conformação mútua entre as matas da Serra dos Tapes e a identidade quilombola de forma geral. Entendida enquanto um domínio interartefactual, a Serra dos Tapes se constituiu em consonância a própria formação dos quilombos. A ocupação quilombola das áreas de mata da Serra dos Tapes configurou tanto uma forma de apropriação dos espaços, como de contestação do comando senhorial. A paisagem da Serra dos Tapes segue até o presente momento atuando e configurando as identidades quilombolas, por meio dos processos de territorialização empreendidos pelos descendentes dos quilombolas. De certa forma, parte daquilo que se convencionou chamar de Serra dos Tapes, esta grande área territorial, permanece como um registro durável deste processo de habitação, que não se iniciou com os quilombolas, porém possui marcas significativas dessa relação.

Descortinou-se ainda no terceiro capítulo, para além das relações escravistas, o processo de normatização dos espaços empreendido pelas autoridades pelotenses. Neste contexto, identificou-se: 1) a tentativa de dinamizar a fluidez do comércio local e da circulação de pessoas e objetos, por meio do beneficiamento das estradas/vias, da conexão entre as distintas áreas

da cidade, da construção de portos e pontes, e da abertura dos passos e das margens dos Arroios Pelotas e São Gonçalo; 2) a busca por instituir uma hierarquização entre as áreas da cidade, principalmente por meio da eleição de tipos construtivos padronizados para zona urbana e a exclusão de outros; 3) a autoridade ou controle sobre as construções e modificações na paisagem e sobre a circulação de produtos e pessoas nos espaços e vias da cidade, para fins de taxaço e cobrança de impostos. Neste contexto destaca-se a importância do Logradouro Público e da conexão da malha comercial para a constituição dos “espaços tributáveis”. Todos estes elementos conformam o processo de normatização dos espaços. Este esforço normatizador é sintomático do papel fundamental das paisagens na consolidação e desenvolvimento do sistema escravista a nível local e no fortalecimento da elite política (escravocrata) que estava à frente das instituições de poder.

No que se refere a micro-espacialidade da escravidão (Capítulo 4), a análise da charqueada São João e da disposição de suas estruturas na paisagem indicam uma posição/visão privilegiada e central da Casa Grande perante o sistema produtivo e outras edificações. Nesse sentido, sugere-se que o modelo centralidade/proximidade/lucratividade/vigilância suscitado por Bates (2015), regulou a organização espacial das estruturas desta unidade produtiva. Constatou-se, em linhas gerais, que a paisagem da charqueada São João possui uma configuração de centralidade com relação ao sistema produtivo e de proximidade entre suas estruturas (as de moradia e as relacionadas ao espaço produtivo). Esta configuração, com variações locais, aparece em distintos contextos escravistas do novo mundo.

A Casa Grande se configura enquanto um ponto de vigilância do sistema produtivo e da circulação dos escravos, pelo fato de encontrar-se em local destacado/elevado na paisagem. Acrescenta-se ainda a posição estratégica da casa do feitor, localizada ao lado da senzala, enquanto um segundo nível de vigilância sobre o espaço da charqueada e sobre o trabalho escravo.

A análise da senzala da charqueada São João indicou o que parece ser uma característica local das charqueadas pelotenses de forma geral: a multifuncionalidade dos galpões e seu uso enquanto senzala. Outra

característica salientada é o formato “retangular” do edifício e a possibilidade de que haja outras estruturas anexas imediatas ao prédio da senzala.

Apresentaram-se ainda no capítulo 4 algumas das materialidades disciplinares voltadas para o controle do corpo do escravo e da suas movimentações presentes na charqueada, bem como se discutiu às formas e expressões materiais de resistência e constituição identitárias e simbólicas dos cativos. Grilhões, bolas de ferro, correntes e o pelourinho foram tipologias materiais voltadas para o controle das manifestações simbólicas de identidade e das movimentações ilegais dos escravos. Os corpos dos escravos, desse modo, constituíam-se alvos de distintos dispositivos disciplinares, que visavam sujeitá-los à funcionalidade e dinâmica do sistema opressor. No entanto, cabe lembrar que as normas demonstram um mundo idealizado pelas autoridades locais. As posturas possuem força social, mas sua ação não é acachapante e certamente foi burlada ou não aceita em diferentes momentos pelos escravos. Isto serve também para a ação dos dispositivos disciplinares e de controle.

Demonstrou-se como a materialidade dos sinos foi instrumento regulador do trabalho escravo, num processo de mudança da regulação do tempo pelas orientações naturais (como a posição do sol) para uma regulação orientada mecanicamente, pelos relógios. Este processo é sintomático da modernidade e das mudanças trazidas pela revolução industrial nas relações de trabalho. Os sinos e berrantes compunham materialidades e sonoridades que juntas, atuavam ativamente na mediação das relações de trabalho. O pelourinho particular, localizado a frente da senzala, sugere que os charqueadores da família Chaves preferiam resolver as questões punitivas e de insubordinação de seus trabalhadores de maneira interna, sem a interferência do poder público.

O estudo da manipulação sincrética feita em uma gruta/oratório em homenagem à “São João”, revela as re-apropriações e re-interpretações da paisagem e o uso criativo das materialidades por parte dos escravos. O manejo da materialidade do oratório supõe um uso criativo dos espaços e dos objetos. Sua manipulação o constitui enquanto elemento sincrético, de expressão simbólica e diaspórica dos escravos. A manipulação do oratório constitui uma das variadas formas das “espacialidades da resistência”.

Por fim, as pesquisas e resultados incipientes da escavação que segue sendo realizada até o presente momento, evidenciam a continuação de uma estrutura anexa a senzala e a configuração de um local de deposição de refugos. Desse modo, é possível afirmar que os objetos identificados na escavação, tais quais: os cachimbos, os potes cerâmicos, os botões, o anel, os recipientes de remédios e perfumes, entre outros, são potencialmente indicativos de elementos do cotidiano dos escravos, de suas práticas alimentares e simbólicas de forma específica, bem como do funcionamento desta unidade produtiva no geral.

Esta pesquisa demonstrou como o poder se executa e se materializa na paisagem. Ademais, demonstrou-se que a paisagem se constitui em elemento fundamental de manutenção do poder, da mediação das relações de poder e da constituição de identidades culturais.

REFERÊNCIAS

AL-ALAM, Caiuá. C. **A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. 2007. Dissertação (Mestrado). UNISINOS. São Leopoldo (RS).

ANDRÉN, Anders. **Between artifacts and texts**: historical archaeology in global perspective. New York: Springer Science & Business Media, 1998.

ASHMORE, W; KNAPP, A. Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: _____ (eds.). **Archaeologies of landscape. Contemporary perspectives**. Oxford: Blackwell, 1999. p.1-30.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS (1832-1845). Organização e notas de Mário Osório Magalhães. Santa Maria: Pallotti, 2011.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS (1846-1852). Organização do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e Biblioteca Pública Pelotense. Notas de Eduardo Arriada. Pelotas: Pallotti, 2012.

BATES, Lynsey A. The landscape cannot be said to be really perfect: a comparative investigation of Plantation Spatial Organization on Two British Colonial Sugar Estates. In: MARSHAL, L, W. **The Archaeology of Slavery**: a comparative approach to captivity and coercion. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2015.p.116-142

BEAUDRY, Mary C. (ed.). **Documentary Archaeology in the New World**: New Directions in Archaeology. Cambridge University Press, 1988.

BEAUDRY, Mary C; COOK, Lauren J; MROZOWSKI, Stephen A. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. **VESTÍGIOS. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte, v.1, n.2, p.73-112, 2007.

BEAUDRY, Mary; WHITE, Carolyn. Artifacts and Personal Identity In: GAIMSTER, D. e MAJEWSKI, T. (orgs.). **International Handbook of Historical Archaeology**. New York: Springer Science & Business Media, 2009.

BERUTE, Gabriel. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico do Rio Grande de São Pedro do Sul, (1790-1825). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRANTON, Nicole. **Drawing the line**: places of power in the Japanese-American Internment Eventscape. 2004.Dissertation (Ph.D) University of Arizona, Tucson. Michigan: University Microfilms, Ann Arbor.

_____. Landscape approaches in historical archaeology: the archaeology of places. In: GAIMSTER, D.; MAJEWSKI, T. (orgs.). **International Handbook of Historical Archaeology**. New York: Springer Science & Business Media, 2009.

BROWN, Kenneth L. Retentions, adaptation, and the need for Social Control within African and African American Communities across the Southern United

States from 1770 to 1930. In: MARSHAL, L. W. **The Archaeology of Slavery: a comparative approach to captivity and coercion**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2015.p.166-191.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem e teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

COSTA, Emilia Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DEAGAN, K. Líneas de Investigación en Arqueología Histórica. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v.2, n.1, p.63-93, 2008.

DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**, v.2, n. 3, p.27-45, 2010.

DEETZ, James F. **Small things forgotten: an archaeology of early american life**. New York: Anchor Books, Doubleday, 1994 [1977].

DELLE, James A. **An Archaeology of Social Space: Analyzing Coffee Plantations in Jamaica's Blue Mountains**. New York:Plenum: 1998.

EPPERSON, T. W. Panoptic plantations: the Garden Sights of Thomas Jefferson and George Mason. In: DELLE, A; MROZOWSKI, S.A.; PAYNTER, R. (eds.) **Lines that divide: historical archaeologies of race, class, and gender**. Knoxville: University of Tennessee Press, 2000. p. 58–77.

FAHLANDER, Fredrik. Differences that matter. Materialities, material culture and social practice. In: Håkon Glørstad and Lotte Hedeager (eds.). **Six essays on the Materiality of Society and culture**. Lindome: Bricoleur Press, 2008. p. 127-154.

FARINATI, Luis Augusto. **Criadores de gado na fronteira meridional do Brasil(1831-1870)**. [s.l.; s.ed., 2005]

FENNEL, Christopher. Identidade de grupo, criatividade individual e geração simbólica na diáspora Bakongo. **Vestígios**, v.7, n.2, 2013.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **O pampa negro: arqueologia da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)**. Projeto de Pesquisa. Pelotas: Instituto de Ciências Humanas/ UFPel. 2009a.

_____. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. **Métis: História & Cultura**, v.8, n.16, p.267-275, 2009b.

_____. A Global Perspective on Maroon Archaeology in Brazil. In: MARSHALL, Lydia W. (org.). **The Archaeology of Slavery: AComparative Approach to Captivity and Coercion**. Carbondale: Southern Illinois University

Press, p.375-390, 2015.

FERREIRA, L. M; LA ROSA CORZO, G. Símbolo Não Escolhido: Arqueologia das Marcas a Ferro em Escravos de Cuba. In: **OBJETOS da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado**. AGOSTINI, Camila. (eds.). Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Governmentality. In: **The Foucault effect: studies in governmentality**. BURCHELL, G; GORDON, C; MILLER, P. (eds.). Chicago: University of Chicago Press, 1991. p.87-104.

FOUNTAIN, Daniel L. Historians and Historical Archaeology: Slaves Sites. **Journal of Interdisciplinary History**, v.26, n.1, p.67-77, 1995.

FUNARI, P. P; HALL, M; JONES, S. Introduction: Archaeology in History. In: **Historical Archaeology: Back from the Edge**. London: Routledge, p. 1-20, 1999.

GALLOWAY, Patricia. Material Culture and Text: Exploring the Spaces Within and Between. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. **Historical archaeology**. Oxford: Blackwell, 2006.

GELL, A. **Art and Agency, An Anthropological Theory**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

GILCHRIST, Roberta. Scales and Voices in World Historical Archaeology. **World Archaeology**, v.37, n.3, p.329-336, 2005.

GOSDEN, Chris. What do objects want? **Journal of Archaeological Method and Theory**, V.12, n. 3, 193-211, 2005.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2.ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001.

_____. **Barro esangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Pelotas, Ed. Universitária/UFPel, 2004.

HALL, Martin. Subaltern voices? Finding the spaces between things and words. In: FUNARI, P. P A.; HALL, M.; JONES, S. (eds.). **Historical archaeology: back from the edge**. London: Routledge, 1999.

HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. Introduction: archaeology of modern world. In: _____ (eds.). **Historical Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.p.1-22

HANSEN, João Adolfo. Representações da cidade de Salvador no século XVII.2010. Disponível em: <<http://www.sibila.com.br/index.php/mapa-da-lingua/941-representacoes-da-cidade-de-salvador-no-seculo-xvii>>.

HAUSER, Mark W. Blind spots in empire: Plantation Landscapes in Early Colonial Dominica (1763-1807). In: MARSHAL, L. W. **The Archaeology of Slavery**: a comparative approach to captivity and coercion. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2015.p.143-165

HIGMAN, Barry W. **Montpelier Jamaica**: a Plantation Community in Slavery and Freedom, 1739-1912. Kingston; Jamaica : University of West Indies Press, 1998.

HODDER, I. Thinking about things differently. In: **Entangled**: an archaeology of the relationships between humans and things. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p.1-14

HUME, I. Noël. The why, what, and who of Historical Archaeology. In: **Historical Archaeology**: a comprehensive guide for both amateurs and professionals to the techniques and methods of excavating historical sites. New York: Alfred Knopf, 1969.p.7-20.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **Perception of the environment**: essays in livelihood, dwelling and skill. London; New York: Routledge, 2000.

JOHNSTON, R. Approaches to the perception of landscape: philosophy, theory, methodology. **Archaeological Dialogues**, n.5, p. 54-68, 1998.

KEALHOFER, Lisa. Creating Social Identity in the Landscape: Tidewater, Virginia, 1600-1750. In: ASHMORE, W. e KNAPP, A. (eds.). **Archaeologies of landscape. Contemporary perspectives**. Oxford: Blackwell, 1999.p.58-82.

KNAPP, A. Ideational and Industrial Landscape on Prehistoric Cyprus. In: ASHMORE, W.; KNAPP, A. (eds.). **Archaeologies of landscape. contemporary perspectives**. Oxford: Blackwell, 1999.p.229-252,

LAW, John. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practice**, v.5, p. 379-393, 1992.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steven. **Laboratory life**: the social construction of scientific facts. London: Sage, 1979.

LATOUR, Bruno. **Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society**. Milton Keynes: Open University Press. 1987.

_____. **Revolução. Jamais fomos modernos**:ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.p.53-90

_____. Tercera fuente de incertidumbre: los objetos también tienen capacidad de agencia.**RESSAMBLAR lo social**: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manatíal, 2008. p. 95-128

LITTLE, Barbara. Historical Sources. In: BALME, Jane; PATERSON, Alistair (eds.). **Archaeology in practice**: a student guide to archaeological analyses. Blackwell Publishing, 2006.

MAESTRI, Mário. **A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST, 1984.

_____. **O escravo gaúcho**: resistência e trabalho. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1993.

MAGALHÃES, Mário O. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: EDUPPel, 1993.

MANTHORNE, Katherine. Plantation Pictures in the Americas, c.1880: land, power, and resistance. **Neplanta**, v.2, p.317-353, 2001.

MARQUESE, R. B. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c.1830-1860. **Anais do Museu Paulista**, v.13, n.2, p.165-188, jul-dez 2005.

MARSHAL, Lydia W. Introduction: The Comparative Archaeology of Slavery. In: _____. **The Archaeology of Slavery**: a comparative approach to captivity and coercion. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2015.p.1-23

MATTINGLY,David. Comparative advantages: Roman Slavery and Imperialism. **Archaeological Dialogues**, v.15, p.135-139, 2008.

MCGUIRE, Randall H. Edificando el poder enel paisaje cultural del condado de Broome Nueva York. **Vestígios.Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v.2, n.2, p.59-77, 2008.

METHENY, K. B. Landscape Archaeology. In: B. M. Fagan (ed.). **The Oxford Companion to Archaeology**. New York: Oxford University Press, 1996.

MONTEIRO, Victor Gomes. **Um inventário do medo**: a Pelotas escravista e a representação do medo através das Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1850). 2012. Trabalho Acadêmico . Curso de História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

_____. Cercado de inimigos: elite local e as relações escravistas em Pelotas (1832-1850). **Revista História**, Pelotas, v.1, n.1, p.252-269, 2014.

NAST, Heidi J. Islam, gender, and slavery in West Africa Circa 1500: aspatial Archaeology of the Kano Palace, Northern Nigeria. **Annals of the Association of American Geographers**, v.86, n.1, p.44-77, 1996.

OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento**. 2005. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

OLSEN, Bjørnar. Genealogías de la asimetría: por qué nos hemos olvidado de las cosas. **Complutum**, v.18, p. 283-319, 2007.

OLSEN, B.; SHANKS, M.; WEBMOOR, T.; WITMORE, C. Introduction: caring about things. In: _____. **Archaeology: the discipline of things**. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 2012.p.1-20

ORSER Jr., C. E. The archaeological analysis of Plantation Society: replacing status and caste with economics and power. **American Antiquity**, v.53, n.4, p.735-751, 1988.

_____. The archaeology of African-American Slave Religion in the Antebellum South. **Cambridge Archaeological Journal**, v.4, n.1, p.33-45, 1994.

_____. The archaeology of the african diaspora. **Annual Review of Anthropology**, v.27, p.63-82, 1998.

_____. Twenty-first-centuryhistorical archaeology. **Journal of Archaeological Research**, v.18, p. 111-150, 2010.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PAYNTER, R. Surplus flow between frontiers and homelands. In: GREEN, S. W.; PERLMAN, S. M. **The Archaeology of Frontiers and Boundaries**.,Orlando:Academic Press, 1985.p.163-211

PESSI, Bruno Stelmach. **O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (c. 1846 – c. 1874)**. 2008. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

PESSI, B. S; SOUZA E SILVA, G. **Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. p. 211.

PINTO, Natália G. Bênçãos, laços e alianças sociais: a família escrava em Pelotas, 1830/1850, Século XIX. In: Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 9., 2011. **Anais ... Produzindo**

história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011. p. 227-244.

ROCHA, Marcelo. **Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, Brasil).** 2014. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

ROSA, Estefânia Jaékel da. **Paisagens Negras: arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas (RS, Brasil).** 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2002.

SANTANA, Anelize. **A circulação de mercadorias no contexto do Sistema Escravista:** uma abordagem de arqueologia documental do jornal Diário de Pelotas (1876-1888). Monografia. Pelotas: UFPEL, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Érica Elizabete da. Ilha-presídio: a instituição e os presos de Fernando de Noronha (1854-1882). IN: JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 3., Rio de Janeiro, 2007. **Anais...Ars Histórica.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p.1-11

SINGLETON, Theresa. The Archaeology of Slavery in North America. **Annual Review of Anthropology**, v.24, p.119-140, 1995.

_____. Slavery and spatial dialectics on Cuban coffee plantations. **World Archaeology**, v.33, p. 98–114, 2001.

_____. Nineteenth-Century Built Landscape of Plantation Slavery in Comparative Perspective. In: MARSHAL, Lydia W. (ed.). **The Archaeology of Slavery:** a comparative approach to captivity and coercion. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2015. p.93-115

SINGLETON, Theresa; SOUZA, Marcos A. T. de. Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States. In: MAJEWSKI, T.; GAIMSTER, D. (eds.). **International Handbook of Historical Archaeology.** New York: Springer, 2009. p.449-469

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Ed. 7 letras, 2007.

SOUTH, S. Theoretical Foundation. In: **METHOD and Theory in Historical Archaeology.** New York: Academic Press, 1977. p. 1-30
SOUZA, Marcos André Torres de. Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses. **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**, v.5, n.2, p.147-173, 2016.

SOUZA, Marcos A. T. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 2, Belo Horizonte: Argvmentvm, p.59-92, 2007.

_____. Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses. **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**, v.5, n.2, p.147-173, 2016.

STAHL, Ann B. Change and Continuity in the Banda Area, Ghana: The Direct Historical Approach. **Journal of Field Archaeology**, v.21, n.2, p.181-203, 1994.

STONE, G. W. Artifacts are not enough. In: BEAUDRY, Mary C. (ed.). **New directions**. Archaeology, Cambridge University Press, 1988. p.68-78.

SYMANSKI, Luís Cláudio P; GOMES, Flávio dos S. Iron Cosmology, Slavery, and Social Control: The Materiality of Rebellion in the Coffee Plantations of the Paraíba Valley, Southeastern Brazil. **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**, v.5, n.2, p.174-197, 2016.

TARGA, Luiz Roberto P. As diferenças entre o Escravismo Gaúcho e o das Plantations do Brasil – incluindo no que e por que discordamos de F. H. C. **Ensaio FEE**, Porto Alegre v.12, n. 2, 445-480, 1991.

THOMPSON, E. P. Eighteenth-century English Society; Class Struggle Without Class?. **Social History**, v.3, n.2, p.133-65, 1978.

UPTON, D. White and black landscapes in eighteenth-century Virginia. In: R. B. St. George (ed.). **Material Life in America, 1600-1860**. Boston: Northeastern University Press, 1988. p. 357-369.

VOSS, Barbara L. Image, Text, Object: interpreting documents and artifacts as 'Labors of Representation'. **Historical Archaeology**, v.41, n.4, p.147-171, 2007.

WEBMOOR, Timothy. Un giro más tras el "giro social". El principio de la simetría en arqueología. **Complutum**, v.18, p.296-304, 2007.

WEBSTER, Jane. Less beloved. Roman archaeology, slavery and the failure to compare. **Archaeological Dialogues**, v.16, n.2, p.103-123, 2008.

WHITE, Shane; WHITE, Graham. **The sounds of slavery**: discovering African American history through songs, sermons, and speech. Boston: Beacon Press, 2005.

YENTSCH, Anne E. Farming, Fishing, Whaling, Trading: Land and Sea as Resource on 18th- Century Cape Cod. In: BEAUDRY, Mary C. (ed.). **Documentary Archaeology in the New World**: new directions in archaeology. Cambridge University Press, 1988.p.138-160